



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO NÍVEL MESTRADO
CENTRO DE TECNOLOGIA
ANA LUZIA LIMA RODRIGUES PITA**

**SEGREGAÇÃO URBANA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL: um estudo da
Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB**

João Pessoa, PB

2012

ANA LUZIA LIMA RODRIGUES PITA

**SEGREGAÇÃO URBANA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL: um estudo da
Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia.

**João Pessoa, PB
2012**

ANA LUZIA LIMA RODRIGUES PITA

**SEGREGAÇÃO URBANA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL: um estudo da
Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

Prof.^a Dr.^a Elisabetta Romano

Prof. Dr. Luís Renato Bezerra Pequeno

Prof.^a Dr.^a Tereza Correia Queiroz

Aprovado em: ____/____/____

P681s Pita, Ana Luzia Lima Rodrigues.

Segregação urbana e organização socioespacial: um estudo da Comunidade do Timbó, em João Pessoa-PB / Ana Luzia Lima Rodrigues Pita.-- João Pessoa, 2012.

203f. : il.

*Orientadora: Jovanka Baracuchy Cavalcanti
Scocuglia*

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT

Aos meus pais, **José Rodrigues Pita Sobrinho** e **Maria de Fátima Lopes Lima Rodrigues**, pelos ensinamentos e apoio, estando sempre presente na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por ter me dado força e coragem para alcançar mais uma meta na minha vida.

Aos meus pais, **Pita e Fátima**, grandes responsáveis por essa conquista, por todo amor, dedicação e incentivo, apostando sempre no meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus irmãos, **Rodrigo e João Carlos** pelo incentivo e apoio, ajudando sempre nas formatações.

A **Neta** pelas palavras.

A orientadora professora Dra. **Jovanka Scocuglia**, por ter cedido seu tempo, transmitindo seus conhecimentos à realização desse trabalho.

A professora Dra. **Elisabetta Romano** pelo incentivo desde a primeira disciplina do mestrado cursada como aluna especial.

A professora **Fátima** pela atenção e torcida, sempre entendendo minhas ausências nas aulas de inglês.

A amiga **Amanda Pessoa**, por sempre incentivar, estando sempre à disposição para ajudar.

Aos moradores da Comunidade do Timbó, principalmente **Patrícia e Conceição**, por terem me acompanhado durante as visitas e pelas informações transmitidas.

Aos meus familiares e amigos.

A todos os professores da Pós-graduação, pelos ensinamentos científicos.

A todos que ao longo dessa caminhada contribuíram para a realização deste sonho.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Este estudo trata da organização socioespacial expressa através da segregação, averiguando como esta se revela no espaço urbano. Com o objetivo de identificar a conformação da segregação no espaço da favela e compreender sua configuração socioespacial, foi realizado um estudo de caso na Comunidade do Timbó - localizada no Bairro dos Bancários, em João Pessoa-PB - onde quase metade da população do bairro vive em condições sub-humanas. O Timbó está inserido em um bairro de classe média, bem servido de infraestrutura urbana, no entanto, a população da comunidade padece com a precariedade das moradias, do espaço público, a insalubridade, falta de espaços para sociabilidade e alta densidade construtiva e demográfica do setor onde está locada, influenciando assim na qualidade de vida dos moradores. Para alcance dos objetivos é imprescindível a análise de algumas variáveis no meio urbano do Timbó: acessos/acessibilidade, localização, infraestrutura, traçado, lotes, quadras e vias de circulação, bem como, das barreiras físicas que dificultam a ligação direta da favela com o bairro. Para a realização da pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos divididos em etapas: embasamento teórico e conceitual; pesquisa documental em órgãos competentes; sistematização, análise das informações e redação da dissertação. Durante o desenvolvimento da pesquisa foram feitas visitas à comunidade para realização da pesquisa de campo com o intuito de obter informações sobre o local e assim realizar a análise socioespacial. A pesquisa de campo foi embasada pelos autores: HOLANDA (2010), KOHLSDORF (1996), JACQUES (2003), LYNCH (1999) e LAMAS (2004). Os conceitos abordados por estes autores, no segundo capítulo, foram transpostos para a apreensão e leitura do espaço da comunidade. Após o desenvolvimento da pesquisa pode-se afirmar que a favela do Timbó é segregada sócio e espacialmente devido as condições as quais os seus moradores estão expostos. O trabalho é concluído com a exposição das diretrizes urbanísticas que visam amenizar os problemas da favela, proporcionando melhor condição de vida aos moradores do Timbó e maior possibilidade de integração social entre as duas partes da cidade.

Palavras-chave: segregação, favela, forma urbana, configuração socioespacial.

ABSTRACT

This study addresses the sociospatial organization through segregation by examining how this question unfolds in the urban space. With the scope to identify the conformation of segregation within the slum and understand their sociospatial setting, was conducted a case of study in Timbó Community - located in the neighborhood of the Bancários, in João Pessoa - where almost half the population lives in sub-human conditions. Timbó is inserted into a middle-class neighborhood, well served by urban infrastructure, however, the community's population suffers from the scarcity of housing, public space, unhygienic conditions, lack of space for sociability and high density of population and constructive sector where it is leased, thus influencing the quality of life of residents. To reach the objectives it is essential to analyze some variables in Timbó: access / affordability, location, infrastructure, layout, lots, blocks and routes, as well, as physical barriers that hinder the direct link to the slum neighborhood. For the research, some adopted methodological procedures were divided into stages: theoretical and conceptual basement; documentary research on government; systematizing, analyzing information and writing the dissertation. During the development of research, community were visited in order to conduct field research in order to obtain information about the location and so do the sociospatial analysis. The field research was based by the authors: HOLANDA (2010), KOHLSDORF (1996), JACQUES (2003), LYNCH (1999) and LAMAS (2004). The concepts addressed by these authors, in the second chapter, were transferred into the seizure and reading community space. After the development of the research can be stated that the slum Timbó is is spatial and socially segregated and because the conditions which their residents are exposed. The work concludes with the exposure of urban guidelines aimed at mitigating the problems of slums by providing better living conditions to the residents of Timbó and greater possibility of social integration between the two parts of the city.

Keywords: segregation, slum, forma urban, sociospatial configuration.

LISTA DE SIGLAS

AEIS - Áreas de Especial Interesse Social
AJA - Associação Juventude em Ação
BNH - Banco Nacional de Habitação
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso
CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular
CHISAM Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do grande Rio
CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
COHAB-GB - Companhia de Habitação do Estado da Guanabara
COMUL - Comissão Municipal de Urbanização e Legalização
FAC - Fundação de Ação Comunitária
FCP - Fundação Casa Popular
FIPLAN – Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba
FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
FUNSAT - Fundação de Ação Social e Trabalho
GEUFAVELAS - Grupo Executivo de Urbanização de Favelas
HABI - Superintendência de Habitação Popular
IAB/RJ - Instituto dos Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro
IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensionista
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABHAB – FAUUSP - Laboratório de Habitação e Assentamento Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
MOV - Movimento das Organizações Voluntárias
MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos
MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
POUSO - Posto de Orientação Urbanística e Social
PPS – Programa de Prioridades Sociais

PREZEIS - Plano de Regularização das ZEIS

PROMORAR - Programa de Erradicação de Sub-habitações

PSA – Prefeitura de Santo André

PSF - Posto de Saúde da Família

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SABESP - Companhia de Saneamento Básico de São Paulo

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEAC – Secretaria de Ação Comunitária

SEDES – Secretaria de Planejamento Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

SEJA - Serviço de Educação de Jovens e Adultos

SEMHAB – Secretaria Municipal de Habitação de João Pessoa

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

ZEIS - Zonas Especial de Interesse Social

ZEP-2 - Zona Especial de Proteção de Grandes Verdes

ZR - Zona Residencial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Barreiras Geográficas de João Pessoa em 1963.....	59
Figura 2: Evolução Urbana de João Pessoa em 1969.....	61
Figuras 3 e 4: Urbanização Integrada: construção de equipamentos e área de lazer em Sacadura.....	79
Figura 5: Centro de negócios e Serviços construído em Sacadura Cabral.....	79
Figura 6: Nova entrada de Fernão Cardim após a urbanização mostra a praça e os boxes de negócios.....	84
Figura 7: Canalização do Rio.....	84
Figura 8: Classificação das vias a partir da formação do tecido urbano. A- Rua Primária; B- Ruas de implementação; C1- Ruas de união geradas anteriormente pela extensão de ruas de implementação.....	104
Figura 9: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1978 da Comunidade do Timbó.....	119
Figura 10: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1989 da Comunidade do Timbó.....	122
Figura 11: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1998 da Comunidade do Timbó.....	124
Figura 12: Acesso principal do Timbó mostra a declividade.....	127
Figura 13: Descida para o Timbó II.....	127
Figura 14: Casa no Timbó I mostra a divisão socioeconômica na comunidade.....	129
Figura 15: Casa no Timbó II mais precária.....	129
Figuras 16 e 17: Heterogeneidade no interior da comunidade: ruas sem infraestrutura e “currais”.....	130
Figuras 18 e 19: Comércio consolidado na periferia da favela: supermercado e loja de material de construção.....	132
Figuras 20 e 21: “Bocas de lobo” estouradas prejudicam a saúde das crianças que brincam nas ruas.....	134
Figura 22: Declividade dificulta acesso de moradores que usam a bicicleta.....	135
Figura 23: Valas na Rua Travessa São Paulo.....	135
Figura 24: Ruas sem calçadas.....	136

Figura 25: Calçadas desniveladas.....	136
Figura 26: Lixo no Rio Timbó.....	137
Figura 27: Coletores saturados de lixo.....	138
Figura 28: Parada de ônibus e o Transporte Público.....	139
Figura 29: Ruas largas e arborizadas com casas de padrão construtivo diferenciado deixam claro o limite entre a cidade legal e a comunidade.....	146
Figura 30: Residencial se destaca na rua.....	146
Figura 31: Ruas do Timbó sem infraestrutura e casas simples representam o espaço da cidade ilegal.....	146
Figuras 32 e 33: Vias do Timbó com córrego a céu aberto e condições precárias de acessibilidade.....	147
Figura 34: Vias e becos sem saída impedindo a articulação com o bairro.....	149
Figura 35: Vila nomeada pelos moradores do local.....	151
Figura 36: Casas não têm recuos e avançam o espaço público.....	152
Figura 37: Adensamento construtivo no Timbó.....	155
Figura 38 e 39: Sociabilidade nas ruas.....	156
Figura 40: Edifício como marco visual na periferia da comunidade.....	158
Figura 41: Edifício como marco visual na periferia da comunidade contrasta na paisagem.....	158
Figura 42: Área destinada ao abrigo temporário de lixo.....	188
Figura 43: Terreno próximo à comunidade, ao lado do Timbó I.....	189

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Comunidade do Timbó em João Pessoa.....	18
Mapa 2: Zoneamento dos assentamentos irregulares em João Pessoa.....	71
Mapa 3: Áreas de risco e vias oficiais da Comunidade do Timbó em João Pessoa.....	117
Mapa 4: Divisão da Comunidade em Timbó I e II.....	128
Mapa 5: Itinerário dos ônibus no Bairro dos Bancários.....	139
Mapa 6: Classificação das vias da Comunidade do Timbó.....	150
Mapa 7: Percurso I realizado na Rua Travessa São Paulo.....	165
Mapa 8: Percurso II realizado na Rua Antônio Camilo dos Santos.....	167
Mapa 9: Percurso III realizado nas Rua Maria Glória Alves e Rosa Lima dos Santos.....	171
Mapa 10: Percurso IV realizado na Rua Nossa de Fátima.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos domicílios de João Pessoa quanto ao padrão construtivo – 1982.....	65
Tabela 2: Favelas existentes na cidade de João Pessoa na década de 1980.....	67
Tabela 3: Características resumidas das experiências.....	88
Tabela 4: Classificação e codificação dos usos do solo.....	112
Tabela 5: Índices urbanísticos referentes a cada tipo de uso na zona residencial 3 (ZR3).....	112
Tabela 6: Padrões urbanísticos do bairro dos Bancários e da Favela do Timbó.....	113
Tabela 7: Dados demográficos do bairro dos Bancários e da Comunidade do Timbó (SEM HAB, 2007).....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	15
CAPÍTULO 1: A URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NO BRASIL	26
1.1 Urbanização brasileira (breve contextualização)	26
1.2 Segregação urbana	28
1.3 A Questão da moradia e o processo de favelização no Brasil	32
1.3.1 Urbanização de favelas de 1989 a 1992	47
1.3.2 A Política habitacional na provisão de moradias	52
1.4 Desenvolvimento urbano e habitação social na cidade de João Pessoa	58
1.5 Experiências bem sucedidas de intervenções em favelas	72
1.5.1 Projeto de urbanização da favela do Castelo Encantado	73
1.5.2 Programa Guarapiranga	74
1.5.3 Projeto Santo André Mais Igual	77
1.5.4 Programa Favela Bairro	83
1.5.6 Política Urbana e Melhoria de vida em Diadema – SP	85
CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL: LEITURA E APREENSÃO DA FORMA DA CIDADE	92
2.1 O desempenho topoceptivo na apreensão do espaço urbano	94
2.2 O papel da morfologia urbana na análise do espaço	100
2.2.1 A forma urbana	102
2.3 O espaço da favela	104
CAPÍTULO 3 - A PESQUISA: CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA COMUNIDADE DO TIMBÓ	110
3.1 Legislação e código local	110
3.2 Ações do governo para a Comunidade do Timbó	114
3.3 Ocupação e uso do solo	118
3.4 Infraestrutura urbana e serviços públicos	132
3.5 Aspectos sociais	140
3.6 Configurações espaciais do Timbó	144

3.6.1 Limites.....	145
3.6.2 Vias, quadras e lotes.....	148
3.6.3 Relações entre cheios e vazios.....	153
3.6.4 Pontos nodais	155
3.6.5 Marcos visuais	157
3.6.6 O espaço urbano.....	159
3.6.7 A conectividade entre a comunidade e o bairro	160
3.6.8 A Visão serial	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	182
REFERÊNCIAS:	191
ANEXO A - ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - BAIRROS E AGLOMERADOS, SEDES/PMJP (2000)	197
ANEXO B – RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS URBANOS SEPARADOS POR BAIRROS.....	198
ANEXO C – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELA PMJP PARA OS MORADORES REMOVIDOS DAS ÁREAS DE RISCO DA COMUNIDADE DO TIMBÓ	203

INTRODUÇÃO:

Os temas da segregação socioespacial, bem como, do problema habitacional no Brasil têm ocupado destaque nos estudos urbanos há décadas. A própria ideia de segregação remete à separação de determinados grupos sociais no meio urbano das cidades como reflexo das relações sociais, políticas e culturais vigentes constituídas a partir da estrutura e da estratificação social. No caso da segregação habitacional cabe salientar também a questão do acesso a terra em diferentes localizações e valores diferenciados.

Segundo Lúcia Bógus (2009), nos últimos cem anos, foram muitos os pressupostos teóricos a respeito da segregação. Entre eles, destacam-se aqueles difundidos: pela sociologia da Escola de Chicago, início do século XX (PARK e BURGUES, 1921); pela sociologia urbana Marxista, anos de 1960 e 1970 (LOJKINE, 1979; HARVEY, 1973; CASTELLS, 1977); pelas abordagens mais recentes globalizantes que centrariam na dualidade social e espacial (SASSEN, 1991; MARCUSE, 2004; RIBEIRO, 2003).

No modelo da Escola de Chicago subte-se a diferenciação entre comunidade e sociedade (DURKHEIM, 1960) baseada na divisão social do trabalho como fundadora da divisão social do espaço, das relações sociais e das diferentes formas de sociabilidade. A partir desta visão, a segregação pode ser compreendida como a localização específica de determinados grupos sociais em relação a outros, resultando daí a ideia de distância espacial como expressão da distância social. Os indivíduos buscariam, assim, se agruparem por afinidades étnicas e por posição social, como forma de proteção aos efeitos fragmentadores da individualização gerados pela vida moderna na cidade. A visão crítica de base marxista, por sua vez, promove o debate de âmbito mais interdisciplinar no estudo do espaço urbano ao apontar a segregação como expressão das desigualdades sociais inscritas no território das cidades como manifestação da apropriação desigual de terras, bens e serviços pelas diferentes classes sociais. Neste caso, a segregação habitacional passaria a assumir características específicas nas sociedades capitalistas diante desta apropriação desigual. Os autores marxistas também enfatizaram o papel do Estado como um dos agentes sociais de maior influência na estruturação urbana, atribuindo a este, papel central na divisão social do espaço das cidades. E, assim,

trabalhos mais recentes procuram verificar o aumento da segregação habitacional a partir do aumento da globalização sobre as cidades quando o capitalismo assume grandes proporções e o fenômeno parece mundializado. De modo geral, os estudos recentes sobre segregação e desigualdade socioespacial levam em consideração que as transformações espaciais nas cidades têm origens distintas, conforme cada matriz sócio histórica do país, apontando, sobretudo, para o caráter marcadamente espacial do fenômeno, vinculado à condição de classe e à forma de crescimento das cidades contemporâneas.

Pode-se dizer que mundialmente tem-se a reprodução de diferentes contextos de situações de exclusão em decorrência da segregação no espaço das cidades, o que nos assegura quanto à relevância de estudar esta problemática, suas formas de expressão, considerando as especificidades locais, a dimensão temporal, o caráter processual e a dimensão territorial da realidade analisada. Logo, com este estudo sobre segregação pretende-se ampliar a compreensão dos processos socioespaciais responsáveis pela estruturação da cidade de João Pessoa e os mecanismos produtores de relações de interação e sociabilidade entre diferentes grupos e segmentos sociais, por vezes, fisicamente próximos, mas separados por barreiras, segregados por muros visíveis e invisíveis. Neste sentido, evidencia-se a importância das políticas públicas urbanas de combate aos mecanismos segregadores ou produtores de segregação urbana e/ou minimizar seus efeitos desenvolvendo soluções urbanísticas que possibilitem uma maior inclusão social, como também, maior acesso aos serviços urbanos. Deste modo, pode-se obter, conseqüentemente, uma minimização das desigualdades socioespaciais.

Nesse contexto, as diferenças sociais e culturais dos habitantes das cidades brasileiras refletem-se no tecido urbano, onde se mesclam construções de luxo da arquitetura, reunidas em condomínios fechados, com as ocupações irregulares, como as favelas e os cortiços. Para Neira Alva (1997) trata-se do encontro entre “cidade legal” e a “cidade real”, sendo esta resultante dos assentamentos informais.

Diante da problemática exposta, a pesquisa é conduzida a partir da reflexão sobre a organização socioespacial no urbano, a qual se apresenta através da segregação urbana, verificando como esta se expressa no território. Com o intuito de se entender como esta problemática da segregação está representada no espaço da favela e nos seus limites com o bairro, e também, como a mesma se configura

especialmente, toma-se como estudo de caso a Comunidade do Timbó a qual possui 900 unidades habitacionais e uma população aproximada de 4.600 habitantes em uma área de 15,832 hectares. A comunidade encontra-se inserida no Bairro dos Bancários, limite entre os Bairros Portal do Sol e Jardim Cidade Universitário, em João Pessoa na Paraíba (Mapa 1 pág. 18). O penúltimo bairro supracitado é onde está localizado um dos condomínios fechados de alta renda em área bem urbanizada, evidenciando as disparidades da distribuição de renda. Apenas uma grande ladeira em uma via duplicada, delimitada pelo muro alto e extenso do condomínio, separa a comunidade do bairro, sendo possível perceber uma diferença de paisagem ao descer a ladeira.

Como hipótese do trabalho, partiu-se do pressuposto que a comunidade do Timbó é um sítio segregado tanto pelos seus limites geográficos – a barreira e o Rio – que fecham a comunidade em si mesma e impedem a articulação direta ao bairro, como também, em relação ao bairro onde está inserido. Quanto a esse último, a segregação é acentuada pelas questões social e urbana as quais são percebidas pelas distintas características.

A Comunidade do Timbó existe há 30 anos e sua problemática não é a localização, pois se encontra no setor sul da cidade em um bairro considerado de classe média (ORRICO, 2004) dotado de uma boa infraestrutura, mas sim as precariedades física e estrutural da área onde está inserida, associadas à pobreza social dos moradores, necessitando ser urbanizada e de diretrizes de intervenção que possam auxiliar futuros projetos de urbanização de maneira a valorizar os espaços da favela e assim, contribuir para melhor qualidade de vida da população local. Estas diretrizes envolvem desde ações relacionadas aos direitos humanos dos próprios moradores da área, como também, procedimentos que irão guiar a atuação do urbanista, arquiteto, engenheiro e até mesmo das associações comunitárias, quando forem intervir com projetos na comunidade ou em qualquer outro espaço informal que tenha uma organização espacial similar.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA.

O bairro onde a comunidade em estudo está locada tem apresentado um forte crescimento, apontando como uma das áreas de maior crescimento imobiliário da capital em razão de sua boa infraestrutura e da proximidade com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Devido à especulação imobiliária, o valor fundiário em prédios residenciais no bairro dos bancários está em torno de R\$ 1.000 por m² (SANTOS, 2010). Em 2008 o valor de uma residência localizada no início do Bairro dos Bancários, variava entre R\$ 85.000 e R\$ 100.000, dependendo do acabamento e conservação do imóvel. Em 2009, essas casas estavam custando em torno de R\$ 150.000, revelando um aumento de 76,47% (TEIXEIRA, 2009). Diante dessa situação, a população pobre fica sem opção, a não ser optar por morar na favela, já que nesta o valor das casas é bem mais baixo. Supõe-se então, haver nesta área uma problemática típica desta relação entre cidade legal e cidade real, cujas características mais marcantes são a segregação socioespacial e a ocupação ilegal de terrenos da União, de áreas de risco ou de propriedade privada abandonada, por população em situação de extrema pobreza. Como a população tem um baixo poder aquisitivo, não interessa ao mercado investir na construção de habitação para esse setor, pois não seria lucrativo. Na falta de alternativas, esta população pobre realiza o loteamento e as habitações autoconstruídas passando a representar e a viver no que poderíamos chamar de uma “cultura da pobreza” (LEWIS, 1969 *apud* FREITAG, 2006) da cidade ilegal.

A partir do exposto, urge o desenvolvimento de estudos que privilegiem estas áreas, sua população e a organização socioespacial que as caracteriza sob as condições as quais estão submetidos, sobretudo, acentuando processos de segregação.

Almeja-se com este trabalho colaborar com dados urbanísticos que auxiliem no desenvolvimento de futuros projetos de urbanização para o local, de modo a tentar amenizar problemas de organização espacial na favela, como também, contribuir para melhoria da sociabilidade interna na Comunidade e da relação com o bairro/cidade, melhorando a qualidade de vida e das habitações dos moradores, mas sem interferir no modo de vida e na cultura. É necessário que os projetos de urbanização de favelas se preocupem em relação ao porte das obras de reestruturação urbana já que estas interferem significativamente no cotidiano dos moradores e na forma de apropriação e uso do espaço. Outro fato importante é que

nos projetos de urbanização seja pensado na esfera social, pois os moradores necessitam de espaços públicos onde possam sociabilizar-se.

De acordo com Jáuregui (2004), as estratégias para configurar o espaço habitável compreendem altos níveis de participação dos envolvidos e uma integração entre variáveis físicas e sociais. Por isso, as comunidades carentes necessitam urgentemente de intervenções sociais, culturais e de lazer, visando à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a consolidação do direito à cidade para a população da favela.

No caso da cidade de João Pessoa o processo de urbanização se deu de forma desordenada e excludente, resultando, nos anos 1970, na propagação dos assentamentos precários e irregulares situados nos espaços intraurbanos da cidade (SUASSUNA, 2006). Logo, as favelas consolidaram-se como forma de moradia permanente. Portanto, é necessário ampliar o mercado residencial legal, mas não se pode deixar de intervir nas favelas existentes com obras de urbanização. Estas não devem ser apenas intervenções pontuais, mas integrar-se a um conjunto de outras, de forma a minimizar os problemas que conduziram as cidades latino-americanas e brasileiras a serem caracterizadas como cidades “partidas” (VENTURA, 2001), nas quais cerca de 40% ou mais da população urbana vivem em áreas irregulares (cortiços, invasões, favelas, barriadas). Ainda, é importante buscar estratégias de inclusão que integrem “cidade legal” e “cidade real” (NEIRA ALVA, 1997).

Neste sentido, o trabalho tem como objetivo compreender a organização socioespacial relacionada à produção do espaço urbano e entender como se configura a segregação no meio urbano da favela do Timbó.

Visando a compreensão da organização socioespacial da favela do Timbó, incorporam-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a localização da favela a partir dos seus limites e as fronteiras que separam o Bairro/Cidade da favela;
- Realizar uma análise da configuração espacial da favela, considerando os elementos físicos da paisagem e identificando o traçado das vias de circulação, os acessos e a definição dos lotes e quadras;
- Identificar as carências em termos urbanísticos;
- Estabelecer indicadores de melhoria urbanística que contribuam para evolução da qualidade de vida da população desta favela e possam servir

para situações semelhantes em termos de ocupação e organização socioespacial;

- Desenvolver esforços para articular as abordagens teóricas, metodológicas e conceituais dos autores - LAMAS, LYNCH, KOHLSDORF, HOLANDA e JACQUES - para compreensão e análise da forma urbana e segregação na Comunidade do Timbó.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho seguiram as seguintes etapas:

- **Embasamento Teórico e Conceitual:** Foram consultados monografias, teses, dissertações, livros específicos e *sites* com a mesma temática da pesquisa, no intuito de realizar uma revisão literária e de obter um embasamento teórico e conceitual para o desenvolvimento do trabalho, como também pesquisa de novas bibliografias que complementam e atualizam o referencial teórico que fundamenta este trabalho.
- **Pesquisa Documental em Órgãos Competentes, Aquisição de Dados Físicos sobre a Área em Estudo e de Instrumentos de Coleta de Dados:** Consulta a órgãos públicos municipais como Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Fundação de Ação Comunitária (FAC) para obtenção de dados, mapas, plantas, ortofotocartas e levantamentos de informações sobre o local estudado. Foi averiguada nas Secretarias Estadual e Municipal de Habitação a existência de projetos e/ou obras de urbanização, realizados ou em processo de elaboração para a Comunidade do Timbó.
- **Sistematização e Análise das Informações, e Desenvolvimento da Dissertação:** foram realizadas visitas a campo, levantando informações de caráter qualitativo e de apreensão do espaço sob a ótica deste estudo. Articulação das observações de campo e do registro fotográfico com a análise da configuração espacial. Ainda, avaliação dos espaços segregados na favela, a partir dos registros das observações de campo e das fotografias, associando estas informações com o objetivo de identificar as consequências para a sociabilidade da população da favela. Envolveu também, o desenvolvimento dos capítulos da dissertação que foram avaliados nos

seminários do PPGAU e no exame de qualificação, culminando com a etapa final de análise e redação da dissertação a ser submetida à banca julgadora final.

Ao longo destes procedimentos de pesquisa foram realizadas análises das informações pesquisadas, aprofundando cada vez mais a compreensão e a possibilidade de elaboração dos indicadores para intervenções na área em termos de planejamento urbano e melhoria da qualidade de vida da população.

Em relação ao embasamento teórico metodológico desta pesquisa, alguns conceitos sobre análise da forma urbana e desempenho socioespacial são trabalhados a partir de autores como Frederico Holanda (2010), Maria Elaine Kohlsdorf (1996), Paola Berenstein Jacques (2003), Kevin Lynch (1999) e José Lamas (2004) que são de grande importância para embasar a percepção e leitura do espaço. Deste modo, apontam-se os principais conceitos de cada autor estudado para fundamentar a análise da Comunidade do Timbó.

Para Elaine Kohlsdorf (1996) o olhar da arquitetura e do urbanismo sobre a cidade se compromete com a tarefa de entender e agir sobre o espaço físico, valorizando conhecimentos sociais e formas de apreensão individuais e coletivas. A autora destaca que esse olhar vai além dos lugares construídos a partir de projetos realizados por arquitetos e urbanistas, o que torna o espaço urbano uma modalidade do espaço arquitetônico, de maneira que ele responde às expectativas de seus usuários. Logo, justifica-se a sua utilização para apreensão do espaço da favela, que apesar de não ter sido projetado por arquitetos ele possui uma arquitetura própria dos seus moradores. Outro fato é que o espaço arquitetônico é considerado como qualquer espaço originado intencionalmente, e para sua caracterização, são determinantes elementos estruturais como: o edifício, a praça, a rua, a fração urbana, a cidade, o parque, etc.

Por seu turno, Kevin Lynch (1999), considera a cidade como obra arquitetônica, uma construção no espaço em grande escala que só torna-se perceptível no decorrer de um longo tempo. Neste sentido, o planejamento da cidade é uma arte temporal. Nada é apreendido isoladamente, mas sempre em relação ao seu entorno, às sequências de elementos e à lembrança de experiências passadas.

Para realizar a observação da cidade e suas partes físicas e imóveis, é importante perceber a atuação transformadora da população e de suas atividades que são consideradas por Lynch como elementos de grande importância na observação, pois o cidadão ele não é apenas um observador da cidade, ele faz parte da paisagem citadina. Essas ações estão relacionadas tanto à utilização do espaço citadino, a qual envolve os anseios sociais, quanto na possibilidade de ser informado pelos lugares frequentados.

Outro aspecto a ser avaliado no Timbó é o topoceptivo. Holanda (2010) considera este aspecto como um neologismo criado por Kohlsdorf que se refere à legibilidade do lugar, ou seja, a identidade, se ele oferece boas condições para a orientabilidade. O autor ressalta que para um espaço ter bom desempenho topoceptivo ele deve conter uma quantidade suficiente de estímulos para evitar a monotonia, repetição, redundância, etc.. Então, será analisado no Timbó o seu desempenho topoceptivo, quais características da forma urbana lhe confere a identidade. Essa análise acontece através da percepção, a qual está condicionada ao movimento e à localização do indivíduo que está percorrendo o lugar.

Para realizar a análise de um espaço, outro aspecto importante é o da morfologia urbana. Lamas (2004) conceitua o termo morfologia como o estudo da configuração de um objeto. Sob o aspecto da ciência, a morfologia estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhe deram origem. A morfologia urbana examina essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações, de maneira a explicar a paisagem urbana e sua estrutura.

Ao realizar um estudo morfológico de um meio urbano é essencial que se considere os seus momentos de produção e ainda identificar as inter-relações desses momentos. No caso desse trabalho será mostrado todo o processo de ocupação e modificação do espaço do Timbó com o intuito de se entender como se deu a produção do mesmo e assim adentrar na análise morfológica.

Sabe-se que morfologia é o estudo da forma urbana, mas o que é forma? é uma estrutura espacial em que há uma relação entre os elementos que a compõem e o seu espaço, como também, é decorrência da sociedade que a produz e das influências históricas, sociais, econômicas e políticas em que essa sociedade gera o seu espaço e o habita.

Conforme Lamas (2004) a forma é constituída pelas unidades ou partes físicas do espaço, isto é, os elementos morfológicos. É importante estabelecer quais são os elementos morfológicos identificáveis tanto na leitura ou na análise da cidade, como também na sua concepção. Esses elementos serão explicados posteriormente, como também aplicados no espaço do Timbó.

Quanto à forma urbana, Holanda *et al.* (2000) destaca a urgente necessidade da sua discussão para que se classifiquem as possibilidades desta responder às expectativas dos cidadãos e assim, estabelecer quais características morfológicas podem contribuir para dias melhores, sem exclusão de pessoas.

Para completar esse escopo teórico, não podiam deixar de serem abordados os conhecimentos sobre o espaço particular da favela. Este é considerado por Paola Jacques (2003) como uma arte a qual é possível evocar uma estética da arquitetura vernácula com uma estética própria das favelas. Conceder uma estética às favelas pode ajudar numa melhor interpretação da sua estrutura espacial e contribuir para acabar com alguns preconceitos da arquitetura e do profissional em relação à área. A autora destaca ainda que para se entender a favela é necessário apreender o movimento neste espaço. A favela é um lugar onde os sujeitos da ação são os próprios moradores que o constroem e o transformam diariamente.

Portanto, para a análise do espaço do Timbó é importante que o adentre e assim, sejam realizados percursos para poder conhecer e apreender toda a área, desde a sua ocupação, infraestrutura e elementos que compõem a forma urbana. Dado o exposto, os conceitos apresentados são imprescindíveis para guiar a investigação dos atributos formais do Timbó de modo a mostrar as diferenças da cidade legal demonstradas através da segregação.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, articulados entre si, dispostos da seguinte forma:

O capítulo 1: A urbanização e o processo de favelização no Brasil
Urbanização brasileira apresenta uma breve contextualização do processo de urbanização no Brasil mostrando como este influenciou na organização espacial da cidade resultando na segregação urbana. É explorado desde o conceito de segregação até as tipologias. Ao falar em segregação, não se pode deixar de falar na favelização que foi desencadeada pela mesma e ocasionou assim, o problema habitacional. O capítulo aborda ainda a produção do espaço urbano de João Pessoa

no que diz respeito às formas de ocupação do território pelos grupos sociais para que assim possa compreender o fenômeno das favelas na cidade, bem como, suas origens, mutações e consolidação como elemento integrante da morfologia urbana. O capítulo é finalizado com a exposição das experiências bem sucedidas de intervenções em favelas.

O **capítulo 2: Configuração socioespacial: leitura e apreensão da forma da cidade** constam toda a fundamentação e os conceitos essenciais para a apreensão e leitura do espaço da favela. Autores como Holanda (2010), Kohlsdorf (1996), Jacques (2003), Lynch (1999) e Lamas (2004) são de fundamental importância na fundamentação da análise morfológica. Portanto, apresenta-se a contribuição de cada um para fundamentar os procedimentos metodológicos desse trabalho.

O **capítulo 3 A Pesquisa: Configuração Socioespacial da Comunidade do Timbó** após apresentado o escopo teórico no capítulo anterior, este capítulo mostra de maneira enfática a caracterização do objeto empírico da pesquisa. Antes de adentrar na análise do objeto de estudo, é apresentado um tópico referente à legislação e códigos locais que deixam claro as diferenças entre o bairro e a comunidade. Depois estão expostas as ações do governo para o Timbó. Este capítulo expõe também a análise do meio urbano da Comunidade do Timbó, a qual é embasada pelos autores citados no capítulo anterior. Alguns aspectos foram analisados na comunidade, como: acessos/acessibilidade, localização, infraestrutura, traçado, lotes, quadras e vias de circulação, bem como, as barreiras/fronteiras físicas que dificultam a ligação direta da favela com o bairro. É investigado também as formas de apropriação do solo urbano e a relação dos moradores com o bairro. Essa análise e investigação são fundamentais para visualizar e entender a segregação no sítio. Apresentam-se mapas temáticos correspondentes a cada aspecto da análise realizada no Timbó.

Nas **Considerações finais** estão as exposições que sintetizam os resultados obtidos com a realização da pesquisa, a qual serviu como referência para o desenvolvimento do trabalho, como também constam as diretrizes urbanísticas para a melhoria de vida dos habitantes do Timbó.

CAPÍTULO 1: A URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é mostrar como se deu a urbanização no Brasil e como essa influenciou no surgimento das favelas, como também, na sua transformação em problema habitacional. Busca-se sistematizar a evolução das favelas, as ações de urbanização voltadas para a mesma, além das políticas habitacionais públicas brasileiras relacionadas à provisão habitacional para a população de baixa renda.

1.1 Urbanização brasileira (breve contextualização)

A partir das décadas de 1950, 1960 e 1970 os processos de urbanização e industrialização ocorreram no Brasil levando a população rural a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Nesta época, ocorreu a intensificação no processo de urbanização associado ao projeto político brasileiro desenvolvimentista.

De acordo com Renato Pequeno (2008) no decorrer do século XX o Brasil vivenciou um processo de urbanização intenso, ocasionando grandes mudanças na distribuição demográfica em seu território. A população difundiu-se dispersa e heterogeneamente do meio rural para o urbano. Esta circulação estava associada às transformações na estrutura produtiva, à concentração de oportunidades de trabalho e serviços nas cidades, aos investimentos predominantemente urbanos e às inovações tecnológicas. Esse processo de urbanização tornou-se cada vez mais atraente o que resultou no crescimento demográfico nas cidades.

Esse intenso crescimento demográfico nas cidades ocasionado pelo processo de industrialização originou problemas decorrentes das demandas por moradia, transporte e demais serviços urbanos que até então não existiam.

O processo de urbanização amplia-se e ganha protagonismo na sociedade contemporânea, baseado, sobretudo, na tecnocracia. Os instrumentos de planejamento não pareciam ser capazes de combater as desigualdades, nem tão pouco as questões urgentes de infraestrutura e habitação defasados. Concentram-se, em questões estruturais associadas a horizontes distantes que inviabilizam sua execução (VILLAÇA, 2001).

A partir do processo de urbanização as cidades se expandiram de modo desordenado, algumas com planejamento inadequado ou até mesmo na sua ausência. As pessoas que migravam chegavam à cidade e não tinham condições de morar no setor urbanizado com acesso a serviços públicos. Então, os sítios pouco atrativos ou áreas não ocupadas dentro dos loteamentos já construídos começaram a ser ocupados por essa parcela populacional. Entretanto, essa situação ocasionou uma descontinuidade do tecido urbano e uma distribuição desigual de serviços públicos nas cidades. Muitos loteamentos com pouca ou praticamente sem infraestrutura foram colocados à venda e assim, a pessoa que comprasse ia batalhar no intuito de conseguir os equipamentos e serviços públicos como: pavimentação, água, luz, educação, saúde, etc.

Essa situação gerou uma valorização diferenciada entre as áreas da cidade. Arlete Rodrigues (2003) ressalta que para morar é necessário ter capacidade de pagar pela mercadoria não fracionável, a terra e a edificação, cujos preços são influenciados pela localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas áreas próximas.

A falta de uma política urbana capaz de constituir os procedimentos que fossem adotados no planejamento, como também, que se adequasse à utilização dos instrumentos de controle do solo urbano acarretou um processo de urbanização caracterizado pela desordem e exclusão, tornando as cidades vulneráveis às ações de especuladores imobiliários que associados ao Estado, otimizaram retornos de investimentos, promovendo a deterioração do espaço urbano. Para Milton Santos (1993) esse processo é considerado como uma urbanização caótica a qual se tem a produção do espaço urbano, e, sobretudo, do espaço intraurbano das cidades predominantemente direcionado pelos interesses da população de alta renda aliados ao Estado.

O processo de urbanização juntamente com os investimentos industriais e a migração da população das áreas rurais para os centros urbanos interferiram diretamente na formação das cidades e na sua configuração socioespacial. As cidades configuraram-se espacialmente em duas partes: de um lado, a cidade informal, desprovida das benfeitorias, que se desenvolveu na base da irregularidade urbana, onde ficam as pessoas excluídas do mercado de trabalho e as de baixa renda; do outro, a cidade formal a qual reúne todos os investimentos públicos com

uma infraestrutura privilegiada. Deste modo, ficam nítidas as diferenças socioespaciais no espaço intraurbano da cidade e a existência de mecanismo de exclusão. Segundo Neira Alva (1997) os espaços das cidades são densamente ocupados e nestes predomina uma cultura cujo marco principal é o consumo ostensivo de bens e serviços. Nesse setor da cidade pode ser encontrada uma considerável concentração de grandes edifícios e infraestrutura. Ao observar as cidades é possível perceber ainda, a prática da autoconstrução e das favelas nas periferias e zonas urbanas, como também, o impulso do setor informal nos vários setores da economia urbana.

Segundo Castells (2009) a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana.

As cidades mostram que a heterogeneidade através de seus condomínios fechados com toda sua infraestrutura e segurança, das casas geminadas, das favelas, das casas inacabadas, torna explícita a segregação nos bairros.

Diante do exposto, percebe-se que o modelo de intervenção urbana era caracterizado por uma modernização excludente cuja centralização de investimentos em equipamentos e serviços eram voltados para as áreas da cidade formal, originando assim a segregação no solo urbano e o não investimento nas áreas habitadas pela população carente. Essas circunstâncias dificultaram ainda mais o acesso ao solo urbano e à moradia, visto que para adquirir um imóvel só era possível pela propriedade privada e poucos tinham esse capital. Outro fator era a exigência de plantas que comprovassem que aquele solo ou a construção estavam regularizados. Logo, surgiram as ocupações irregulares nas franjas das cidades. No Rio de Janeiro, as favelas ocuparam os morros mais próximos do centro, marcando o panorama da cidade.

1.2 Segregação urbana

De acordo com Valladares (2005) quando se estuda a literatura sobre favelas no Brasil, ressalta-se que falar em favela é o mesmo que falar em “problema social”, “segregação” e “violência urbana”.

A literatura revela que desde meados do século XIX há uma tendência à segregação em regiões da metrópole por parte das camadas de média e alta renda. Com o passar dos anos percebe-se uma divisão cada vez mais acentuada das metrópoles com uma desigualdade socioespacial que influencia na acessibilidade, qualidade de moradia e nas condições de deslocamento na cidade.

Segregação é um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjunto de bairros de metrópoles (VILLAÇA, 2001). É o processo que define especificamente a divisão social do espaço.

Para Manuel Castells, segregação urbana é a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença, como também, de hierarquia (CASTELLS *apud* VILLAÇA, 2001).

Segundo Flávio Villaça (2001) a segregação espacial dos bairros residenciais das diferentes camadas sociais é uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras. A segregação não exclui a possibilidade da presença de outras camadas sociais no mesmo sítio, visto que não existe a presença exclusiva do segmento populacional de alta renda em nenhum sítio da cidade, embora, seja possível haver a presença única da camada de baixa renda em determinados sítios.

De forma complementar Henry Lefebvre (1999) destaca que a segregação no meio urbano é um fenômeno social e espacial. Considera-se social visto que em sua base estão a organização da sociedade e as relações sociais entre as pessoas; e espacial porque as relações sociais acontecem em um sítio equipado de modo diferenciado, deixando visível a distinção entre eles.

Para Roberto Corrêa (1995) existem dois tipos distintos de segregação: a autosegregação que se refere à segregação da camada social e a segregação imposta, prática de camadas sociais cujas opções de localização de moradia são pequenas ou nulas.

Neste contexto, Gist e Fava (1968 *apud* VILLAÇA, 2001) destaca dois tipos de segregação relacionados às camadas sociais: a voluntária que ocorre quando uma pessoa procura conviver com outra do mesmo segmento social em algum sítio da cidade, e a involuntária que é quando a pessoa por algum motivo deixa de residir em um determinado sítio da cidade ou é forçado a morar em algum setor da cidade.

Observa-se que o primeiro tipo de segregação faz referência à camada de baixa renda, enquanto o segundo refere-se à camada de maior poder aquisitivo.

Contudo, Flávio Villaça ressalta que: “Na verdade não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p.147-148).

A partir dessa exposição, segue-se a perspectiva direcionada para a do autor supracitado, considerando que a segregação é um artifício essencial para obter-se um poder social através do espaço e importante para compreender a configuração espacial das cidades.

Pode-se dizer então, que a segregação é originada pela disputa por uma determinada localização espacial entre as diferentes camadas sociais. Mas, não é apenas esta disputa que impulsiona a segregação. Esta também está associada às disparidades da distribuição de riqueza originada socialmente e pelo poder, como também à atuação do Estado e da especulação imobiliária. A produção ilegal das moradias e o urbanismo segregadores são produtos do descompasso e das características do mercado imobiliário e fundiário nas cidades (MARICATO, 1996). Já o Estado age através da implantação de infraestrutura diferenciada para determinados setores da cidade. Marcelo Souza ratifica a atuação do Estado quando faz o seguinte apontamento:

Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua também como agente repressor, via de regra, na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens, negros, de moradores privilegiados e pobres (SOUZA, 2005, p. 90).

Na cidade de São Paulo onde uma grande parcela da população não tem acesso a serviços públicos básicos, a questão da terra é considerada um elemento segregador no que tange uma visão socioeconômica quando se sabe que 70% dos terrenos que estão à espera da valorização possuem equipamento público, como rede de água, esgoto ou pavimentação, permanecendo assim ociosos e servindo como forte elemento na dinâmica da especulação imobiliária (KOWARICK, 1993).

A segregação urbana é uma das faces mais importantes da desigualdade social e em parte causadora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos como: o transporte, saneamento, drenagem, serviços de saúde, educação e maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial) e discriminação (MARICATO, 2001).

As atuais configurações espaciais e sociais na cidade estão passando por um momento de diferenciação com a existência de rupturas entre as camadas sociais, organizações e territórios urbanos. Deste modo, acabam evidenciando os processos de segregação tanto do ponto de vista social quanto na sua firmação no espaço, tornando-se perceptíveis na propagação dos novos estilos de morar e de viver no meio urbano.

O espaço urbano, ao mesmo tempo em que reflete uma organização social expressa através da segregação na constituição de territórios separados e diferenciados para cada grupo social, reflete mudanças importantes no espaço domiciliar como, por exemplo, uma busca maior de privacidade dentro de casa em oposição ao espaço público da rua. Nesse sentido, a habitação e solo urbano tornaram-se mercadorias possíveis de serem adquiridas apenas por aqueles segmentos da sociedade que detêm um certo capital e podem, por isso, isolar-se em seus bairros, cercados por ampla murada, se protegendo da diversidade da cidade, em contraposição aos bairros populares onde predominam o uso coletivo dos espaços e a superposição das funções dentro das moradias (SCOCUGLIA, 2000).

Nos bairros populares, o tamanho dos lotes impostos pelo mercado não possibilita os recuos exigidos pelas leis de zoneamento em geral. Tais leis são voltadas para solucionar problemas de aparência e cumprir os requisitos da camada social mais abastada; nos bairros populares, quando existem leis, elas são extremamente permissivas. Isso significa que, em tais bairros, tudo se passa como se elas não existissem, mesmo que existam (VILLAÇA, 2001).

Percebe-se então uma “divisão social e simbólica do espaço”, a qual consiste na valorização diferenciada atribuída a diferentes lugares na cidade em razão de certas características como: a proximidade a lugares aprazíveis, a qualidade da paisagem, o acesso a determinadas atividades valorizadas socialmente, ou ainda, a

possibilidade da autosegregação em relação a categorias sociais consideradas inferiores na hierarquia social dominante. Essa divisão acaba gerando a segregação socioespacial.

Constata-se que a segregação dificulta a possibilidade de qualquer integração social entre indivíduos de segmentos sociais distintos, pois ela fragmenta o tecido urbano de modo a ocasionar uma divisão social nas diversas partes da cidade. À medida que as habitações sociais, destinadas à população de baixa renda, são colocadas em áreas distantes da cidade, contribuem para o isolamento entre os segmentos sociais devido à distância espacial.

1.3 A Questão da moradia e o processo de favelização no Brasil

Cortiços, estalagens ou casas de cômodos eram designações dadas às habitações populares no século XIX. Estes se caracterizavam como habitação coletiva constituída por pequenos quartos sem mobília que se estendiam muitas vezes até os porões e sótãos (VALLADARES, 2005). Eram considerados como lugar de pobreza favorável a crimes e epidemias, tornando uma ameaça à ordem social e moral da sociedade. Com o intuito de controlar as condições sanitárias, o governo designou a eliminação destes por meio de leis que impediam a constituição de novos cortiços e obras de saneamento através da distribuição de água e esgoto.

Com o objetivo de erradicar os cortiços que eram considerados focos de propagação de doenças e assim, obter a modernização da cidade, foram realizadas algumas Reformas Urbanísticas - a Reforma de Passos - e intervenções sanitaristas. O saneamento, o combate aos cortiços e o embelezamento apareceram como partes indissolúveis do projeto de reforma da cidade.

Essa reforma ocasionou a valorização das áreas centrais e, consequentemente, a sua desobstrução através da erradicação dos cortiços. Estas regiões centrais foram anteriormente ocupadas e depois abandonadas pelos segmentos de alta e média renda que passaram a ocupar novas áreas de moradia em terrenos maiores, relativamente próximos às antigas áreas centrais, gerando assim, gradativamente novas centralidades. Com isso, as antigas áreas centrais tiveram seus usos redefinidos passando então a concentrar, sobretudo, atividades de comércio e serviços, bem como, da administração pública e privada. Nas áreas

que podemos chamar de “periferias do centro” (SCOCUGLIA, 2010), localizaram-se populações pobres dependentes da proximidade das atividades concentradas nos centros urbanos (comércio ambulante, catadores de papel, de latas, empregados de pequenos comércios e serviços etc.). Todavia, essa erradicação não teve sucesso, apenas transferiu o problema para áreas pouco valorizadas pelo mercado fundiário. Desta maneira, surgiram novas formas de habitações “subnormais” como alternativa de moradia para a população carente. Assim, formaram-se as primeiras aglomerações precárias. O Jornal Correio da Manhã (1907 *apud* ABREU 1994, p. 38) mostra que para parte da população expulsa das áreas centrais devido à reforma ou pelo aumento do valor dos aluguéis, “só restavam mesmo as montanhas agasalhadoras, ou seja, quase todos os morros que formam a cinta da cidade”.

Nas primeiras décadas do século XX, os cortiços deixaram de ser alvo de interesse para jornalistas, médicos e engenheiros, tornando-se assim, menos importante para o higienismo da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Lícia Valladares (2005) os cortiços sobreviveram apenas em uma existência residual. Logo, a favela passou a ser tema principal nos debates sobre o futuro da capital e de todo o Brasil, estando presente nos discursos dos higienistas que a condenavam por ser considerada uma moradia insalubre.

As primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro, após a Guerra de Canudos e em São Paulo por volta segunda Guerra Mundial (RODRIGUES, 2003). No início do século XX, percebia-se apenas uma pequena quantidade em espaços pouco importantes e ainda não eram tidas como um problema para a cidade. Eram consideradas um mundo diferente que surgiam nos morros da capital em oposição à ordem urbana e social como uma alternativa habitacional para população carente.

Com o passar dos anos, tão logo descoberta, a favela espalhou-se pelo morro, transformando-se em um problema a ser resolvido por ameaçar o restante da cidade. Começou então, a preocupação de higienistas com o futuro da cidade em relação à insalubridade, epidemias e contágio.

Diante da situação, de acordo com Ribeiro (1997 *apud* VALLADARES, 2005) a população do Rio de Janeiro crescia a um percentual anual de 2,8%, as construções prediais cresciam 3,4%. Entretanto, a maioria destas era destinada às atividades econômicas. As construções voltadas para moradia aumentaram apenas 1% ao ano. Percebe-se então, uma disparidade entre a construção de moradias e o

crescimento populacional, ocasionando um considerável aumento da densidade domiciliar de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia.

A rapidez desse crescimento populacional acarretou em um quadro de precariedade, visto que um grande contingente da população não tinha acesso à infraestrutura básica, espaços de lazer e nem a habitações salubres com boas condições de habitabilidade. Deste modo, gradativamente a favela brotava como o mais recente território da pobreza, uma patologia social, mal contagioso que deveria ser contestado (VALLADARES, 2005). De acordo com Maurício de Abreu (1994) a origem da favela está ligada a dois focos de tensão que afetaram o Rio de Janeiro: a crise habitacional, que se agravou, e as crises políticas advindas da República. Dentre estas, duas tiveram importância significativa para impulsionar a expansão inicial das favelas: a Revolta da Armada e a campanha militar de Canudos.

Favelas, aglomerados subnormais ou precários são denominações dadas aos assentamentos caracterizados pela predominância de casebres ou barracões “amontoados”, desprovidos de condições mínimas de habitabilidade com ocupação ilegal e irregular do solo, e padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação, geralmente localizados em encostas. Ermínia Maricato (2001) define favela como áreas invadidas e a completa ilegalidade da relação do morador com a terra.

O médico higienista Mattos Pimenta com o apoio do Departamento Nacional de Saúde Pública desenvolveu uma campanha, no Rio de Janeiro, contra a favela criando o programa denominado “Casas Populares”, o qual ressaltava a proposta de solução para os problemas das favelas com algumas ações, dentre elas, cessar imediatamente a construção de novos casebres, evitando assim a propagação. Com a finalidade de evitar as construções clandestinas era realizada a fiscalização por funcionários da prefeitura e do departamento nacional de saúde pública, e ainda, elaborado um programa de construção de casas para os proletários, asilos e colônias para os inválidos, velhos e crianças abandonadas. O Banco do Brasil e as construtoras deveriam firmar acordo de abertura de crédito com garantia hipotecária e obrigação da construção de casas populares. Mattos Pimenta concebeu um plano almejando substituir as favelas por grandes prédios. Mas, nem todo o plano foi colocado em prática, pois houve a demolição de favelas sem a construção das

habitações populares. Consequentemente, estas ações contribuíram apenas para camadas sociais de alta renda (VALLADARES, 2005).

Após a campanha de Mattos Pimenta, no final da década de 1920, as favelas são enfocadas pelo urbanista Alfred Agache que foi o primeiro a perceber os laços sociais nas favelas, a relação de vizinhança, os costumes, o princípio de organização social e a necessidade de ações econômicas. Para Agache a presença das favelas na paisagem do Rio de Janeiro seria o resultado da indiferença manifestada pelo poder público em relação às habitações da população carente. O urbanista afirmava que apenas a erradicação dessas habitações não era o suficiente para obter uma ordem social, a segurança e higienização da cidade, pois se a população fosse expulsa da favela se instalariam em outras áreas com as mesmas condições. Então, ele propôs em seu plano de extensão, renovação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro a eliminação das favelas, com a remoção dos moradores para “subúrbios operários” (LEITÃO, 2009, p.31). Nestes, as habitações seriam econômicas, higiênicas e práticas. Deste modo, estaria educando-se a população a ter uma vida mais confortável. Entretanto, todas essas propostas e o conjunto de projetos de Agache foram poucos valorizados e consequentemente deixados de lado devido às mudanças trazidas pela Revolução de 30 que tirou do poder quem tinha contratado o urbanista para criar o plano de remodelação da capital.

A Revolução de 1930 originou uma nova etapa nas representações das classes populares e consequentemente das favelas. Esta etapa foi considerada como “o momento em que a questão social” foi efetivamente priorizada dentro de uma perspectiva mais inovadora (LEITÃO, 2009, p.32). Então, no período de 1931-1936 durante a administração do médico Pedro Ernesto, as favelas foram reconhecidas como realidade permanente do espaço urbano e foco da preocupação estatal, como também, a necessidade de melhorar a vida dos seus habitantes, o que contrariou a solução única de sua erradicação proposta anteriormente. Conforme Pereira da Silva (2003), esse reconhecimento ocorreu através de três formas de atuação:

O contato direto através de visitas [...] a bairros, mas principalmente aos morros mais conhecidos, a inauguração - ou o acolhimento de reivindicação dos moradores - de serviços e equipamentos nas favelas; e a tolerância, ou

a intermediação, com relação às questões de despejos e remoções de moradores (SILVA, 2003, p. 62).

Na década de 1940, durante o Estado Novo, a favela teve seu reconhecimento concretizado através do recém-criado - pela Prefeitura do Rio de Janeiro - Código de Obras que foi elaborado com características repressivas, permanecendo em vigor até 1970. Através desse código pretendia-se obter respostas para os novos problemas colocados pelo crescimento urbano. Dentre eles, destaca-se principalmente o início da verticalização e a questão dos bairros insalubres.

O Código de Obras introduz a destruição das habitações anti-higiênicas e a execução de qualquer melhoria nas existentes, principalmente em seu artigo 349:

Art. 349: A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida (VALLADARES, 2005, p. 52).

Em 1941, em oposição às características repressoras do Código de Obras, o médico Victor Tavares de Moura criou o primeiro documento voltado especificamente para a questão das favelas, abordando alternativas para intervenção estatal com uma visão distinta daquela que até então existia. A partir da formulação desse documento foi criada uma comissão com o intuito de pesquisar os problemas de higienização das favelas, sendo que, posteriormente, os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) se associaram à Prefeitura do Rio de Janeiro para promover a urbanização de assentamentos já existentes e sugerir ações preventivas com o objetivo de impedir o surgimento de novos assentamentos informais (LEITÃO, 2009).

As favelas prejudicavam a urbanidade das cidades. Neste sentido, objetivando a viabilidade da erradicação, resolver o problema da insalubridade no centro das cidades e obter novas áreas para expansão urbana foi criado o Parque Proletário Provisório no Rio de Janeiro. Estes consistiam em alojamentos coletivos de madeira para onde a população que habitava em favelas era removida. Eram considerados habitat provisório para assegurar a integração posterior à vida urbana e representavam a primeira etapa da política habitacional. A segunda seria a

construção de edifícios onde as famílias iriam ser abrigadas definitivamente. Mas isto não ocorreu, os Parques tornaram-se habitat definitivo. A solução adotada resultou, segundo Parisse (1969 *apud* DENALDI, 2003), na destruição de quatro favelas e a construção de três Parques Proletários com capacidade para alojar de 7.000 a 8.000 pessoas, número inferior ao anunciado e muito insuficiente em relação à população total moradora das favelas, estimada em 300.000 habitantes.

O final da década de 1940 e início da de 1950 foi marcada por um intenso debate político quanto ao destino das favelas. Destaca-se então, a Igreja Católica em parceria com a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião que estavam do lado da população carente, defendendo a existência das favelas, deu início à proposta de ações de melhoria na rede viária e a implantação de rede de abastecimento de água, energia elétrica e esgoto. A Cruzada tinha um plano de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro em doze anos. A sua primeira ação foi a construção do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, em um bairro nobre da capital, o Leblon, para abrigar a população que seria removida das favelas demolidas próximas à área. A obra aconteceu em ritmo acelerado, visto que a cidade já apresentava, na época, aproximadamente 150 favelas (CANEGAL, 2010) e em 1962 foi entregue o último bloco de apartamentos. Este foi o primeiro caso de remoção que aconteceu para áreas próximas das favelas demolidas, como afirma Valladares (2005): essa iniciativa constituiu uma experiência inédita no andamento das soluções voltadas à favela, de defesa do direito do trabalhador em permanecer próximo ao seu local de trabalho, em moradias permanentes, desfrutando de serviços urbanos não disponíveis nas periferias distantes do centro da cidade. A Cruzada atuou durante 53 anos, devido ao manifesto feito pela vizinhança, argumentando que o bairro se transformaria em favelas rapidamente com a inserção daquele conjunto habitacional e pedia sua extinção. O conjunto habitacional foi alvo de discriminação por parte da população do bairro, sendo considerado um lugar perigoso que leva o estigma da favela.

Ainda na década de 1950, foi criado pelo Estado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas), um órgão também voltado para a urbanização de favelas e em 1957 é formado a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro no intuito de reivindicar junto ao órgão competente seus direitos. Em 1962, com a implantação COHAB-GB (Companhia de

Habitação do Estado da Guanabara), foram destinados recursos para promover a urbanização parcial de algumas favelas e a urbanização total de uma grande favela, no entanto, o fato não ocorreu (VALLADARES, 1980). Neste mesmo período o SERFHA teve sua atuação redefinida, desvinculando-o da Igreja Católica e teve início a Operação Mutirão para proporcionar uma cooperação entre o estado e as favelas. Neste período, de acordo com Valladares (1980), programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro foi mudando aos poucos com um discurso voltado para urbanização de áreas já ocupadas e da oferta de loteamentos dotados com infraestrutura básica.

Mesmo diante de algumas ameaças de remoção, as favelas foram aceitas por algum tempo, sem mexer, seja por motivos políticos, já que a opinião da classe de menor poder aquisitivo valia naquele tempo, e por estar associada à força econômica, uma vez que não tinham recursos suficientes para solucionar o problema.

No início da década de 1960 as estratégias dotadas pelos governos na tentativa de solucionar o problema das necessidades de habitação para população carente, estavam condensadas em dois grupos: o primeiro apostava nas estruturas formais do mercado subsidiada pelo Estado; a segunda buscava uma abordagem alternativa utilizando processos construtivos não convencionais, como o trabalho voluntário de mão-de-obra não qualificada. De acordo com Frossard (1995 *apud* LEITÃO, 2009) a questão seria definir programas voltados para a construção das unidades habitacionais necessárias com a intervenção direta do setor público ou através de incentivos aos agentes privados. Essa foi uma tática utilizada pela maioria dos países que estavam em desenvolvimento.

A erradicação das favelas visando à construção das casas populares atendia aos interesses de segmentos do setor imobiliário uma vez que liberava áreas valorizadas do Setor Sul da capital carioca que inicialmente eram ocupadas por favelas. Sobre essa ação, ressalta Valla (1986):

[...] Para completar o balanço do que representou 12 anos de política remocionista para todos aqueles que estiveram envolvidos diretamente no processo, temos que reconhecer que para os grupos empresariais ligados à especulação imobiliária os resultados foram muitos satisfatórios. Os primeiros estavam com mercado estagnado desde fins da década de 50, receberam um impulso razoável com a construção de conjuntos

habitacionais. O segundo, pelo fato de terem adquirido, principalmente na zona sul, várias áreas, antes ocupadas por favelas, “limpas” e extremamente valorizadas (VALLA, 1986, p. 114-115).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas ações de fundações e organizações não governamentais que foram criadas com o intuito de intervir em favelas. Em São Paulo, foram criados em 1961, o MOV (Movimento das Organizações Voluntárias) pela Promoção do Favelado e o MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento). As reivindicações do Movimento de Favelas ocorriam no intuito de conquistar o direito à permanência na terra que ocupavam. Essas reivindicações eram apoiadas pela Igreja Católica e por outros setores da sociedade civil.

Nas décadas de 1960 e 1970 o cenário das cidades foi marcado por um período de estratégias ambíguas em relação à favela. No Rio de Janeiro, por exemplo, a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) tinha o objetivo de urbanizar favelas e a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do grande Rio) voltada para a sua remoção. A CODESCO tinha como objetivo central integrar a comunidade ao bairro adjacente através de infraestrutura, melhoria habitacional - com participação da população desde os desenhos até a construção das próprias casas - e condições mínimas de higiene, como também, o desenvolvimento socioeconômico. Destacava-se ainda, por apoiar a permanência dos moradores de favelas no seu lugar de origem, próximo ao local de trabalho, ressaltando a importância da regularização fundiária. Suas ações representaram uma ruptura com as intervenções que já tinham sido promovidas pelo poder público nas favelas. Entretanto, conforme Marcos Alvito e Alba Zaluar (2002), sua atuação foi restrita a três favelas: Brás de Pina, Bairro União e Mata Machado. Ao contrário da CODESCO, segundo os autores supracitados, a CHISAM definia as favelas como um “espaço urbano deformado”, habitado por uma população que não tinha os benefícios de serviços públicos porque não pagava impostos. Neste sentido, as famílias que moravam em favelas necessitariam de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária. Assim, a solução do problema favela seria a erradicação. A ação declarada da CHISAM era “exterminar as favelas do Rio de Janeiro” (ALVITO; ZALUAR, 2002). Para reestabelecer o remocionismo, a CHISAM contou com a parceria da COHAB, que desde 1965 era controlada pelo

BNH (Banco Nacional de Habitação), construindo vários conjuntos habitacionais os quais seriam ocupados pelos moradores das favelas. A CHISAM não valorizava a participação da população, pois a favela era percebida apenas como um retrato da desordem.

De acordo com Alvito e Zaluar (2002) a remoção da população que morava em favelas chegou ao número de 100 mil no espaço de sete anos (1968-1975), sendo destruídas cerca de 60 favelas. O programa de remoção só contribuiu para a expansão das favelas, na medida em que muitos dos removidos retornavam às favelas depois de venderem seus apartamentos nos conjuntos habitacionais.

Em meados da década de 1970, a falência do regime autoritário devido à falta de interesse em oferecer soluções para a desigualdade social e o crescente movimento pela redemocratização do país produzem mudanças de atitude do governo federal em relação à população favelada dos grandes centros urbanos, chegava ao fim a política das remoções (LEITÃO, 2009). Foram reconhecidas e adotadas algumas práticas, como a construção de moradias pelo regime de mutirão.

Na segunda metade da década de 1970, os recursos tornaram-se escassos, iniciando uma crise econômica e um intenso processo de favelização nas grandes metrópoles brasileiras, crescendo num ritmo bastante intenso a população que morava em favelas. Em 1948, o 1º censo oficial de favelas do Rio de Janeiro mostrou a existência de 139 mil favelados. Em 1950 este número subiu para 169 mil, representando 7% da população da cidade. Em São Paulo tinha-se um total de 141 núcleos com cerca de 50 mil favelados (FINEP - GAP, 1985, p. 66). Em 1975 a população em favelas chegava a 117 mil. No ano seguinte existiam mais de 200 mil e em 1978, apontava-se a existência de 490 mil moradores em favelas (KOWARICK, 1993). De acordo com Ermínia Maricato (2001) em 1980, o IBGE computou 480.595 domicílios em favelas, o que correspondia a 1,89% dos domicílios brasileiros; em 1991 este número sobe para 1,14 milhões de domicílios em favelas, representando 3,28% do total dos domicílios brasileiros. A taxa de crescimento anual dos domicílios em favelas é de 7,65% no período, quatro vezes maior que a taxa de crescimento anual do parque domiciliar, de 1,89%. Entre 1991 e 2000, o número de favelas teria aumentado cerca de 22% em todo o Brasil. No último Censo 2010, divulgado pelo IBGE, foram computados 6.329 aglomerados subnormais¹ em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Estes aglomerados concentram 6,0% da população brasileira

que corresponde a 11.425.644 pessoas difundidas em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Dentre as regiões, a Sudeste foi a que apresentou uma maior concentração de aglomerados com 49,8% do total dos domicílios.

Diante desse quadro, percebia-se a necessidade de reformulação das políticas estatais já implementadas que eram voltadas para o campo habitacional de interesse social. Conforme Leitão (2009), esse aumento expressivo da produção informal da moradia levou estudiosos a analisarem a incapacidade dos programas governamentais então vigentes, de atenderem à crescente demanda da população de baixa renda por projetos habitacionais mais adequados às suas necessidades, expectativas e possibilidades. De acordo com Azevedo (1982 *apud* LEITÃO, 2009) apesar de existirem subsídios, o valor das casas populares ainda era muito alto para maioria da população de baixa renda. Nestas circunstâncias, a política tinha uma situação de difícil solução: se subsidia em maior escala, afeta drasticamente a produção quantitativa de casas; se busca um nível maior de eficácia, exclui uma considerável parcela da população dos programas tradicionais de habitação popular.

Como os programas governamentais atendiam apenas uma pequena parcela da população, a autoconstrução surge como alternativa para obter o acesso à moradia. A falta de recursos para comprar uma casa era trocada pelo trabalho. Entretanto, essa possibilidade acarretou vários problemas, dentre eles, a precariedade das construções pela utilização de materiais não adequados e a carência de saneamento, o que contribuiu para a expansão dos aglomerados de moradias precárias e provisórias nas zonas centrais, caracterizando uma ocupação irregular de áreas públicas e privadas com um dos mecanismos mais frequentes de acesso a terra para a população carente.

Segundo Valladares (2000), no caso da cidade do Rio de Janeiro, a expansão de favelas no início da década de 1980 foi devido a três fatos: surgimento de novos assentamentos informais, a ampliação da ocupação horizontal das existentes e o aumento da densidade dos aglomerados já consolidados. O crescimento das favelas foi influenciado também pela abertura da periferia através da produção de lotes iniciada na década de 1950 até a de 1970. Esses lotes desprovidos de infraestrutura eram comercializados a longo prazo e assim tornaram-se principal meio de acesso à

¹Conforme o IBGE, aglomerado subnormal é todo conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais inseridas em áreas carentes de serviços públicos essenciais, como: abastecimento de água, energia elétrica, destino do lixo e esgotamento sanitário. Distribuídas desorganizadamente em terrenos de propriedade não legalizada.

casa própria para população carente. Com isso, tinha-se a ideia de que as favelas iam desaparecer do tecido urbano, no entanto, conforme Valladares (2000) houve uma retomada no seu crescimento devido a três fatores significantes: a redução das construções em áreas periféricas, levando a população carente a realizar a autoconstrução; o aumento absoluto da pobreza e as ações governamentais para promover a regularização de áreas urbanas ocupadas irregularmente.

Diante da dimensão do problema que cada vez mais se expandia, já que a oferta de casas era insuficiente para atender às crescentes necessidades da população carente e com a pressão de grupos técnicos dentro e fora do governo, na década de 1980 surge um novo cenário nas cidades, a política urbana da Constituição Federal de 1988 trazendo princípios de planejamento da cidade e o direito à moradia digna. Conforme Jovanka Scocuglia (2010), a questão urbana não é mais relativa à remoção e à transferência dos habitantes das favelas para áreas longínquas, já que o direito à urbanização foi adquirido. Entretanto, as ações eram emergenciais destinadas à melhoria de infraestrutura apenas nos limites do território da favela.

Na década de 1980 muitos governos municipais criaram políticas de urbanização e regularização de favelas respeitando a tipicidade de sua ocupação, promovendo sua consolidação como espaço definitivo para moradia. Logo, foram implantadas políticas públicas de urbanização de favelas que vão além de projetos alternativos ou de experiências isoladas.

No início da década de 1980, as cidades de Recife e Belo Horizonte, foram precursoras no estabelecimento de legislação municipal visando promover a urbanização e a regularização de favelas, enfatizando a regularização da posse da terra. As legislações de parcelamento e uso do solo passaram a considerar a existência das favelas e previram sua consolidação desde que fossem adotados padrões urbanísticos diferenciados dos aplicados à cidade formal. Foi também criado o CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) e o Usucapião Coletivo que funcionavam como instrumentos de reconhecimento da posse de terra. Em 1983, o governo municipal de Belo Horizonte criou o PROFAVELA (Programa Municipal de Regularização de Favelas); em Recife, na década de 1980, foram instituídas as ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e o PREZEIS (Plano de Regularização das ZEIS). No entanto, de acordo com Denaldi (2003) as intervenções em favela no âmbito do PREZEIS foram desenvolvidas a partir de 1993 e caracterizaram-se, na

grande maioria, como obras pontuais de melhorias inseridas numa estratégia de urbanização gradual dos núcleos.

Na cidade de Recife, no início da década de 1980, foi iniciado o desenvolvimento de sua política municipal de urbanização de favelas através da estruturação de um modelo de gestão participativa, como também, pelo estabelecimento do esboço jurídico-institucional para tratar da urbanização e legalização das favelas. De acordo com Botler e Diniz (1993 *apud* DENALDI, 2003) esse modelo de gestão urbana caracterizado por promover a democratização do planejamento e execução dos programas de urbanização de favelas, constituiu uma inovação institucional, tornando-se referência nacional de gestão municipal no campo de programas de urbanização de favelas. Mas, as inovações introduzidas com o PREZEIS a partir da formulação de um modelo de gestão participativa não aconteceu associada à melhoria das condições de habitabilidade nas ZEIS ou de sua regularização. É fato que houve avanço nas questões de participação democrática, contudo, de acordo com Marinho (1999 *apud* DENALDI, 2003), o resultado em relação à melhoria da qualidade de vida dos moradores não foi o almejado. E esse resultado pode estar relacionado ao baixo investimento nas obras de urbanização.

No governo iniciado em 2000 na cidade de Recife foram instituídos alguns programas habitacionais: Urbanização de favelas nas áreas de ZEIS e Morros; Programa Guarda-Chuva que buscava o monitoramento e eliminação de situações de risco; Reocupação das unidades dos espaços centrais da cidade; Apoio à produção habitacional; Promoção de melhoria habitacional nas áreas consolidadas; Reordenação do adensamento nos bairros, Vida nos Bairros; Produção de novas habitações e lotes urbanizados, Nossa Terra (DENALDI, 2003). Até o ano de 2000, apenas três ZEIS tinham sido totalmente urbanizadas, uma vez que para realizar a urbanização, a cidade dependia de recursos externos.

No caso de São Paulo, na década de 1980, durante a administração do Prefeito Mário Covas, foi proposto experiências de reurbanização de favelas com a manutenção da população nos núcleos e com a definição de nova tipologia urbanística.

A partir dos trabalhos do arquiteto John Turner que caracterizava a favela como possibilidade de mobilidade social para seus habitantes, a favela passou a ser considerada como parte integrante do processo de crescimento urbano, fazendo

surgir um novo quadro de mudanças governamentais no início de 1980, quando é criado o programa denominado PROMORAR (Programa de Erradicação de Sub-habitações), implementado pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) para “erradicar ou recuperar favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis na área ocupada” (ROSSETTO, 1993, p. 120), ressaltando a importância da participação popular no planejamento e execução dos projetos de moradias. O programa financiou 206 mil unidades em todo o Brasil até 1984, mas ainda era inexpressiva diante da demanda populacional. Apesar dessa inexpressividade, a implementação do PROMORAR representou uma transformação radical da postura oficial relacionadas às favelas, pois foi o primeiro programa habitacional federal a admitir a ocupação da favela, aceitando a consolidação de favelas.

Segundo Schweizer e Rzezinski (1986 *apud* LEITÃO, 2009) o governo do regime autoritário buscava, através do PROMORAR, aumentar seu grau de aceitação e legitimidade junto à população no período em que aconteceram as primeiras eleições livres para governadores de Estados do período pós-64. Durante as campanhas, os grupos políticos destacavam a necessidade de resgatar a dívida social existente com os moradores de favelas. O estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a executar as ações do programa através do Projeto Rio que foi desenvolvido, segundo Silva (1984 *apud* ALVITO, 2002), em seis favelas localizadas na área da Maré: Parque da União, Rubem Vaz, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Timbau e Maré. O Projeto visava levar saneamento básico às favelas da área da Maré.

Em 1981, foram detectadas muitas favelas com extrema precariedade das condições de salubridade. Mesmo diante de várias ações implementadas pelo poder público ainda foi computado, segundo Cavallieri (1986 *apud* LEITÃO, 2009), que apenas 1% das 364 favelas cadastradas eram servidas por rede oficial completa de esgoto sanitário; em 92% das localidades, a única forma de esgotamento pluvial era a drenagem natural do terreno, enquanto a coleta de lixo só foi considerada suficiente em aproximadamente 17% das áreas de favelas.

Diante dessa situação, no decorrer da década de 1980, no Rio de Janeiro, foram propostas intervenções urbanísticas pelo governo do estado. Nessa época, destacaram-se as intervenções de um projeto demonstrativo que concentrou os programas significativos de urbanização realizados pelo governo. Estes foram

realizados nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo que estão inseridas em uma área de encosta entre Copacabana e Ipanema, bairros onde mora o segmento populacional de alta renda. O projeto envolvia desde a regularização fundiária, obras de infraestrutura básica, até a construção de moradias para a população desalojada pelas obras de urbanização. Após essas intervenções a população passou a investir mais nas suas moradias, visto que o perigo das remoções tinha desaparecido.

Em 1986 obedecendo à lógica clientelista, os recursos designados para promoção da melhoria de condições habitacionais na favela foram escassos, sendo assim, viabilizados alguns programas como: o Programa Mutirões, vinculado ao PPS (Programa de Prioridades Sociais) e o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, coordenado pela SEAC (Secretaria de Ação Comunitária) que recomendavam a participação dos moradores nas obras para que desta forma pudesse haver uma redução de custos, além de obter a ampliação das possibilidades de participação da população nas ações promovidas pelo Estado. Nesse contexto, foram realizadas obras de saneamento básico, definidas a partir de prioridades estabelecidas pelos moradores (AZEVEDO, 1996 *apud* DENALDI, 2003). Posteriormente, esse programa foi alterado, uma vez que passou a utilizar mão de obra paga de moradores da favela, sendo denominado Programa Mutirão Remunerado.

Segundo Cavallieri (2003 *apud* LEITÃO, 2009) o Programa Mutirão se transformou. O que eram inicialmente apenas ações de desenvolvimento social com obras de esgotamento sanitário passou a ser o principal veículo de urbanização com intervenções para a construção de escadarias, acessos, drenagem e reflorestamento. Posteriormente, incluiu a construção de creches e escolas comunitárias, contribuindo para a formação dos técnicos, permitindo um acúmulo de experiências e uma compreensão abrangente das demandas, práticas e representações assumidas pelos moradores de favela.

Na década de 1990 a intervenção é aprimorada, rompendo a visão setorial. Buscava-se a articulação das favelas ao resto da cidade transformando-as em bairros populares, considerando variáveis socioeconômicas, ambientais e urbanísticas. Ocorre também a combinação de diversas tipologias e soluções habitacionais e urbanísticas no intuito de resolver o problema do alto adensamento das áreas. A favela foi reconhecida oficialmente como uma alternativa habitacional acessível para o segmento populacional necessitado e assim, as políticas públicas

de urbanização atuaram no sentido de proporcionar melhores condições de vida. Para que isso acontecesse, foi vetada a remoção em massa e admitida legalmente a cidadania dessa população, por meio do reconhecimento de suas associações representativas, da participação junto ao Estado e do atendimento de suas reivindicações. Dados mostram que nesta época cresceu a quantidade de favelas urbanizadas e de governos que instituíram programas de urbanização e regularização. Em 1999, conforme Bremaeker (2001 *apud* DENALDI, 2003), dos municípios brasileiros que possuíam favelas, 52,3% executaram programas de urbanização de assentamento e 33,3%, de regularização. Esses números aumentavam quando estavam relacionados aos municípios com mais de 500 mil habitantes que possuíam favelas, 84,6% executavam programas de urbanização de assentamentos, 80,7% realizavam programas de regularização de assentamentos e 96% possuíam órgão específico para o setor habitacional. Percebe-se uma evolução quantitativa dos municípios que promoviam a urbanização e a regularização, uma vez que há uma década, esta atuação não era considerada por muitos e nem como prioridade de ação pelo poder público. Destacam-se algumas experiências nas grandes cidades: o programa Favela Bairro no Rio de Janeiro, projeto Vila-Bairro em Teresina, Programa de Regularização Fundiária em Porto Alegre.

As ações do Estado voltadas para as favelas tornaram-se mais significativas quando na década de 1990 o Plano Diretor da Cidade instituiu o programa municipal de desfavelamento, consolidando a ideia de integração das favelas como parte do tecido urbano da cidade formal, objetivando a integração das duas cidades, a formal e a informal que é a favela. Suzana Pasternak (1999) afirma que o Plano Diretor, nos seus artigos 148 a 151, recomenda a inclusão das favelas nos mapas, enfatizando a participação dos moradores na urbanização, além da preservação à tipicidade da ocupação local e do esforço para integrar as favelas aos bairros.

Pode-se perceber que houve um aprimoramento da política de urbanização levando ao entendimento de que a favela não deve ser vista apenas como problema habitacional, mas é imprescindível considerar o desenvolvimento de programas sociais incorporados às intervenções urbanísticas, como estratégia de inclusão social da sua população. Denaldi (2003) propõe que as obras de urbanização não devem ser intervenções pontuais, mas sim, integrar-se aos projetos de um conjunto de intervenções nos bairros, no intuito de uma integração física e social com o

entorno. Neste contexto, o projeto Santo André Mais Igual destaca-se pela articulação entre inclusão social e o urbanismo.

A ideia de integração fez muitas cidades construírem equipamentos públicos no interior da favela ou no seu entorno imediato. O acesso aos serviços públicos foi expandido, contribuindo para o aumento da qualidade das intervenções urbanísticas.

Em 1990 foi elaborado um projeto de lei visando regulamentar os novos artigos da Constituição. Assim, em 2001 surgiu o Estatuto da Cidade, com o objetivo de “regulamentar o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como, do equilíbrio ambiental” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, art.1, *apud* DENALDI, 2003).

Entre as diretrizes do Estatuto da Cidade destacam-se: a garantia do direito à terra urbana e à moradia; a cooperação entre o poder público e privado no processo de urbanização; o planejamento das cidades; o controle do uso do solo e a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). No entanto, sabe-se que o cumprimento dessas diretrizes ainda passa por grandes dificuldades na maioria das cidades.

Diante do exposto, podem ser percebidas na década de 1990 duas tendências: o crescimento da intervenção municipal a partir da promoção de programas de urbanização como parte da política municipal de habitação, como também, o aprimoramento das políticas de urbanização, com a ascensão do nível técnico de intervenção. Para entender este aprimoramento, além dos resultados e limitações das intervenções, serão destacadas a seguir as experiências realizadas em São Paulo entre 1989 e 1992 que foi o período cujas maiores mudanças relacionadas às ações voltadas para favelas ocorreram.

1.3.1 Urbanização de favelas de 1989 a 1992

Em São Paulo, durante esse período cuja prefeita era uma participante antiga dos movimentos de favela, foi instituído pela primeira vez um programa municipal de urbanização de favelas sendo artifício complementar da política habitacional do município. Essa política caracterizava-se pela participação popular e pela reserva de recursos municipais para garantir o atendimento de significativa parcela da população moradora de favelas. MARICATO (1997) destaca que das 135.482

famílias moradoras de favelas em áreas públicas que constituíam a demanda da prefeitura, foi possível atender 20% do total durante os quatro anos.

Nos primeiros dias de governo houve várias invasões de terras públicas, uma vez que existia o comentário que o governo ia dar terra para todos. Diante disso, a SEHAB (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano) e dirigentes da administração municipal se encarregaram de esclarecer a população que a política habitacional não seria baseada em invasões de terras, além de paralisar e remover as ocupações. E assim, passou a organizar Fóruns de Habitação para receber as reivindicações da área habitacional.

De acordo com Laura Bueno (2000) uma das principais características relacionadas à ação em favelas deste governo foi o fortalecimento da ação regional, com a criação de equipes técnicas completas - assistentes sociais, arquitetos, engenheiros, além de eventualmente técnicos operacionais - e descentralização de cinco para onze escritórios regionais de habitação, quase o mesmo número de administrações regionais.

O governo propôs uma política que visava à consolidação física e jurídica das favelas existentes, principalmente as existentes até 1989. Em relação à regularização fundiária, as principais ações foram os convênios para serviços jurídicos e o projeto de lei para concessão de uso. Esses convênios possibilitavam aos moradores de favelas - localizadas em terrenos particulares - receberem serviços de assessoria para ações de pedido de usucapião urbano, como também, os ajudavam na defesa contra ações de reintegração de posse. Os convênios auxiliaram na extinção de algumas remoções, além de proporcionarem a compra de terrenos através do financiamento pela FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal).

No intuito de obter alguma ação para as áreas da favela durante esse período de quatro anos, foi negociada com outros partidos políticos, outra emenda, não mais a concessão de uso, mas a venda de terras aos moradores de favela. A nova emenda incorporava também a criação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para todas as favelas em área do município (BUENO, 2000).

Em relação às ações físicas em favelas, foi criado o Programa de Urbanização de Favelas que dava preferência à execução das obras de infraestrutura no interior das favelas, atuando com a remoção ou remanejamento de barracos em último caso.

A remoção era realizada para tornar possível a execução de obras viárias e de drenagem que já havia sido iniciada em outro governo. Para acelerar essa remoção foram compradas habitações em conjuntos habitacionais da COHAB e planejados outros conjuntos para esse fim.

Em Outubro de 1989 quando ocorreu o deslizamento de terras na favela Nova República, ocasionando grande repercussão na mídia, o governo passou a exigir ações mais coordenadas dos administradores regionais e da HABI (Superintendência de Habitação Popular) nas favelas, principalmente nos casos de prevenção de acidentes. Iniciou-se então uma nova etapa após o deslizamento, tendo maior atuação de engenheiros sanitaristas e de arquitetos e urbanistas. Havia uma preocupação em estabelecer os critérios e diretrizes precisos a serem seguidos no projeto de urbanização. Então, foi elaborada junto aos profissionais que já tinham experiência em favelas, uma espécie de cartilha com a normatização a ser seguida na concepção e apresentação dos projetos.

As principais ações voltadas para favelas, na gestão de Luiza Erundina, foram realizadas pela SEHAB, através da HABI e estão divididas em três etapas que serão descritas. A primeira foi até outubro de 1989 quando aconteceu o acidente na favela Nova República; a segunda, quando se estruturou a ação para os moradores em risco e áreas remanescentes e se iniciaram obras de urbanização através de contratação de empresa privada e de projetos desenvolvidos dentro da Prefeitura até 1991; e a terceira, já dentro de uma reestruturação mais ampla da operacionalização de toda a política habitacional na HABI, quando se inicia a contratação de projetos e obras de urbanização de favelas a partir de cadernos de especificações.

Visando acelerar as obras de urbanização e o desenvolvimento de projetos, a HABI criou o GEUFVELAS (Grupo Executivo de Urbanização de Favelas) que integra também a coordenação do Plano de Emergência para as Áreas de Risco. Com isso, a urbanização de favelas tornou-se um programa de grande relevância dentro da política HABI.

O Programa possuía três posturas básicas: priorizava obras de urbanismo e infraestrutura, sem necessariamente investir na reconstrução de novas unidades habitacionais nas favelas; a urbanização era entendida como um processo, incluindo-se, além das obras, a regularização fundiária e urbanística, o acesso aos serviços públicos e sua manutenção pelos setores responsáveis; e a participação

popular como ação fundamental para obter o sucesso deste processo (BUENO, 2000).

Em relação à concepção urbanística buscava-se respeitar o traçado das vias existentes e evitar as demolições de casas. Priorizava-se a inserção da área e de sua população à infraestrutura urbana existente no entorno. Os investimentos para as unidades habitacionais só poderiam ser realizados em casos extraordinários, ficando esta como responsabilidade do morador. No entanto, essa diretriz fez com que os moradores reivindicassem por um parcelamento regular da favela com lotes mínimos de 100 m² e que houvesse recurso para reconstrução de todas as casas, ainda que pelo menos o primeiro pavimento. Mas, foi mostrada à comunidade a inviabilidade dessas reivindicações, uma vez que traria problemas sérios, dentre eles, a dimensão do lote exigida acarretaria na remoção de muitas famílias para outras áreas – devido à grande densidade habitacional - e a diminuição das famílias atendidas em virtude do alto custo da reconstrução das casas. O não investimento na construção das habitações, permitiu uma diminuição do custo da urbanização, otimizando os recursos financeiros voltados para favelas.

Foi durante esse período da administração pública que se consolidou a definição dos termos relocação como a mudança de uma casa para outro local dentro da favela; remanejamento que é a demolição apenas parcial de uma casa existente na favela; e remoção que consiste na mudança da família para outro local fora da favela (BUENO, 2000).

A implementação dessas obras de urbanização podia acontecer em etapas por meio do trabalho comunitário, ações de pequenas melhorias, execução de obras prioritárias e programação da execução das obras por setores diferentes da favela. Entretanto, essas instruções nem sempre foram seguidas na hora da execução. Grande parte das obras de melhoria foi paliativa e sem projeto.

A participação popular no processo de urbanização, desde o acompanhamento do projeto, conhecimento do cronograma de obras, até as ações de educação sanitária e ambiental, era de fundamental importância. Para que não houvesse a deterioração da área após a intervenção, adotou-se uma educação social com conscientização dos moradores quanto ao uso e conservação das obras realizadas.

De acordo com Laura Bueno (2000) foram realizados projetos e obras de urbanização de 76 favelas englobando 27000 famílias; projetos e obras de 1500

unidades habitacionais em 20 favelas e aproximadamente 40 licitações de projetos. Houve ainda, a realização de um grande número de pequenas obras, chamadas de melhorias, em muitas favelas. Essas obras consistiam em ações paliativas visando ajudar aos moradores quanto ao desconforto da vida na favela, como também, representavam uma continuidade das ações que anteriormente eram realizadas a pedido das assistentes sociais e de administradores regionais.

O período foi marcado pela inovação da administração regional aceitando a autogestão popular de empreendimentos através do subprograma FUNAPS que viabilizava essa autogestão. Organizados em uma associação comunitária formada legalmente, os moradores firmavam convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo e FUNAPS para execução das obras na favela. Porém, essas obras só podiam ser iniciadas se houvesse a contratação de uma assessoria técnica qualificada. Os recursos financeiros necessários para promover a urbanização eram repassados através do convênio. A associação contemplada com esse recurso adquiria material de construção, contratava mão de obra, gerenciava a execução das obras e mobilizava os moradores para a execução de parte dos serviços através do mutirão.

Outra ação considerada inovadora por parte do governo foi a verticalização nas favelas com a construção de edifício de apartamentos naquelas ocupadas densamente, visando evitar a remoção de seus moradores para outras áreas. No entanto, conforme Denaldi (2003) essa questão da verticalização só era proposta quando a urbanização se mostrava inviável e quando o diagnóstico técnico urbanístico e econômico a recomendava. Esta alternativa foi aplicada, entre outras, nas favelas de Água Branca e Minas Gás.

A intervenção no sistema viário, com vias de penetração, possibilitou a entrada de veículos e consequentemente a melhoria do acesso à coleta de lixo - que diminui o risco de poluição dos córregos - e a serviços públicos em geral, além da manutenção das obras executadas. Deste modo, contribuiu-se para a inserção urbanística da favela na cidade. Segundo Bueno (2000) esse quadro mudou o padrão da relação da população com os órgãos públicos e com seu meio ambiente físico, tornando os resultados cada vez mais positivos. Essa nova aparência física da favela desencadeou um processo generalizado de melhoria das moradias, a inserção social dos moradores da favela com os do bairro e seu acesso ao mercado de trabalho que eram anteriormente impedidos pelas condições de vida.

Um avanço institucional ocorrido durante esta administração pública foi a integração de ações entre a Prefeitura e as concessionárias de serviços SABESP (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo). Com esta empresa, através do Programa de Saneamento Ambiental do Reservatório Guarapiranga, tem havido desde então uma ação mais sistemática dos dois órgãos, além de acordos sobre os parâmetros de intervenção (DENALDI, 2003). O programa tornou-se uma importante referência para intervenção, uma vez que modifica a questão da visão setorial que predominava junto aos órgãos em relação às favelas.

Pode-se dizer, portanto, que se houvesse uma continuidade desses investimentos para ações de urbanização, a realidade seria outra, não existiria tanta gente vivendo em condições sub-humanas e a vida dos moradores da maioria das favelas já teria sido transformada. Contudo, a falta de continuidade das políticas e programas públicos dificulta a obtenção dessa abrangência.

A seguir será mostrado como se deu a questão das políticas públicas brasileiras voltadas para solucionar o problema da provisão habitacional para o segmento populacional de baixa renda.

1.3.2 A Política habitacional na provisão de moradias

Durante o período Republicano as ações do governo voltadas para produção de habitação eram praticamente nulas. Baseado no liberalismo privilegiava-se a produção privada, recusando a intervir na construção de casas para os trabalhadores. As primeiras medidas de intervenção eram higienistas com repressão aos casos de grave insalubridade através da legislação sanitária.

Como incentivo ao setor privado, passou-se a estimular a construção das Vilas Operárias as quais eram construídas pelos próprios industriais para serem alugadas a valores baixos ou fornecidas gratuitamente como moradias para os funcionários das fábricas. Deste modo, as empresas tinham maior controle dos seus operários, já que estariam morando bem próximo ao trabalho. Estas vilas foram consideradas a primeira iniciativa habitacional com salubridade de grande porte construída no país. De acordo com Bonduki (1998) a Vila Maria Zélia, em São Paulo, destacava-se pela qualidade da moradia, além dos seus atrativos de lazer, e era tida como um modelo a ser espelhado. No entanto, nem toda Vila era bem equipada, pois a maioria dos empresários a construíam apenas com o objetivo de rentabilizar

seus negócios através do aluguel, não havendo assim, a preocupação com a qualidade do espaço a ser oferecido.

Conforme Denaldi (2003) a legislação urbanística estabeleceu um conjunto de padrões que pudessem garantir salubridade e segurança, principalmente nos bairros operários. Tratava-se de um projeto de reforma social.

Com a intensificação da industrialização, aumentou a quantidade de trabalhadores e conseqüentemente ocorreu uma maior demanda por oferta de moradias populares. Juntamente a esses fatos aconteceu a valorização dos terrenos fabris e residenciais o que tornou antieconômica, para os empresários, a construção de Vilas Operárias já que havia uma grande quantidade de mão-de-obra disponível na cidade.

Diante da situação os empresários donos das fábricas transferiram os custos da moradia (aquisição, aluguel do imóvel) para o trabalhador e os referentes aos serviços de infraestrutura urbana eram passados para o Estado.

O período Revolução de 1930 marcou a ruptura na forma de intervenção do Estado na economia. Segundo Suzana Pasternak (1997) a produção de casas próprias passou a dominar a produção habitacional. Este fato estava associado tanto ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro que proporcionou crescentes opções de investimento, tornando menos atraente o investimento em casas para alugar, como também, à intervenção do Estado no mercado habitacional regulamentando as relações entre locadores e inquilinos.

Em 1942, o Governo Vargas instituiu a Lei do Inquilinato, congelando aluguéis, no período de 1942 até 1964, resultando na desvalorização das moradias de aluguel e a conseqüente venda dessas casas. Logo, houve uma escassez de moradias, dificultando assim, o acesso da população desfavorecida ao mercado formal.

Conforme Bonduki (1998) a Lei do Inquilinato tinha um alcance muito mais amplo na estratégia econômica do governo do que uma mera defesa e garantia de moradia do inquilino. Sua adoção tinha como objetivo reduzir o custo de reprodução da força de trabalho para elevar a acumulação da empresa capitalista sem rebaixar acentuadamente as condições de vida dos trabalhadores, além de consistir em uma das estratégias utilizadas para intensificar o processo de crescimento industrial.

Na década de 1930 a urbanização acelerada leva o Estado a adotar medidas mais efetivas, habilitando os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) das

diferentes classes trabalhistas a criarem suas carteiras prediais, reduzindo taxas de juros, ampliando prazos de pagamento (PEQUENO, 2008). Assim, teve-se início a produção estatal de conjuntos habitacionais em larga escala. Parte dos conjuntos dos IAPs nos anos 1930 foi destinada ao aluguel.

Em 1946 foi criada a FCP (Fundação Casa Popular), primeiro órgão federal a tratar exclusivamente da provisão habitacional para população de baixa renda. A FCP objetivava além do financiamento habitacional, a infraestrutura e saneamento. Contudo, a produção habitacional foi pautada no clientelismo e marcada pela má qualidade devido aos recursos limitados da fundação. Inicialmente os recursos eram derivados de impostos associados à redistribuição de riqueza, a FCP não consegue se firmar, seja pela força dos Institutos, seja pela resistência ao pagamento de impostos, tendo como resultado uma produção diminuta e como efeito perverso, o repasse da busca pela solução habitacional ao trabalhador de baixa renda recém-chegado do campo para a cidade (PEQUENO, 2008). Conforme Pasternak (1997) em 18 anos de existência, a FCP produziu em 143 conjuntos habitacionais, 18.132 unidades. Os números são baixos quando comparados aos 124 mil construídos e/ou financiados pelos IAPs, entre 1937 e 1945, ou seja, durante o período da FCP construíram-se 1.047 unidades por ano, enquanto que os IAPs, entre conjuntos e financiamentos, mantiveram média de 15,5 mil anuais.

Diante desse quadro, a população que não possuía vínculos com organizações trabalhistas, passou a ocupar os loteamentos periféricos sem infraestrutura onde predominavam a autoconstrução e o pequeno empreiteiro, contribuindo assim, para a expansão das cidades. Essa alternativa surgiu para substituir a moradia de aluguel. De acordo com Renato Pequeno (2008) a questão dos loteamentos periféricos remanesce simultânea às diversas modificações verificadas nas políticas habitacionais.

Nas décadas de 1940 e 1950, com a aceleração da urbanização nas cidades no Brasil e do agravamento do que se passou a chamar de crise habitacional, como parte da questão urbana, o processo de expansão das favelas tornou-se crescente e fato comum nas grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

A partir da falência dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) e da FCP (Fundação da Casa Popular) no sentido de resolver os graves problemas de déficit habitacional em termos quantitativos e qualitativos no Brasil, foi criado em

1964 o BNH (Banco Nacional de Habitação) junto com o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) com o intuito de coordenar a política habitacional do governo e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de casas populares e assim a erradicação das favelas. Produziam-se conjuntos habitacionais de baixa qualidade construtiva, arquitetônica e urbanística, estando afastados dos centros urbanos, em áreas desprovidas de infraestrutura para onde eram removidos os moradores das favelas. Havia pequenos apartamentos, como também, casas isoladas no lote. A implantação destes originou uma configuração espacial de quarteirões compridos e estreitos cujas ruas não se articulavam com o sistema viário do entorno. Tais fatores contribuíram para o abandono ou a modificação dos conjuntos, visando à adaptação ao modo de vida dos moradores, implicando assim, na favelização dos conjuntos habitacionais que se transformaram em guetos desarticulados da malha urbana. As famílias que abandonavam os conjuntos retornavam para áreas próximas dos centros urbanos iniciando a ocupação de áreas vazias onde o mercado imobiliário não tinha interesse. Muitas dessas áreas eram próximas a encostas, leitos de rio ou manguezais, com riscos de alagamentos ou desmoronamento. Percebe-se então que havia uma segregação socioespacial, contribuindo assim para o crescimento e a consolidação das favelas.

O surgimento do BNH em 1964 representou um marco divisório nas ações governamentais, o que caracteriza duas etapas distintas em relação às ações do Estado para a habitação social. Antes da atuação do BNH os conjuntos habitacionais voltados para população de baixa renda eram construídos por meio de entidades atreladas à Previdência Social como, por exemplo, os IAPs (Instituto de Aposentados e Pensionistas), à Fundação Casa Popular e à Caixa Econômica Federal. A etapa, antes da atuação do BNH, foi caracterizada pela escassez de recursos para o financiamento da produção habitacional de interesse social e a ausência de um projeto mais amplo que tivesse alcance nacional e fosse capaz de orientar as diversas ações empreendidas. Na primeira fase de atuação do BNH a política habitacional estatal visualizava essa questão habitacional como um simples problema da construção de casas. Durante a atuação do BNH, as moradias eram construídas por empresas privadas que deveriam financiar por prazo prolongado, atendendo a população com renda de até três salários mínimos (SCHWEIZER; RZEZINSKI, 1986 *apud* LEITÃO, 2009).

Em relação ao SFH, sua criação, segundo Denaldi (2003), expandiu a provisão de habitação no Brasil, entretanto não atendeu expressivamente a população de baixa renda, como também, não conseguiu solucionar a crise habitacional brasileira que se intensificou no período. Neste sentido, pode-se afirmar que o BNH também não conseguiu atingir a população de baixa renda, pois 48,8 % das unidades financiadas foram destinadas aos setores da população de alta renda.

Alguns aspectos marcaram este período da política habitacional brasileira, dentre eles, estão: a situação de permanente reestruturação institucional associada à instabilidade da política econômica; a utilização dos recursos para financiamento de moradia para grupos sociais diferenciados pela faixa salarial; periurbanização de grandes conjuntos habitacionais induzindo o crescimento das cidades; utilização dos recursos para obras de abastecimento, saneamento e sistema viário; demora no reconhecimento oficial da favela como forma de moradia, adotando-se a remoção e o reassentamento como única alternativa. Apenas em meados da década de 1970, foram criados programas sociais para implantação massiva de infraestrutura urbana, avistando-se possíveis investimentos para os setores mais carentes e excluídos (PEQUENO, 2008).

A década de 1980 é marcada pela desestruturação do setor da habitação. Neste contexto, juntamente à contenção de gastos públicos foi extinto o BNH. Então, a Caixa Econômica Federal recebeu as atribuições do banco e propôs novas ações para a condução dos programas. O quadro habitacional apresentava baixo desempenho e alta inadimplência. A política federal passou a ser conduzida de forma fragmentada, mediante a criação de programas alternativos marcados pela descontinuidade e as ações que estavam sendo implementadas eram desaceleradas devido à contenção de gastos.

Na década de 1990 as ações voltadas para a política habitacional foram poucas e baseavam-se no clientelismo com uma produção que privilegiava o segmento populacional de alta renda. A política habitacional vinculou-se ao novo Ministério da Ação Social e em maio de 1990 lançou o PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação) com três vertentes: programa de moradias populares (unidades acabadas), de lotes urbanizados, com ou sem cesta básica de materiais de construção e o programa de ação municipal para habitação popular (AZEVEDO, 1996 *apud* PASTERNAK, 1997).

Na falta de um marco legal que regulamentasse a realização de uma política municipal de habitação e, conseqüentemente, a imprecisão da provisão habitacional, além da falta de linhas de financiamento, governos estaduais e municipais tomaram a iniciativa de formular as próprias propostas de financiamento, construção e distribuição de moradias.

Em 2002, é proposta, pelo Governo Federal, uma Nova Política Habitacional através do Documento de Política Habitacional e minuta de projeto de lei – Política Nacional de Habitação e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Era recomendada prioritariamente ao setor público, a facilitação do acesso à moradia para população que vivia em condições precárias, como também, no que se referia à regularização dos assentamentos informais (BRASIL, 2002).

É fato que desde 2003 a partir da criação do Ministério das Cidades e do Programa Habitacional Popular - Minha Casa Minha Vida - houve um aumento na quantidade de financiamentos voltados para a população de baixa renda. No entanto, mesmo diante desses programas ainda existe uma enorme parcela da população desabrigada por não ter condições de pagar o financiamento de uma casa própria ou mesmo de adquirir um terreno bem localizado no espaço urbano da cidade. Com isso, resta-lhe morar em áreas distantes desprovidas de infraestrutura cujos preços dos lotes são mais acessíveis, ou mesmo, fazer a autoconstrução em terrenos irregulares. Para Raquel Rolnik a política habitacional é irreal, pois visa apenas resultados rápidos e quantitativos. A qualidade nos programas, como por exemplo, o Minha Casa Minha Vida é um aspecto não considerado. Deste modo, percebe-se que para essa população “a favelização é um recurso necessário para sobreviver na cidade” (KOWARICK, 1993, p. 94).

A falta de adequação das políticas de provisão habitacional voltadas para população de baixa renda, titulada como política de interesse social, e ainda, a supremacia de um modelo tipicamente moderno das políticas oficiais, visto que atendiam apenas às exigências da população de média e alta renda – considerando-as como referência para as políticas habitacionais - ocasionaram o surgimento dos assentamentos irregulares.

Para Suzana Pasternak (1997) a demanda por habitação não pode ser resolvida de forma isolada. Sem tocar na estrutura de renda e na divisão dos benefícios produzidos pela sociedade, a política habitacional será sempre um paliativo em face da pobreza e da desigualdade crescentes.

1.4 Desenvolvimento urbano e habitação social na cidade de João Pessoa

A cidade de João Pessoa durante três séculos teve um crescimento urbano lento, preservando seu tecido urbano inserido sobre topografia irregular a qual dividia a cidade em dois segmentos: a Cidade Baixa que ocupava um pequeno trecho a direita do Rio Sanhauá e a Cidade Alta localizada no Planalto Costeiro. Nesses dois segmentos as estruturas socioespaciais mostravam-se precárias pela simplicidade das construções das habitações e dos equipamentos urbanos, além do traçado das ruas tortuosas e enladeiradas (LLARENA, 2009).

A formação do espaço urbano de João Pessoa foi influenciada pelo processo de urbanização acelerado, resultando assim, em uma cidade caracterizada pela segregação socioespacial e a consequente estratificação das camadas sociais. Deste modo, a localização da habitação tem um papel importante na construção da identidade dessas camadas.

A cidade de João Pessoa no início dos anos de 1960 apresentava uma estrutura urbana compacta em torno do centro. Sua primeira reestruturação urbana ocorreu na década de 1970 e teve como um dos eixos de expansão a ligação centro-orla marítima. O desenvolvimento nesse eixo era resultado da expansão do comércio e serviços que gradativamente iam ocupando as residências do centro da cidade, as quais eram habitadas pelas camadas de alta renda. Como consequência, sucedeu o deslocamento da população mais favorecida em direção aos novos bairros que foram formando-se a partir dessa expansão. Mas, a estrutura urbana era contida de um lado pelos acidentes geográficos do vale dos Rios Paraíba e Sanhauá, como também da Mata do Buraquinho e do Rio Jaguaribe a sudeste; do outro lado, a oeste, os núcleos habitacionais já existentes, Bayeux e Santa Rita. A partir dessas características, pode-se considerar que a expansão era sob certo aspecto “natural”, já que seguia os limites dos acidentes geográficos (fig. 1).

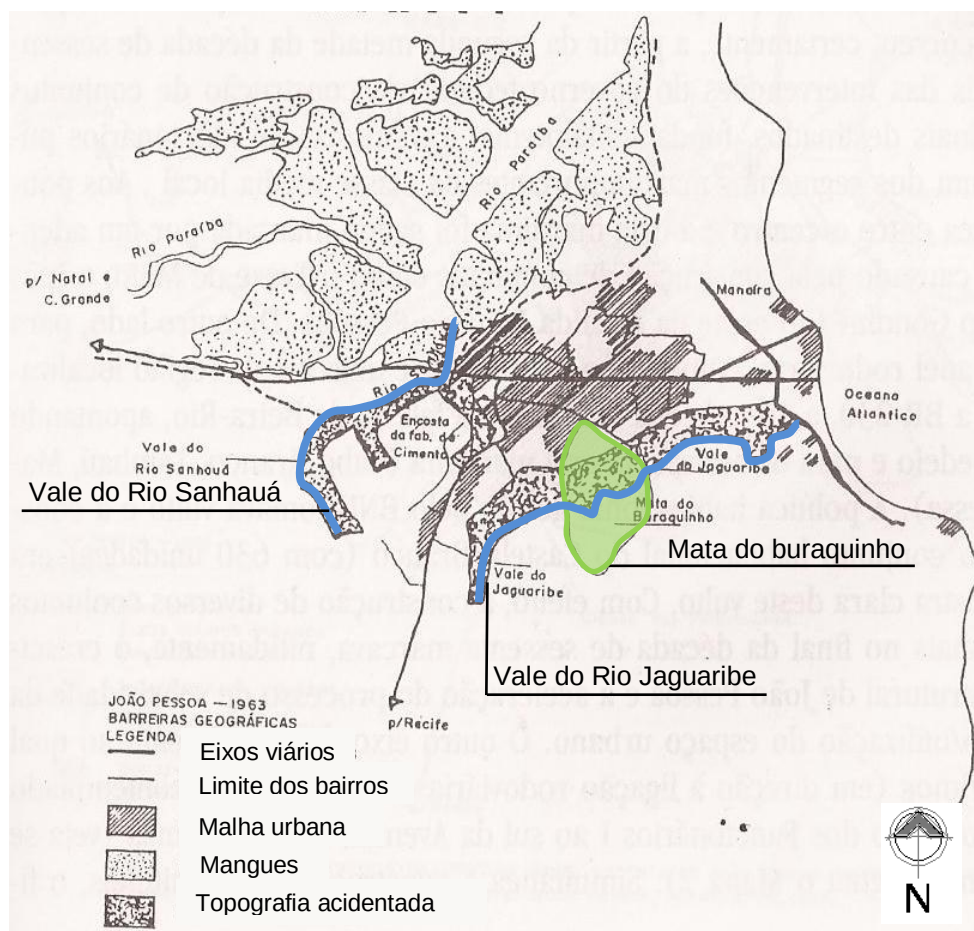


Figura 1: Barreiras Geográficas de João Pessoa em 1963.

Fonte: SCOCUGLIA, 2000.

Arelada à modernidade, à expansão da cidade e ao incremento populacional, surge a necessidade de implantação de um conjunto de normas e regulamentações, as quais são elaboradas pela Câmara Municipal, no século XIX, visando estabelecer medidas de posturas urbanas para ordenar e disciplinar o uso do solo urbano (LLARENA, 2009).

O código proibia a construção de casas de palhas no perímetro urbano e a permanência dos casebres e cortiços considerados moradias insalubres e de estrutura arquitetônica destoante das recomendações indicadas nele. A partir dessa proibição e com a pressão das camadas favorecidas da sociedade, iniciou-se a espoliação urbana da população que residia nessas moradias e assim, o segmento populacional de baixa teve o acesso à cidade negado.

No início da década de 1960 já era perceptível a estratificação social associada à ocupação do espaço urbano. Nas áreas mais valorizadas, dotadas de infraestrutura e serviços, como no Centro e nos bairros de Expedicionários, Jaguaribe, Tambiá e dos Estados, localizava-se o segmento populacional de maior

poder aquisitivo. Já nas áreas deterioradas do Centro e nos bairros carentes próximos como Varadouro, Roger, Torre e Cordão Encarnado, encontrava-se a população pobre. Nesta época, esta população ainda encontrava-se no interior ou nas franjas da malha urbana. A formação das áreas periféricas de João Pessoa e a maior seletividade dos espaços intensificam-se a partir da implementação dos conjuntos habitacionais do BNH.

Essa divisão da cidade revela também o retrato da divisão das pessoas e do papel que desempenham no processo geral de produção e reprodução da economia, “cada um mora onde pode pagar, e paga de acordo com o que recebe por seu trabalho” (NETO SILVA, 2004 *apud* LLARENA, 2009, p. 68).

Durante o processo de expansão urbana da cidade, verificou-se na paisagem a presença desde casebres na periferia em áreas distantes da cidade até a formação das favelas. As exigências do código de postura originaram outras intervenções públicas que promoveriam a melhoria de algumas áreas urbanas nobres da cidade. Essas intervenções eram voltadas para infraestrutura e serviços públicos básicos e aprofundaram a desigualdade espacial no meio urbano da capital. Logo, em 1963 a partir da política de integração foram realizadas algumas intervenções públicas, dentre elas, a implantação do sistema rodoviário que respaldou funcionalmente a construção do anel rodoviário de João Pessoa, seguido da construção do Distrito Industrial e do campus da UFPB a sudeste da cidade. Essas intervenções reforçam a característica da expansão urbana na cidade e impulsionam a ocupação da área através dos novos bairros que foram surgindo nas imediações.

Em 1964, foram iniciadas as intervenções nas áreas de habitação, infraestrutura e equipamentos urbanos. Com isso, foi criado o SFH que teve à sua frente o BNH para promover e empreender grandes intervenções nos espaços urbanos. Assim, após 1967 foram construídos conjuntos habitacionais destinados à moradia de funcionários públicos que eram um dos segmentos mais importantes da classe média. Estas construções constituíram um dos principais elementos na definição da nova estruturação urbana da capital paraibana. A implantação dos conjuntos habitacionais provocou também a valorização do solo e aos poucos foi adensando a área entre o Centro e a orla marítima com construção de conjuntos como o Treze de Maio, Ipês e Pedro Gondim (fig. 2); estimulou ainda, a aceleração do processo de ocupação dos vazios urbanos, localizados no trecho onde as linhas

de água e luz passavam e nas proximidades dos conjuntos habitacionais (LAVIERI & LAVIERI, 1992); o SFH impulsionou também, o início da segregação socioespacial, visto que as intervenções seletivas expulsaram a população de baixa renda das áreas beneficiadas pelas intervenções urbanas.

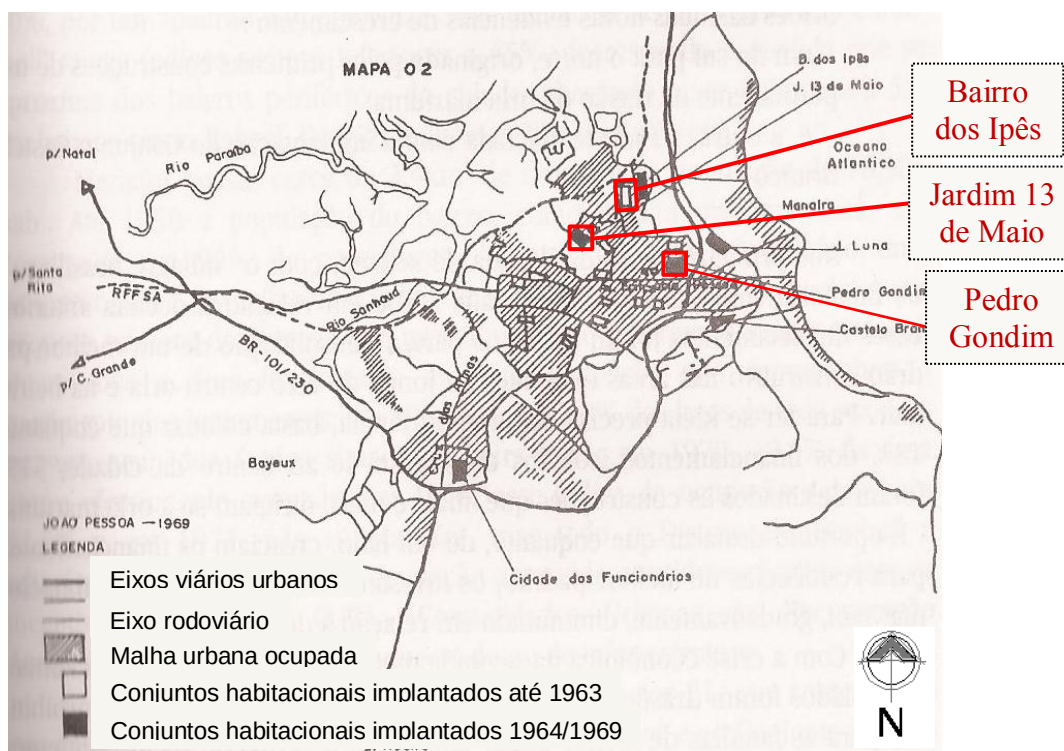


Figura 2: Evolução urbana de João Pessoa em 1969.

Fonte: SCOCUGLIA, 2000.

A reunião desses fatores mostra que no fim da década de 1960 e começo dos anos 1970, a cidade de João Pessoa apresentava-se como um tecido urbano em processo de urbanização condicionado por dois vetores de crescimento: o primeiro em direção ao setor Sul para o setor Norte da cidade, principalmente pelas primeiras construções no bairro do Castelo Branco e Tambaú; o segundo a Sudeste, por meio da implantação do Conjunto Castelo Branco e do Campus da UFPB. Portanto, a concepção estrutural de João Pessoa caracterizava-se com um perfil socioespacial definido por diferentes camadas sociais que refletem disparidades no espaço urbano. Assim, nas áreas bem servidas de infraestrutura e equipamentos urbanos como nos bairros Expedicionários, Miramar, Tambaú, Cabo Branco, dentre outros, ficavam a população de maior poder aquisitivo, enquanto nos sítios mais baixos, como o Baixo Roger, algumas áreas do Centro e Mandacarú, Varadouro, Ilha do Bispo e nas áreas alagadas da cidade, estava a população carente.

Segundo Jovanka Scocuglia (1999) do outro lado da cidade a expansão ultrapassava os limites do anel rodoviário, iniciando a ocupação em uma ampla região localizada entre a BR-230, a Avenida Rui Carneiro e a falésia da Beira-Rio, apontando para Cabedelo e em direção à orla marítima. Iniciava-se, então, um intenso processo de espraiamento da cidade tendo à frente da sistematização do planejamento urbano a parceria entre capital privado e o Estado. Este passou a ser um agente da urbanização tendo em vista que a expansão da periferia em João Pessoa tem como principal vetor a política de habitação social do Governo Federal, em parceria com os Governos Estadual e Municipal (LLARENA, 2009). A partir dessa política foram implantados em João Pessoa os conjuntos habitacionais Castelo Branco I, II, e III, Ernesto Geisel, Cristo Redentor, Valentina de Figueiredo e Mangabeira de I ao VII, todos assentados na porção sul e sudeste e financiados pelo SFH, tendo como órgão gestor o BNH. A construção desses conjuntos habitacionais direcionou a ocupação do espaço intraurbano nas direções sudoeste, sul e sudeste, inseridos em um processo de expansão desigual e segregador.

A política habitacional do BNH começava a destacar-se com a construção do conjunto Castelo Branco - 630 unidades - em 1969, por ser até então o maior construído em João Pessoa. A construção das primeiras unidades do conjunto, construído pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), representou a primeira tentativa de remoção das favelas em João Pessoa, a favela Adolfo Cirne localizada nas proximidades da atual Avenida Beira Rio. Com a abertura desta avenida a população de menor poder aquisitivo que morava naquele local foi expulsa, necessitando assim de novos espaços para residir.

A construção dos conjuntos habitacionais representou de forma nítida o crescimento estrutural da capital paraibana e aceleração do processo de seletividade da ocupação do espaço urbano, no final da década de 1970. A partir da construção dos conjuntos habitacionais do BNH ocorreu uma distinção maior e uma redistribuição social da população em distintos assentamentos da cidade.

A definição mais precisa da nova estruturação urbana de João Pessoa, a partir da segunda metade da década de sessenta, foi através de intervenções do governo federal via construção de conjuntos habitacionais destinados a moradias de funcionários públicos.

A década de 1970 é marcada pela proliferação de favelas que surgiam nessa época, especialmente em áreas impróprias à exploração imobiliária, como vales dos

rios e nas encostas dos Tabuleiros. Assim, as favelas passaram a ser o novo lugar de moradia da população carente e daqueles que chegavam do campo. Segundo Scocuglia (2000) o processo de favelização mostrava a “lógica da nova estruturação urbana”, o conflito, com a invasão de terrenos e condições sub-humanas de sobrevivência da maioria da população carente.

No início da década de 1970, com a expansão da economia, a capital paraibana teve um grande impulso no seu crescimento. Os financiamentos do SFH contribuíram para concretizar o adensamento da área central e para a consolidação da ocupação dos bairros de alto padrão construtivo próximos ao eixo centro - praia. Havia uma grande quantidade de financiamentos destinados apenas a habitações de melhor padrão construtivo o que acarretou na alta valorização do solo e por consequência na maior seletividade das pessoas que lá iam residir. Entretanto, ainda existiam algumas possibilidades para localização da população carente nas bordas desses sítios onde o valor do solo era acessível.

Na segunda metade da década de 1970, com a crise econômica os financiamentos isolados foram diminuídos drasticamente, tornando-os inacessíveis para a população de menor poder aquisitivo, já que ficaram mais caros. Os investimentos em construções de grandes conjuntos habitacionais foram retomados como forma de atender às necessidades de moradias. As habitações construídas eram habitadas pela população de maior poder aquisitivo. Os conjuntos habitacionais ganhavam um porte maior e localizavam-se cada vez mais longe do centro da cidade.

A política habitacional, da década de 1960 e 1970 e a modernização do espaço urbano de João Pessoa, com diversas obras públicas, impulsionaram a expansão da malha urbana, a seletividade do espaço e a valorização do solo, o que representou ônus sociais. Por outro lado, contribuiu para eclosão de conflitos urbanos em geral, como serviços de transportes e infraestrutura básica, já que a cidade agora tinha um considerável número de favelas e a periferia ocupada era desprovida de equipamentos de consumo coletivo (FARIAS, 1999).

A atuação do BNH e do SFH beneficiava a população de alta e média renda em bairros na orla marítima. Através dos recursos do BNH foi iniciada a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos nos bairros próximos à orla marítima, resultando assim na valorização do solo desse setor e a consequente na expulsão

dos moradores das áreas mais valorizadas que se tornaram proibidas para a população de menor poder aquisitivo.

Entre 1970 e 1980 o espaço urbano de João Pessoa cresceu expressivamente em mais de 100%, contribuindo para financiamentos isolados via SBPE que ocorreram até 1974. Nesse período foram construídos outros quatro conjuntos habitacionais - Castelo Branco II e III, João Agripino, Costa e Silva - totalizando 2.266 unidades habitacionais. Este último conjunto foi significativo na ocupação da periferia da cidade. De acordo com dados da PMJP (1983, *apud* SCOCUGLIA, 1999) após a construção desses conjuntos a área urbana de João Pessoa passou de 15 Km² em 1960 para 106 Km² em 1980.

Segundo Scocuglia (1999) a partir de 1975 foi iniciado o declínio dos financiamentos isolados pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), diante da crise econômica nacional com o fim do chamado “milagre econômico brasileiro” e o desaquecimento da economia. Deste modo, os financiamentos isolados foram reduzidos e o Banco voltou a reativar o mercado popular de habitação, substituindo, com a construção de conjuntos habitacionais, a queda dos financiamentos individuais para construção de alto e médio padrão.

Entre 1980 e 1983 foram entregues 8.492, enquanto na década de 1970 foram entregues 7.140 unidades. Então, percebe-se que em três anos foram implantados mais unidades que toda a década de 1970. Com a construção das unidades habitacionais foi consolidada a ocupação que contorna o trecho sudeste do anel rodoviário (LAVIERI & LAVIERI, 1992). O Conjunto dos Bancários, onde está inserida a favela do Timbó, foi criado em 1980 em uma área de 76 ha e posteriormente passou a ser titulado de bairro. A perspectiva do governo de acelerar a expansão da cidade na direção sudeste foi evidenciada a partir da entrega em 1985 de dois grandes conjuntos Mangabeira II e Valentina Figueiredo com mais de quatro mil unidades habitacionais, constituindo-se como o segundo maior da cidade.

No tocante à qualidade construtiva dos domicílios em 1982, cerca de 30,25% dos domicílios pertenciam ao padrão alto e normal, 69,75% concerniam à categoria de baixo padrão e subnormal, enquanto 4,69% eram definidos pela prefeitura como de padrão alto. Percebe-se que o maior número de domicílios pertencia à faixa de baixo padrão construtivo (Tabela 1). De modo geral, os conjuntos apresentavam péssima qualidade construtiva, baixo nível de infraestrutura básica, precariedade de

transporte coletivo, insuficiência de vias pavimentadas, de saneamento e de abastecimento de água. Tais propriedades contribuíam para agravar as condições de depauperamento da população e de segregação socioespacial.

TABELA 1: DADOS DOS DOMICÍLIOS DE JOÃO PESSOA QUANTO AO PADRÃO CONSTRUTIVO - 1982

Padrão Construtivo	Número de Domicílios	Percentual (%)
Alto	3.529	4,69
Normal	19.551	25,56
Baixo	47.104	62,54
Subnormal	5.132	6,81
Total	75.316	100

Fonte: Cadastro Físico Imobiliário – URBAN *apud* João Lavieri e Maria Lavieri.

Aliado a toda essa situação, as favelas começaram a ganhar expressividade no final da década de 1970, proliferando-se ainda mais no início da década de 1980, inseridas inicialmente no entorno dos vales dos rios, nas encostas do Baixo Planalto Costeiro, na rodovia de ligação com Cabedelo, além da periferia urbana. Outro fator que contribuiu para a propagação das favelas foi o desemprego e a pobreza extrema que se tornaram cada vez maior devido à crise econômica no final da década de 1970. De acordo com o relatório de pesquisa da Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN, 1983, p.54):

Em João Pessoa, além da periferia, a existência de áreas baixas e alagadiças dos vales dos rios, Jaguaribe e Sanhauá, têm funcionado como alternativa viável de “morar” para os setores da população à margem do mercado habitacional. Com deficiência de serviços de infraestrutura básica e sujeitos a inundações, tais áreas são desvalorizadas e, por isso, não visadas ainda pelo capital, oferecendo, portanto maior segurança do ponto de vista da possibilidade de permanência em tais locais. Assim, uma vez construída a moradia, está a posse da terra, temporariamente, garantida.

O relatório da FIPLAN (1983) deixa explícita a desigualdade no acesso à terra urbana que é reafirmada durante o processo de expansão da capital paraibana. Assim, a terra tornou-se uma mercadoria que grande parte da população carente não tem como obtê-la. Logo, esta parcela populacional tem como alternativa a ocupação de áreas irregulares em diferentes bairros da cidade. O relatório aponta a existência de várias áreas onde se encontram as moradias de baixo padrão habitacional, caracterizando as ocupações irregulares ou os bairros populares, como: Mandacarú, Cruz das Armas, Oitizeiro e Cristo Redentor. Pouco a pouco, a partir da construção dos grandes conjuntos habitacionais, as favelas passaram a

ocupar o entorno destes ou mesmo algumas áreas mais centrais dos bairros populares.

Segundo dados da FIPLAN (1983) no fim da década de 1970 foram computados 1.174 habitações em áreas de favelas. Se em 1960 não existia, em 1970 havia 16 favelas, em 1980 eram 31 localizadas às margens do Rio Jaguaribe e na periferia da cidade, em 1982 já somavam 41. De acordo com Luciana Araújo (2006) em 1992 existiam 94 favelas em João Pessoa, em 1997 tinham 108, em 2002 109. Dados da PMJP mostram que em 2005 havia 122 favelas distribuídas nos bairros de João Pessoa. Parcela desta população favelada era de inadimplentes dos conjuntos do BNH que retornaram as áreas de favelas. Para melhor compreensão do aumento do número de favelas na cidade, os dados estão aplicados em um gráfico (gráfico 1).

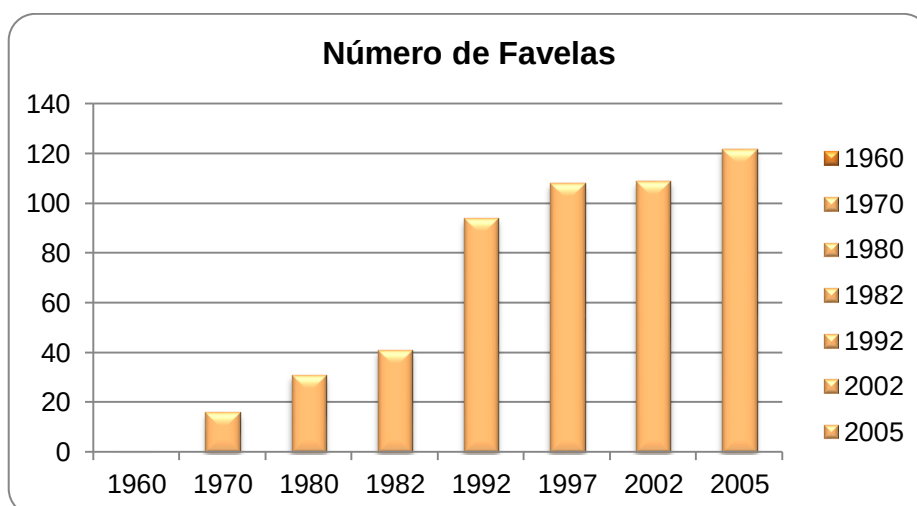


Gráfico 1: Dados mostram o aumento do número de favelas em João Pessoa entre 1960 e 2005 .
Fonte: Ana Luzia Pita.

A tabela abaixo (Tabela 2) mostra dados das favelas existentes na cidade na década de 1980. Não foram obtidos dados sobre a favela do Timbó nessa década, sabe-se apenas que foi nesta década que se iniciou a formação do assentamento irregular, os dados existentes sobre esse assentamento são a partir de 1998.

TABELA 2: FAVELAS EXISTENTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA NA DÉCADA DE 1980

FAVELA	BAIRRO	POPULAÇÃO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS
Adolfo Cirne	Torre	433	73
Alto do Mateus	Alto do Mateus	3.454	759
Central do Lixo	Baixo Roger	3.019	592
Beira do Cano	Padre Zé	1.703	415
Beira Rio (Favela São José)	Manaíra	3.604	744
Beira Molhada	Distrito Industrial	2.319	474
Beira Molhada	Mandacaru	581	117
Brasília de Palha	Torre	1.520	258
Nova Brasília	Cabo Branco	385	69
Cidade dos Funcionários	Cidade dos Funcionários	413	73
Padre Zé	Padre Zé	2.902	554
Cristo Redentor	Cristo Redentor	3.204	822
Cruz das Armas	Cruz das Armas	5.818	1.104
Sem Nome (erradicada)	Tambauzinho	250	52
Ernani Sátyro	Ernani Sátyro	772	147
Gauchinha	Conjunto Costa e Silva	529	105
Ilha do Bispo	Ilha do Bispo	4.296	926
Marés	Marés	7.829	1.585
Mandacaru	Mandacaru	9.584	1.862
Miramar	Miramar	2.119	299
Ninho da Perua	Jaguaribe	381	84
Oitizeiro	Oitizeiro	8.185	1.644
Padre Hildon Bandeira	Torre	128	27
Penha	Penha	304	58
Porto do Capim	Varadouro	91	22
Porto de João Tota	Mandacaru	1.014	199
Rangel (São Geraldo)	Rangel	738	149
Rua da Palha	Conjunto Costa e Silva	606	108
Saturnino de Brito	Cordão Encarnado	5.531	1.129
São Rafael	Conjunto Castelo Branco	597	116
Vila Japonesa	13 de maio	1.482	229
Timbó	Bancários	-	-

Fonte: FIPLAN, 1983.

Determinadas favelas originaram-se em antigas áreas nas quais se desenvolvia alguma atividade de trabalho, como é o caso da favela do Timbó - que surge na década de 1980 como alternativa habitacional da população carente que chegava à capital paraibana em busca de melhores condições de vida – localizada no setor leste do bairro dos Bancários onde funcionava uma saibreira.

A partir de 1979 o BNH mudou sua atuação, a nível nacional, criando Programas de Erradicação de Sub-habitações. Estes atuavam na urbanização de

favelas e promoviam a construção de novas habitações através do sistema de autoconstrução. Entretanto, na década de 1980, especificamente em João Pessoa, não houve a mudança do BNH, pois continuava a construir conjuntos habitacionais nas áreas periféricas cada vez mais distantes da cidade, objetivando a erradicação das favelas. Dentre esses conjuntos estão: o dos Grotões com 910 unidades, Valentina Figueiredo com 4401 unidades e o Funcionários II com 578 unidades. Destaca-se também o conjunto Mangabeira I e II com 6258 unidades construídas pela CEHAP. Esses conjuntos eram caracterizados pela precariedade de infraestrutura urbana o que acarretou insatisfações e conflitos sociais.

Nos anos 1980 os domicílios de alto padrão e padrão normal estavam localizados nos bairros centrais – Centro, Jaguaribe e Tambiá, no entorno da orla marítima e próximo à Avenida Epitácio Pessoa. Já os de padrão baixo localizavam-se nas periferias, ao longo de linhas de trem e em áreas de topografia acidentada, como o Rangel, Cristo, Cruz das Armas e Mandacarú ou ao longo da BR 230.

Em 1983 a aproximação com as organizações populares e a implementação de políticas sociais foram tidas como pilares do início de uma política que se instaurava pelo governo da época. Nesse contexto, foi criada a FUNSAT (Fundação de Ação Social e Trabalho) a qual desenvolveu várias ações no setor habitacional associadas aos programas oficiais tradicionais: os chamados programas habitacionais alternativos. Estes se caracterizavam pela realização de melhorias nos bairros pobres com investimentos muito restritos, utilização de materiais construtivos baratos – como, por exemplo, a taipa - e o mutirão como forma de trabalho. Assim, foram originadas habitações de padrões bem precários. As áreas de atuação dos programas coincidiram com as regiões que apresentavam favelas na cidade de João Pessoa.

Pode-se dizer então que a implementação dos programas habitacionais em João Pessoa aconteceu em duas circunstâncias diferentes. Primeiramente em 1979, através do programa PROMORAR, o governo não empregou os recursos para urbanização de favelas, mas sim, na implantação de conjuntos habitacionais periféricos que conseqüentemente resultavam na remoção de favelas. Depois em 1983, época de uma administração populista, foi ressaltada a urbanização de favelas com participação da sua população. No entanto, segundo Farias (1999) os programas locais eram utilizados de forma pulverizada, na maioria das vezes para

solucionar algum problema emergencial em áreas que constituíam pontos críticos de carências no que se referem à moradia e à infraestrutura.

Considerando o geral da cidade de João Pessoa em 1983 a distribuição da população quanto à faixa de renda ainda era mesclada. Entretanto, 10 dos 41 bairros aparecem com definição clara. De um lado, Cabo Branco e Manaíra como bairros de renda alta e, de outro, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Novais, Cidade dos Funcionários I, Cristo, Rangel, Mandacarú e João Agripino como bairros de baixa renda. Nos bairros de Tambauzinho, dos Estados, Tambaú e principalmente no Bessa havia população com faixas de renda bem díspares habitando no mesmo local. Mas a situação, nesses dois últimos bairros, já tendia a mudar devido a grande valorização de terreno e construções de imóveis luxuosos. Essa região definiu-se como proibitiva para a camada populacional carente. A área central da cidade e na sua ligação com a orla marítima era ocupada pela camada de alta renda (LAVIERI & LAVIERI, 1992).

Segundo Lavieri & Lavieri (1992) no setor sudeste de João Pessoa, onde foram implantados alguns conjuntos habitacionais, ficaram preservadas entre eles extensas áreas desocupadas, além dos vazios deixados no interstício que se formou entre essa região e a orla marítima.

A expansão territorial pela qual passou a cidade de João Pessoa e o modo como esta se definiu espacialmente produziram vazios urbanos no interior do seu tecido. A cidade de João Pessoa é alvo de grande especulação imobiliária e como consequência apresenta um amplo número de áreas desocupadas à espera de uma valorização para poder ser ocupado, acarretando na seletividade do espaço, na segregação socioespacial.

Pôde-se perceber que o processo de favelização está intrinsecamente ligado ao crescimento das cidades e toda essa situação exposta converge para dados os quais mostram que a cidade de João Pessoa passa por problemas habitacionais sérios com um grande número de favelas. Dados da ONU (Organização das Nações Unidas) mostram através do relatório Habitat 2006, um aumento, nos últimos dez anos, do número de pessoas que habitam em favelas no Brasil. Brasília destaca-se como a capital brasileira que mais se “favelizou” entre o período de 1991 a 2000, com aumento de 398% das pessoas vivendo em favelas. Em segundo lugar estaria João Pessoa, com o crescimento de 265% da população favelada e, em terceiro, Salvador, com 179% (SCOCUGLIA, 2010).

Toda essa situação apresentada resultou em um quadro que segundo a FAC (2002) a capital tinha 177.177 domicílios, dos quais 24.735 (13,96%) estavam localizados em favelas. Estima-se que dos 60 bairros da capital, mais de 38 têm favelas. Já a Secretaria de Habitação Social de João Pessoa afirma que em 2005 existiam 122 assentamentos irregulares, com uma população estimada em 108.727 habitantes. De 2002 para 2005 houve um aumento do número de assentamentos equivalendo a 11,92%. Segundo esta mesma fonte, as “comunidades” estão distribuídas em quarenta dos sessenta e quatro bairros oficiais do município (Mapa 2 pág. 71), ocupando uma área de aproximadamente 501 hectares, com 24.142 domicílios (SCOCUGLIA, 2010). Mas dados do IBGE (2010) divulgados no último Censo Demográfico mostram a existência de 64 bairros na cidade, havendo em 59 bairros a presença de aglomerados subnormais com 12,7% da população da Capital, equivalendo a 91.351 habitantes. A pesquisa mostrou que há uma maior concentração da população em aglomerados subnormais dos bairros de Mangabeira, Cristo, Alto do Mateus e Oitizeiro.

Verifica-se no mapa que alguns bairros a leste da cidade não possuem favelas por serem áreas distantes do centro da cidade com poucos equipamentos urbanos e, que desde o início do século XXI, estão sendo ocupadas pela camada social de renda alta, caracterizando uma nova periferia urbana com a construção dos condomínios fechados. Observa-se que há uma maior concentração na região Norte.

MAPA 2: ZONEAMENTO DOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES EM
JOÃO PESSOA

Observa-se que o processo de expansão da capital paraibana originou um desenvolvimento urbano desigual, predominando uma configuração espacial seletiva e segregadora marcada pela falta de igualdade social entre os moradores. Os investimentos são concentrados em áreas de maior viabilidade socioeconômica, como, por exemplo, a orla marítima da cidade, através de equipamentos modernos, praças e infraestrutura demasiada. Do outro lado da cidade, nos bairros populares onde reside a população de baixa renda, os investimentos públicos são insatisfatórios e não atendem a demanda de infraestrutura básica. Neste setor da cidade, os equipamentos urbanos não são implantados de modo satisfatório. Enquanto de um lado tem-se a verticalização com edifícios luxuosos, do outro a paisagem é formada por casebres que não oferecem condições favoráveis à habitabilidade. Tais características deixam explícita a desigualdade socioespacial na capital paraibana.

No Brasil as cidades caracterizam-se pela intensa desigualdade a qual resulta na exclusão social de uma grande parcela da população e consequentemente na segregação socioespacial. Perante esse cenário a população de baixa renda é privada do direito à moradia digna, enquanto a outra parte da população é favorecida com infraestrutura no seu espaço. A produção de moradias pelos programas do governo é escassa e as que são produzidas não possibilitam o bem-estar do seu morador, pois são pequenas, ao ponto de na maioria das vezes não abrigarem toda a família; além do problema da localização em áreas distantes que requerem um grande dispêndio de tempo para chegar até seu trabalho.

Portanto, para que a população de baixa renda tenha acesso à moradia juntamente com os equipamentos urbanos e infraestrutura, é necessário vencer o problema do acesso à terra urbanizada e ao financiamento, os quais foram atributos vetados para a população carente. Resta então às políticas habitacionais prover habitação com boas condições de habitabilidade aliadas ao saneamento e serviços como educação e saúde de modo a possibilitar a melhoria de vida da população. É importante também, prover empregos aliados à boa remuneração para que assim possa ter condições de adquirir o financiamento habitacional.

1.5 Experiências bem sucedidas de intervenções em favelas

A seleção das experiências bem sucedidas em favelas foi feita tomando como base as características particulares - que estão resumidas em uma tabela (tabela 3) para melhor compreensão - de cada intervenção e programas, de tal modo que elas pudessem contribuir para a formulação dos indicadores urbanísticos que estão apresentados no final do trabalho.

1.5.1 Projeto de urbanização da favela do Castelo Encantado

Localizada na Cidade de Fortaleza no Ceará, na Região Administrativa do Mucuripe, um bairro nobre da capital de grande valorização imobiliária. A área da favela destacava-se por possuir a dimensão correspondente a de um bairro, 52 ha de área representando uma das maiores densidades populacionais do município, com aproximadamente 3.700 famílias, correspondendo a 27% do total de famílias faveladas de toda a região. Está inserida numa área de proteção, sobre as dunas do Mucuripe e beirando uma das margens do riacho Maceió, em sua porção oeste. Do conjunto de situações de risco de deslizamento, o Castelo Encantado foi ao longo dos anos uma das 10 áreas com maior risco. A configuração espacial da favela não permitia o tráfego de veículos no seu interior. Essas características mostram uma similaridade à comunidade do Timbó, podendo assim trazer contribuições para o estudo.

A favela existe desde a década de 1950, tendo sua origem com a remoção da aldeia dos pescadores da praia de Iracema. A urbanização foi realizada pelo governo estadual através do projeto desenvolvido em 1992, tendo as obras iniciadas em agosto de 1993 até março de 1996. A urbanização do Castelo Encantado surgiu em atendimento à demanda da população da área que enfrentava a cada inverno o risco de deslizamentos.

O projeto de urbanização visava à reestruturação espacial para obter uma redução do índice de adensamento com o remanejamento apenas de moradias localizadas no trecho da encosta íngreme - que havia deslizamentos - para terrenos vizinhos onde construíram novas casas em regime de mutirão. Essas famílias removidas foram indenizadas pela perda de suas casas com o valor de R\$ 3.000,00. De acordo com LABHAB - FAUUSP (1999) ao todo, 352 casas foram removidas, permanecendo 483 moradias. Foram executadas também obras de adequação do sistema viário interno com a abertura de vias, pavimentação, água, esgoto,

drenagem, energia e geotecnia (obra de estabilização da duna), como também, a integração à cidade e melhorias de acesso. Após as obras, foi implantada também a limpeza urbana. Buscava-se atingir uma reabilitação ambiental das áreas de encostas das dunas que estavam em processo de degradação ambiental.

Após o processo de urbanização da favela a COHAB realizou o controle e segurança para manutenção da área de risco que estava desocupada, esclarecendo para a população que não era lugar de moradia.

A semelhança na volumetria, os materiais, como as telhas de barro, as cores vivas das casas e o gabarito denotavam um ritmo e enriqueciam a paisagem, lembrando os tradicionais assentamentos de pescadores (BUENO, 2000).

Como a região onde a favela está inserida é uma área de visitação turística, diz-se que o projeto de urbanização foi realizado principalmente para atender objetivos ambientais, turísticos e imobiliários, voltados à sua valorização. Entretanto, a urbanização atendeu à demanda da população da área - que enfrentava a cada inverno o risco de deslizamentos - apresentando um progresso significativo, em relação à situação anterior, bem como em relação a outras favelas da capital.

A partir da urbanização ocorreu a valorização dos imóveis da área e oportunidades de trabalho. Para os atuais moradores tornou-se uma área atrativa por causa das oportunidades de obtenção de renda, como o comércio e o aluguel, além da qualidade. Contudo, essas vantagens originaram a “gentrificação”, visto que a favela urbanizada não é atrativa para moradia da camada de média e alta renda, e para os que tinham interesse tornou-se um lugar caro para morar.

1.5.2 Programa Guarapiranga

O programa foi criado em 1992 como artefato do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo). A mais importante inovação do programa foi propor a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e modelo de gestão para controle da qualidade da água e da poluição hídrica nas áreas metropolitanas. Foram instituídos cinco subprogramas para cada tipo de ação: I. Serviços de água e esgoto; II. Coleta e disposição de lixo; III. Recuperação Urbana; IV. Proteção Ambiental; V. Gestão da Bacia. A urbanização de favelas pertencia ao subprograma III e era executada pela Prefeitura de São Paulo através da SEHAB (Secretaria de Habitação de

Desenvolvimento Urbano) e a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo). Este subprograma previa para o Município de São Paulo a urbanização de 139 favelas e adequação de infraestrutura nas favelas e loteamentos próximos, incluindo a implantação de redes de águas pluviais, rede coletora de esgoto, rede distribuidora de água, rede de energia elétrica, guias, muros de arrimo, pavimentação e construção de novas unidades habitacionais dentro da favela, quando necessário. Em alguns casos, parte das famílias era removida. As ações do subprograma não envolviam a regularização fundiária das favelas, nem projetos de parcelamento do solo. Segundo UEMURA (2000 *apud* DENALDI, 2003) estima-se que em 1995 os habitantes das favelas ocupavam 34,4 Km² dos 101 Km² urbanizados na bacia. Tinha-se o objetivo de atender com a urbanização 25.000 famílias em 168 favelas e 35.000 em 54 loteamentos. Com a urbanização, 1.752 novas moradias foram construídas, correspondendo à remoção de cerca de 21% das famílias que habitavam núcleos de favela. A meta inicial era a construção de aproximadamente 2.981 novas unidades e a remoção de cerca de 12% da população de favelas. Até o ano de 2000, foram atendidos 37,6% da meta prevista pelo programa. Até maio de 2000, havia obras executadas em 67 favelas, beneficiando cerca de oito mil famílias. No entanto, o autor supracitado considera que houve urbanização de fato em 28 núcleos, nas outras favelas houve complementação da infraestrutura.

Para melhor entendimento das ações dos programas voltadas para a urbanização de favelas, toma-se como exemplo duas das que receberam intervenções na cidade de São Paulo, Jardim Esmeralda que se caracteriza pela ocupação irregular às margens de córregos e Santa Lúcia que se encontra numa área de encosta. Ambas estão situadas na Bacia do Guarapiranga.

I. Favela Jardim Esmeralda

A favela está localizada no bairro da Cidade Dutra no município de São Paulo, possui área total de 15.000 m², apresentando em seu núcleo 397 domicílios distribuídos ao longo do córrego e uma densidade populacional de 1.587,7 hab/ha. O projeto de urbanização foi elaborado em 1995 e as obras estenderam-se de janeiro de 1996 a novembro de 1997, dentro do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Reservatório Guarapiranga. Com o intuito de possibilitar a

abertura de vias, pavimentação, canalização de córrego, drenagem, o abastecimento regular da água e esgoto, houve a remoção de 13 famílias e foram reconstruídas unidades para 34 famílias relocadas.

A canalização do córrego em duto fechado por cerca de 600 m possibilitou um desenho urbano cuidadoso do ambiente com quadras organizadas por vielas que na maior parte já existiam e após a intervenção conectavam-se a rua de pedestres próxima ao córrego. Foram previstas a transformação de alguns trechos das ruas em largos e praças que receberam mobiliário urbano, com também, a aplicação de massas impermeabilizantes coloridas nas paredes ou nos muros das casas e execução de um grande mosaico em um muro da pracinha principal. Mas, ainda existe uma parte da paisagem sem esse efeito pitoresco, sendo acinzentada pela presença das cobertas com telhas de fibrocimento de algumas casas.

A pesquisa realizada pelo LABHAB - FAUUSP (1999) mostra que muitas casas passaram por reforma após a urbanização, sendo ampliadas com a construção de “puxadinhos” ou de cômodos separados e a execução de acabamentos como, por exemplo, a colocação de pisos, revestimentos internos e externos e gradeamento.

A urbanização da favela tornou-se um marco referencial para o bairro, sendo visitada por técnicos e pesquisadores. O essencial para ter conseguido manter esse quadro é o fato da boa manutenção na área está sempre presente.

II. Favela Santa Lúcia II

A favela está localizada no distrito de Campo Limpo do município de São Paulo ocupando uma área total de 17.000 m², com 175 domicílios distribuídos em área de encosta suave, de cotas relativamente baixas em relação à média do entorno. A área possui uma densidade de 250hab/ha. Existem quatro situações de área de risco em encostas, em que foram realizadas demolições das edificações e remoções das famílias.

A urbanização da favela faz parte do primeiro lote de favelas contratadas na execução do Programa Guarapiranga. Na contratação da empresa responsável pelas obras previu-se que a execução deveria obedecer às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e os equipamentos utilizados deveriam ser adequados às condições específicas da obra. Os materiais utilizados nas obras

de urbanização são similares aos utilizados no restante da cidade (LABHAB – FAUUSP, 1999).

As obras de urbanização da favela foram realizadas entre agosto de 1994 e março de 1995 com serviços de abertura de vielas, a adequação do sistema interno de circulação de pedestres ao existente no local antes da intervenção, pavimentação, construção de arrimos - sempre localizados em pontos que viabilizassem a implantação das rampas e escadas - drenagem, implantação de sistema de abastecimento de água e esgotos, como também, a execução de três conjuntos habitacionais para o assentamento das famílias removidas.

De acordo com o LABHAB - FAUUSP (1999) o projeto previa em determinados pontos de cruzamento das vielas pequenas áreas de sociabilidade com mobiliário urbano e mesas de jogos, mas esses equipamentos não foram instalados.

A proposta da coleta de lixo previa a instalação de dois tipos de lixeiras nas vielas: lixeiras pequenas e lixeiras moduladas. As lixeiras moduladas seriam fabricadas em módulos podendo ser acopladas a partir da necessidade da viela em função das dimensões disponíveis no local. A coleta seria realizada com pequenos carros de tração manual operados pelos moradores.

As obras de urbanização das duas favelas apresentadas acima foram realizadas através do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Reservatório Guarapiranga, objetivando, sobretudo, interceptar o esgoto lançado na drenagem, melhorar as condições de coleta de lixo e deste modo obter a recuperação da qualidade da água do reservatório para abastecimento de água.

1.5.3 Projeto Santo André Mais Igual

Foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santo André em São Paulo e iniciado em 1997 no momento em que foram retomados pelo município os projetos de urbanização de favelas associado à perspectiva de inclusão social, visto que apenas a urbanização não seria capaz de melhorar efetivamente o quadro socioeconômico e cultural dos habitantes das favelas. O programa tem como uma das características a articulação de vários programas sociais o que levou a ser denominado durante o período de 1998 a 2000 de Programa Integrado de Inclusão Social. De acordo com Denaldi (2003) no ano de 2000 recebeu o Prêmio Gestão

Pública e Cidadania, outorgado pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, sendo ressaltado como uma das cinco melhores experiências de políticas públicas desenvolvidas no país. Em 2001, foi incluída entre as 16 melhores práticas do mundo, a única brasileira, escolhidas para serem relatadas na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos em Istambul. O programa recebeu o Prêmio Caixa Econômica Federal de Melhores Práticas em Gestão Local com a urbanização da favela Sacadura Cabral.

O programa atende as famílias moradoras das favelas, em processo de urbanização, com diversos programas setoriais (habitação, educação, saúde, garantia de renda, desenvolvimento econômico, entre outros) integrados institucionalmente. Para expressar a ideia de integração o programa tinha o *slogan* “Tudo junto, ao mesmo tempo e no mesmo lugar” (DENALDI, 2003). O programa envolveu também o auxílio para obtenção de crédito no Banco do Povo (municipal) no intuito de tornar viável e incentivar o empreendimento.

Em relação à tática de atuação, a Prefeitura de Santo André adotou como princípios do programa a integração e a territorialização das ações em favelas, buscando a opinião da comunidade e o combate à exclusão.

É importante ressaltar alguns avanços que ocorreram com a implantação do programa: durante o período de 1998 a 2000 a Prefeitura de Santo André constatou a capacitação de grande parcela da população de favelas, de 15 mil moradores de quatro favelas, 2500 se capacitaram profissionalmente e destes, 16% conseguiram trabalho em função dessa capacitação; 968 famílias, 27% do total, receberam benefício financeiro do Programa Renda Mínima. Os programas de geração de trabalho e renda beneficiaram diretamente cerca de 800 pessoas (DENALDI, 2003).

Os projetos de urbanização buscavam aliar o respeito à tipicidade de ocupação com o reparcelamento do solo, seguindo modelos urbanísticos específicos, como por exemplo, o lote mínimo de 40 m². Assim, tratava-se de requerer simultaneamente a melhoria das condições de saneamento e o reparcelamento.

O grande desafio dessa urbanização foi o alto adensamento do solo, já que esta situação tornava necessária a relocação de um grande percentual de moradores no intuito de viabilizar o processo de urbanização, considerando a dimensão do lote mínimo por família. Para que isso fosse possível tomou-se como

alternativa a verticalização que consiste na construção de edifícios de apartamentos em alguns setores da favela e a produção de novas moradias em outros.

O projeto urbanístico desenvolvido pelo programa procurou localizar praças e equipamentos urbanos em setores da favela que conurbam com o bairro para que deste modo fosse criado uma área de transição e integração entre a favela e o bairro onde está inserida (fig. 3 e 4). O projeto criou também o Centro de Negócios e Serviços em um módulo integrado por uma cobertura, destinado aos empreendedores que moram na favela ou até mesmo na cidade (fig. 5). Este centro também se localiza em áreas da favela de ligação direta com bairro.



Figuras 3 e 4: Urbanização Integrada: construção de equipamentos e área de lazer em Sacadura.

Fonte: Rosana Denaldi, 2003.



Figura 5: Centro de negócios e Serviços construído em Sacadura Cabral

Fonte: Rosana Denaldi, 2003.

Na favela de Sacadura Cabral foram construídos 24 módulos, com 24 m² cada, para abrigar 18 unidades de negócio e serviços em frente ao centro universitário. Destas, quatro serão “unidades-âncora”, destinadas aos empreendedores da cidade nos ramos de farmácia, alimentação e livraria. As demais unidades se destinam aos empreendedores do núcleo da favela Sacadura e às concessionárias de serviços (Correio, Posto de Atendimento da PSA, Central de Apoio ao Trabalhador Autônomo) (DENALDI, 2003).

Após a construção do Centro de Negócios e Serviços verificou-se uma expansão das oportunidades de geração de renda, uma vez que a verticalização proporcionou uma maior disponibilização de espaço no solo para essas construções. Outro fator que contribuiu para a expansão foi o fato do Centro ter passado a atender não apenas moradores da favela, mas também de todo o bairro. Outras iniciativas somam-se a essas, no campo do programa de inclusão, como a capacitação profissional e de empreendedor, e a oferta de crédito.

No intuito de aliar a necessidade de melhoria da qualidade habitacional com o grande adensamento dos lotes, depois de passar pela urbanização, com o reparcelamento, a Prefeitura de Santo André recomendou a incorporação ao plano de urbanização de limites máximos de ocupação por setores na favela, já que era perceptível a construção ilegal do 3º pavimento em lotes de dimensão reduzida. A maioria dessas construções eram insalubres devido à falta de iluminação e ventilação natural. Logo, a prefeitura decidiu definir os setores onde era possível a construção do 3º pavimento desde que o morador siga a orientação técnica exigida pela prefeitura. Deste modo, pode-se contribuir para melhoria da qualidade habitacional, como também do meio urbano da favela.

O projeto de urbanização definiu limites máximos por cada setor de acordo com a largura das vias. Os lotes voltados para as vias de menor largura, como as de quatro metros, podiam receber apenas construções até dois pavimentos, enquanto que as vias de maior largura, as de sete metros, podiam apresentar construções de até três pavimentos, uma vez que o afastamento entre as moradias não afetava as exigências de iluminação e ventilação, e ainda contavam com assessoria técnica e projeto fornecidos pela prefeitura.

Após a urbanização as famílias recebiam o lote urbanizado escolhido, juntamente com a planta acatada e debatida anteriormente. Os moradores contavam também com orientação técnica para construção.

▪ **A articulação com outros programas:**

É importante ressaltar que a urbanização integrada voltada para áreas da cidade informal é articulada a vários programas habitacionais e urbanos os quais são desenvolvidos pelo governo municipal. Dentre os programas, sobressaem-se

três: Regularização Fundiária, Requalificação Habitacional (Programa Ainda Melhor) e Observatório de Qualidade dos Serviços.

I. Regularização fundiária

Teve início em 1989 quando foi promulgada a Lei n.º 6.864/91 que designa as AEIS (Áreas de Especial Interesse Social) e permite o consentimento do Termo de CDRU (Concessão de Direito Real de Uso), instrumento essencial utilizado pela Prefeitura de Santo André para promover a regularização fundiária nas favelas.

As atuações do programa são voltadas para áreas públicas e particulares, situadas no município. A mutação de um terreno em AEIS acontece por meio da publicação de lei específica, antecedida da avaliação de viabilidade técnica, jurídica e financeira. Após designada a AEIS iniciou o processo de constituição da COMUL (Comissão Municipal de Urbanização e Legalização) a qual era composta por representantes da Prefeitura de Santo André e moradores da favela. A comissão tem o dever de elaborar e aprovar o Plano de Urbanização que estabelece o modo de divisão e ocupação dos lotes, como também, determina a necessidade da realização de obras e de outras formas de intervenção do governo municipal na favela.

Com relação aos terrenos públicos, aprova-se a cada família o Termo de CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) o qual atribui aos concedidos o direito de posse do imóvel por um tempo que varia entre 35 e 90 anos, renovável por igual período, mediante o pagamento de valor variável de acordo com a dimensão dos lotes.

No caso dos terrenos particulares, a Prefeitura de Santo André oferece a assistência jurídica imprescindível para aquisição do título de proprietário do imóvel pelas famílias. A aquisição, geralmente, mediante negociação direta dos moradores com o proprietário, ou pela proposta de ações de usucapião dos terrenos.

O resultado positivo do programa pode ser observado a partir dos seguintes dados: até julho de 2002, o Santo André possuía 13 assentamentos regularizados através de planos de urbanização que foram aprovados pela Prefeitura e em fase de regularização nos livros de registro público. Desses 13, sete encontravam-se instalados em áreas públicas e cinco em particulares. Até este ano havia 45 áreas

instituídas como AEIS, incluindo os 13 assentamentos, e cerca de outras 50 em processo de regularização e delimitação como AEIS (DENALDI, 2003).

II. Requalificação habitacional

A partir da constatação da Prefeitura de Santo André de que para integrar a favela à cidade a urbanização não seria suficiente, a prefeitura criou o programa Melhor Ainda no intuito de levar a manutenção urbana para as favelas que passassem pelo processo de urbanização e orientar a construção, ampliação ou reforma de moradias para que se consiga elevar a qualidade da construção. A Requalificação Habitacional pode estar associada à concessão de crédito para esses fins. O morador tem a aquisição do crédito condicionada à construção ou conformação da moradia para responder à eliminação de riscos e às normas de conforto ambiental instituídas pela Prefeitura de Santo André.

III. Observatório

O Observatório de Qualidade dos Serviços tem o objetivo de realizar a fiscalização ininterrupta da qualidade da prestação dos serviços públicos por parte dos moradores.

O Observatório foi implantado primeiramente nos núcleos Sacadura Cabral e Tamarutaca. Em 2001, foi inserido em Sacadura Cabral nas quadras onde a urbanização estava concluída com a finalidade de analisar a qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, drenagem e coleta de lixo.

Pode-se constatar que o Programa Santo André Mais Igual destaca-se pela sua inovação da integração e pela preocupação em aliar a questão da inclusão social à urbanização. As ações do programa sempre buscam atingir um alto nível de eficácia na urbanização, tendo o cuidado de pensar na atuação não apenas durante o período do processo de urbanização, mas também, com a manutenção, isto é, com os ganhos que ela trouxe para a favela urbanizada. Entretanto, a questão do alto custo que requer recursos volumosos para botar em prática a urbanização integrada é um problema o qual impede a disseminação desta.

1.5.4 Programa Favela Bairro

O Programa Favela Bairro foi implantado na cidade do Rio de Janeiro desde 1993 com o intuito de integrar a favela ao tecido urbano dos bairros pertencentes à cidade formal, objetivando a mutação de uma área carente e degradada em área consolidada, podendo formar até um novo bairro. Este Programa faz parte a uma política habitacional mais ampla do Rio de Janeiro e consolida a urbanização integrada como principal política para as favelas do Rio de Janeiro. Sobre isso o prefeito César Maia em 1994 destaca:

A política habitacional do município do Rio de Janeiro teve seus objetivos básicos estabelecidos pelo Plano Diretor da Cidade: utilização racional do espaço público através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra e simplificando as exigências urbanísticas para garantir à população o acesso à moradia com infraestrutura urbana, realocação prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação imediata e adequada; urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa renda; implantação de lotes urbanizados e de moradias populares; e a geração de recursos para o financiamento de programas dirigidos à redução de déficit habitacional e à melhoria da infraestrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda (DUARTE, 1996, p. 05).

Diferentemente de outros programas, o Favela Bairro não realiza a remoção compulsória dos assentamentos irregulares visando a sua erradicação, mas sim, a integração por meio de intervenções urbanísticas. O Programa procura reunir artefatos para geração de renda, buscando o desenvolvimento social e a integração socioeconômica dos moradores no sentido de alcançar plena cidadania. O Favela Bairro visa também o controle indiscriminado do solo. É importante ressaltar que o programa não contempla a construção de novas moradias.

O projeto de urbanização é voltado para a qualificação do meio urbano da favela através da provisão de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos sempre respeitando as características socioespaciais já existentes e assegurando a amenização das fronteiras entre as duas cidades – a cidade formal e a informal, como também, o incentivo ao relacionamento sociocultural. Alguns serviços que foram agregados à urbanização, como a construção de centros profissionalizantes, quiosques para comércios, creches, escolas e quadra esportiva, influenciaram diretamente na melhoria da qualidade de vida nas favelas contempladas pelo programa.

Outra característica do programa é a participação da população com suas reivindicações durante o processo de mediação e readequação, como também, na definição do projeto, contribuindo para a diversidade das intervenções.

Os projetos implantados surgiram a partir de um concurso de anteprojeto organizado pelo IAB/RJ (Instituto dos Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro) e pela secretaria de habitação da prefeitura. A primeira etapa das obras foi iniciada em 1994.

Dentre as intervenções realizadas pelo programa destacam-se: o caso da favela Fernão Cardim que está localizada entre os bairros do Méier e do Engenho de Dentro, na zona norte da cidade. O processo de urbanização beneficiou 850 famílias com obras de drenagem com canalização do rio e abertura de sistema viário, bem como, de equipamentos comunitários (fig. 6). Foi construída uma nova entrada com a praça e boxes de negócios para pequenos empreendedores (fig. 7); a favela do Vidigal está localizada na zona Sul do Rio de Janeiro em terrenos entre a montanha e o mar, próxima aos bairros mais valorizados da cidade. Na década de 1970, Vidigal sofreu ameaça de remoção para dar lugar a um hotel, mas a luta da associação dos moradores juntamente com autoridades religiosas conseguiu mudar a situação, uma vez que tiveram seus 120 logradouros públicos (ruas e praças) reconhecidos oficialmente. Houve também a construção de praças, centro profissionalizante, parques ecológicos, dentre outros.



Figura 6: Nova entrada de Fernão Cardim após a urbanização mostra a praça e os boxes de negócios.

Fonte: Cid Blanco Junior, 2006.



Figura 7: Canalização do Rio.

Fonte: Cid Blanco Junior, 2006.

O programa possui uma característica diferenciada que é a implantação do POUSO (Posto de Orientação Urbanística e Social) com o intuito de solucionar um dos principais problemas da urbanização de favelas que é a questão da invasão dos

seus espaços de uso público através das ampliações ou construções de novas casas e da deterioração das obras. De acordo com Laura Bueno (2000) a partir do desenvolvimento das obras do programa foi sendo criada uma planta cadastral da comunidade, definindo-se as áreas onde passam as redes de infraestrutura, os terrenos com equipamentos executados ou a eles destinados. A presença diária de um funcionário da Prefeitura serve para encaminhar as reclamações quanto ao funcionamento das redes, mau uso dos moradores e possibilita paralisar reformas das casas que comprometam as áreas de uso público.

Outra inovação foi a implantação de um sistema de coleta de lixo diferenciado com o gari comunitário, promovendo a coleta do lixo de maior porte, móveis velhos e entulhos de modo geral, além da coleta do sistema público nas ruas acessíveis ou nos pontos de transbordo, onde estão os contêineres mais modernos, com rodas e tampa. Diante da percepção de que a densidade habitacional das favelas é mais alta do que o restante das áreas residenciais da cidade, fez a Prefeitura promover um atendimento diferenciado na coleta de lixo domiciliar, como por exemplo, a coleta diária em dois horários que evita o acúmulo de lixo e o lançamento deste nas ruas da favela, como também, destroem os vetores de doença causados pelo lixo.

Segundo Brakarz (2002), o Favela Bairro é considerado o melhor exemplo da incorporação efetiva de operações urbanas integradas, envolvendo a provisão de infraestrutura e serviços sociais com alto nível de participação comunitária. Sua escala e impacto em termos urbanos e sociais são visíveis e substanciais. Ainda, segundo o autor supracitado, o Favela Bairro tem inspirado vários programas similares em diversas partes do mundo, e a maior contribuição do programa reside, provavelmente, no fato de ter demonstrado as possibilidades e benefícios de uma operação urbana bem executada que também alcançou uma ampla escala política e social.

1.5.6 Política Urbana e Melhoria de vida em Diadema – SP

Diadema está inserido no ABCD paulista, região metropolitana de São Paulo e destaca-se como uma das primeiras cidades brasileiras a constituir, em 1983, uma política abrangente de urbanização de favelas. Esta urbanização não era mais vista como uma intervenção pontual ou programa alternativo. A continuidade da administração pública pelo mesmo partido durante três governos consecutivos, no

período de 1983 a 1996, garantiu que a política para favelas fosse consolidada e aprimorada. Foi a primeira cidade a regularizar a posse dos favelados com registro em cartório da planta de concessão de direito real de uso.

O município possui em média 330 mil habitantes e uma das maiores densidades demográficas do Brasil com 10.167 hab/km² (BONDUKI, 1997). A região é bastante acidentada e cerca de 20% do seu território situa-se em áreas de proteção de mananciais. Segundo Kayano (1994 *apud* DENALDI, 2003) até o início da década de 1980, a imagem da cidade era a de um grande acampamento, sem condições mínimas de infraestrutura.

A cidade nos anos 1990 possuía 192 favelas em seu território e apenas 20% dele era formado por terrenos vazios, sendo uma quantidade pequena de proprietários os donos desses lotes, o que explica o alto valor da terra que acaba dificultando o acesso da população de baixa renda. O problema habitacional crescia à medida que a população aumentava por causa das transformações na economia interna da cidade. A Prefeitura Municipal de Diadema reconheceu a situação precária das moradias dos seus habitantes que 1/3 deles moravam em favelas. Então, a melhoria dessas áreas através da urbanização passou a ter urgência, promovendo uma verdadeira reforma urbana. Primeiramente optou-se pela urbanização gradativa, com ênfase no parcelamento e reconhecimento da posse da terra. O novo parcelamento do solo caracterizava-se pela definição de lotes mínimos de 44 m² e a abertura de vias e vielas - de 4 m ou menos de largura - para implantação de infraestrutura, que na maioria dos núcleos não foi concluída. Alguns núcleos urbanizados não contam com áreas para implantação de praças, áreas de lazer e equipamentos comunitários no seu interior ou entorno próximo. Além de promover a urbanização, disponibilizavam-se subsídios para que o morador realizasse melhorias em suas casas. Havia ainda, uma parceria com movimentos populares dos moradores de aluguel, de cortiços e de famílias que moravam em favelas não consolidáveis.

A Política Urbana de Diadema caracterizou-se pela implantação e consolidação de políticas públicas democráticas as quais davam subsídios para que a iniciativa dos movimentos sociais fosse alcançada. Esta política tinha como meta a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania por parte dos moradores de baixa renda.

Houve a preocupação também de como ficaria a área após a intervenção, então, foi criado o programa Pós-Urbanização que previa a assistência técnica à autoconstrução de moradias, instituição de controle urbano, numeração e oficialização de ruas e desenvolvimento de ações socioeducativas. No ano de 1995, foram atendidas 120 moradores através do programa.

De acordo com Denaldi (2003) no período de 1993 a 1996, intensificou-se também o desenvolvimento de atividades socioeducativas junto à população dos núcleos de favela em processo de urbanização. Foram desenvolvidos projetos como o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos) que levava cursos de alfabetização para as favelas; o SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos); o Balé na Favela que promovia aulas de dança dentro dos núcleos urbanizados; o Jardineira da Economia, com venda de produtos alimentícios por um preço inferior ao do mercado regional e o Projeto Autogerenciamento da Coleta de Entulho.

A política habitacional de Diadema apresentou-se de forma avançada e eficiente. Nos últimos quatro anos da administração municipal foram beneficiados mais de 120 núcleos de favela e cerca de 16 mil famílias, o que corresponde a 69% da população moradora de favela ou 22% da população de Diadema (BONDUKI, 1997). A urbanização aumentou o grau de inclusão social de 90% da população moradora em núcleos de favela do município, aproximadamente 27% da população total do município, e beneficiou direta ou indiretamente 40% dos moradores da cidade (DIADEMA, 1999 *apud* DENALDI, 2003).

Abaixo, segue a tabela (Tabela 3) mostrando de forma resumida as particularidades e as soluções apresentadas em cada caso.

TABELA 3: CARACTERÍSTICAS RESUMIDAS DAS EXPERIÊNCIAS

CASO	SOLUÇÕES	PARTICULARIDADES
Castelo Encantado	-Reabilitação ambiental das áreas das encostas -Reestruturação espacial para redução do adensamento. -Zoneamento, com definição dos usos. -Integração da favela à malha urbana da cidade -Implantação de infraestrutura.	- Uma das 10 áreas com maior risco; -Inserida numa área de proteção ambiental; -Gentrificação: alta valorização.
Jardim Esmeralda	- Canalização do córrego; -Execução cuidadosa do desenho urbano o qual é constituído por praças, áreas de lazer, vielas, e áreas públicas de qualidade; -Adequação do sistema de circulação de pedestres e de carros.	-Acidentes topográficos dificultam circulação; -Efeito pitoresco através de pinturas em muros valoriza a paisagem local; -Urbanização tornou-se marco referencial para o bairro.
Santa Lúcia II	-Adequação do sistema interno de circulação de pedestres ao existente no local; -Muros de arrimo ao longo das vielas; -Conjuntos habitacionais para famílias removidas.	-Localização em área de encosta; -Projeto embasado em normas da ABNT tornando equitativo, além dos materiais utilizados serem similares aos utilizados no restante da cidade; -Coleta de lixo: lixeiras pequenas e moduladas.
Programa Santo André Mais Igual	-Integração e a territorialização das ações em favelas, buscando a opinião da comunidade e o combate à exclusão; -Capacitação de grande parcela da população; -Reparcelamento do solo e melhoria de saneamento;	-Urbanização associado à inclusão social na tentativa de melhorar o quadro socioeconômico e cultural dos moradores; -Centro de Negócios e Serviços para empreendedores da favela ou do bairro, em áreas de ligação com o bairro; -Definição de índices urbanísticos por setores no espaço da favela; -Observatório de Qualidade dos Serviços.
Programa Favela Bairro	-Qualificação do meio urbano através da provisão de infraestrutura, serviços e equipamentos sociais com alto nível de participação comunitária; -Incentivo ao relacionamento sociocultural	-Posto de Orientação Urbanística e Social para solucionar a invasão dos espaços públicos da favela; -Sistema de coleta de lixo diferenciado com contêineres e coleta diária duas vezes ao dia;
Política Urbana e Melhoria de Vida em Diadema – SP	-Urbanização gradativa: ênfase no parcelamento com inserção e reconhecimento da posse da terra; -Subsídios para o morador realizar melhoria em sua casa; -Programa Pós-Urbanização.	-Primeira cidade a conceder o direito real de uso com registro em cartório; -Plano Diretor criando as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS); - Alguns projetos: MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos); SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos); Balé na Favela; Jardineira da Economia.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

Diante do exposto, percebe-se que há uma diferença entre o Programa Guarapiranga e os outros programas apresentados, principalmente o Favela Bairro. O primeiro tinha como objetivo principal a recuperação do reservatório para abastecimento de água na região de São Paulo onde há algumas favelas que lançam esgoto diretamente na represa, quando não impedem a implantação de redes para afastamento dos esgotos dos bairros adjacentes. Já nos outros programas, a favela é o centro da atenção e assim, busca-se uma requalificação dos espaços urbanos e das unidades habitacionais com o intuito de integrar a favela à malha urbana da cidade. Entretanto, durante o período de 1989 a 1992, houve a inclusão de obras de urbanização das favelas, pela Prefeitura municipal de São Paulo, no Programa de Saneamento Ambiental do Reservatório Guarapiranga.

Os casos de urbanização de favelas mostrados exemplificam a diversidade do problema da habitação informal no Brasil em relação a suas características urbanísticas e construtivas. As experiências apresentadas mostram o potencial de cada ação de urbanização para a recuperação urbanística e ambiental das favelas. Verifica-se que em alguns casos, os resultados positivos, após a urbanização, são dificultados por alguns fatores, dentre eles, pela ausência de manutenção nas favelas, da orientação técnica e fiscalização quanto à reforma ou ampliação das unidades existentes e/ou adensamento.

A relação do poder público com as favelas passou por diversas etapas ao longo dos anos. Desde a negação de sua existência não percebendo a presença no tecido urbano; o confronto quando o Estado passou a agir com a erradicação, uma vez que era considerada uma patologia social, não podendo fazer parte do tecido urbano; a tolerância quando começaram as poucas ações pontuais de melhoria das áreas e o incentivo ao mutirão como solução para o acesso à habitação; até sua aceitação quando foram criadas políticas de urbanização visando à melhoria de vida dos moradores. No início as ações promovidas pela urbanização eram pontuais no intuito de resolver apenas problemas emergenciais ou quando estava em período eleitoral os políticos intervinham com algumas ações de melhoria, objetivando o ganho de voto. Mas, com o passar dos anos a favela foi considerada como parte efetiva da cidade formal e buscou-se integrá-la ao resto da cidade. Portanto, percebe-se que depois de muito tempo é que foi reconhecida a necessidade de urbanizar as favelas para que assim pudesse haver qualquer contribuição para melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A partir do apresentado, pode-se dizer que várias tentativas foram feitas, mas não foram capazes de solucionar o problema das favelas. É fato que houve uma evolução nas intervenções, mas não tiveram a abrangência necessária que fosse capaz de melhorar a qualidade de vida e de moradia da população de baixa renda, nem de promover a inclusão social; ao contrário, observa-se que cresce a cada dia o número de pessoas morando em condições sub-humanas por não terem condições de pagar por uma casa em uma área dotada de infraestrutura.

Observa-se que as ações públicas na tentativa de solucionar o problema da moradia não tiveram êxito, resultando assim, numa segregação socioespacial entre os segmentos populacionais da sociedade que estão assentados em partes distintas da cidade assistidas por uma infraestrutura bastante diferenciada. Deste modo, gera-se a divisão do tecido urbano em cidade formal e informal.

As ações de melhoria em favelas foram insuficientes para a solução do problema decorrente da informalidade, pois uma grande parcela dos casos em que os assentamentos são beneficiados pelo investimento público, são pouco integrados social e espacialmente à cidade formal, não tendo direito de acesso a cidade e consequentemente não assume os direitos de cidadão.

Quanto ao problema da favelização, ele está associado a vários fatores, dentre eles, destacam-se o baixo valor dos salários e o aumento no preço da terra urbana que tem passado por uma grande especulação imobiliária dificultando muito o acesso à habitação própria com boas condições de habitabilidade. Com isso, resta a população de baixa renda tomar posse de terrenos públicos ou até mesmo particulares na tentativa de obter um lugar para morar, mas tão logo esses terrenos são valorizados com a expansão das cidades os moradores são expulsos ou removidos desse espaço para áreas sem infraestrutura.

Portanto, os problemas habitacionais podem ser compreendidos no âmbito dos processos socioeconômicos e políticos, como o reflexo sobre o meio urbano da segregação socioespacial a qual caracteriza a exclusão da população de acordo com a sua camada social. Essa segregação dificulta o acesso da população de baixa renda a bens de consumo coletivos básicos, já que o preço das terras está associado à implantação desses bens. Assim, percebe-se que o problema da moradia revela um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade de contrastes acirrados.

Conclui-se então, que o desenvolvimento do espaço urbano em países de terceiro mundo, como o Brasil, foi marcado por uma estrutura com realidades bem diferenciadas, apresentando características de divisão socioespacial e uma consequente exclusão. Com isso, uma grande parcela populacional é atingida pela privação de infraestrutura e de uma moradia digna com condições favoráveis de habitabilidade, e ainda, os espaços são marcados pela insalubridade e adensamento devido o descontrole das ocupações irregulares que em sua maioria são autoconstruídas. Porquanto, pode-se julgar que esse cenário de crescimento contínuo e descomedido é originado de problemas econômicos e políticos, uma vez que as ações governamentais, ou seja, as políticas públicas não são capazes de atender às demandas mais urgentes de sua população.

CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL: LEITURA E APREENSÃO DA FORMA DA CIDADE

Neste capítulo será abordado o embasamento teórico metodológico que guia toda a análise dos elementos da forma urbana do objeto de estudo que é a favela do Timbó. Através dessa exposição será possível retirar os indicadores que serão analisados na favela, como também, a compreensão do seu espaço urbano particular.

Desde a década de 1960 registram-se trabalhos de autores que se referiam à apreensão da forma urbana. Destaca-se entre esses autores: Kevin Lynch (1999), Gordon Cullen (1983) e Maria Elaine Kohlsdorf que se caracterizaram pela abordagem empírica dos aspectos visuais do espaço. Frederico Holanda tem uma abordagem mais recente, que envolve outros autores como Bill Hillier e Julienne Hanson (1984), atualizando e reelaborando conceitos, embora possamos afirmar que a base de suas análises sobre morfologia e sintaxe urbana também tenha inspiração nestes clássicos do Desenho Urbano e de uma análise social do espaço.

O espaço urbano é um aspecto estrutural da cidade, dotado de forma física, sem a qual não existe nem sociedade, nem espaço arquitetônico. Através da forma física concretiza-se o desempenho do espaço quanto a expectativas pelos que o frequentam: possibilitar ou não a acessibilidade entre locais de habitação e trabalho, proporcionar beleza ao lugar ou a insatisfação pela sua falta, garantir ou não o sombreamento em regiões de insolação excessiva, permitir a mobilidade da população, etc. Elaine Kohlsdorf (1996) destaca que estes anseios são metas do planejamento urbano e fazem da forma dos lugares um fator de realização das práticas sociais, materializando assim, a capacidade configurativa das intenções humanas. Neste sentido, a análise do Timbó será realizada não só considerando seus aspectos físicos, mas também aspectos sociais, já que o espaço urbano só pode ser explicado se considerado o processo social no qual está inserido.

Elaine Kohlsdorf (1996) complementa afirmando que esses espaços podem transmitir informações relativas a vários aspectos de sua arquitetura, como por exemplo, funcionalidade, estética, conforto térmico, a apropriação social, orientação, etc.

A apreensão do espaço urbano está relacionada a uma série de aspectos possíveis de serem contemplados. Dentre eles, destacam-se: a condição de

informar às pessoas onde elas se encontram e como podem deslocar-se de um lugar para outro. Essa capacidade dos lugares serem decodificados, em termos de identificação e localização por seus usuários, Lynch (1999) titula de legibilidade e indica a importância deste conceito para entender como se configura o espaço urbano, aqui pensado na relação entre a comunidade do Timbó e o Bairro dos Bancários. Verificamos sua legibilidade e se há facilidade para deslocar-se no seu interior, bem como se este possibilita ao indivíduo sua identificação e identidade.

De acordo com Kevin Lynch (1999) nesse processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio urbano e a imagem mental do mundo exterior, a qual é retida pela observação do indivíduo. Esta imagem é resultado da percepção imediata da memória, que está habituada a interpretar informações.

A necessidade de conhecer e estruturar o meio urbano tem grande relevância prática e emocional no indivíduo. Deste modo, uma estrutura física capaz de originar uma imagem legível exerce um papel social, já que a imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um significado de segurança emocional e determina também uma analogia harmoniosa entre o observador e o mundo que está sendo observado. No entanto, quando um lugar passa a sensação de desorientação o sentimento de medo prevalece, ocorrendo o oposto de um lugar que possui clareza na sua configuração. Esses critérios serão aplicados na observação do sítio da Comunidade do Timbó para saber qual é a sensação que a configuração espacial passa ao observador.

Lynch (1999) ressalta que se deve admitir a existência do valor na ilusão do labirinto ou na surpresa do meio urbano. Contudo, não pode haver o perigo de se perder a orientação ou de não encontrar a saída. A surpresa deve acontecer no meio de organização; as confusões devem transformar-se em pequenas áreas num todo visível. Além disso, o labirinto deve finalizar em si alguma forma que pode ser analisada e apreendida. O caos completo sem insinuações de relações nunca pode ser agradável. Essa situação pode ser associada ao espaço da favela, uma vez que são ocupações irregulares e não tem um traçado ortogonal, o que resulta na denominação do tecido urbano como tecido labiríntico. Portanto, a partir dessa ideia será analisado o tecido urbano da área em estudo para saber se realmente ele pode ser titulado como labiríntico e se esse passa a completa desorientação ao indivíduo.

2.1 O desempenho topoceptivo na apreensão do espaço urbano

A dimensão topoceptiva analisa as características configurativas dos espaços quanto à noção de localização dos indivíduos, em termos de orientação e identificação. O papel desses aspectos topoceptivos é básico para a realização de qualquer outro anseio, pois é sempre sobre a orientação e a identificação no espaço que os indivíduos entram em contato com o mundo. A leitura dos lugares oferece ao indivíduo coordenadas de situação, o que permite o desenvolvimento de suas demais utilizações e a realização das diversas práticas sociais (KOHLSDORF, 1996).

A orientação e identificação no espaço correspondem à representação e a interpretação das características do lugar, apreendidas na percepção dos espaços vivenciados. Essa percepção conduz o processo de investigação do desempenho morfológico, para assim obter a orientação e identificação dos lugares.

Os pressupostos de percepção do espaço apoiam-se na qualidade e na quantidade de informações visuais transmitidas ao observador. Estas são delimitadas pelas categorias de análise morfológica dos lugares: a nível de percepção (análise de estruturas de sequências visuais), de formação da imagem mental (análise de referencial imagético) e a nível da representação projetual do espaço (expectativas de orientação e identificação espacial)(KOHLSDORF, 1996). Essas categorias também estão relacionadas ao desempenho topoceptivo do lugar. Sendo assim, é imprescindível entender o que são essas categorias, de maneira a auxiliar a leitura da paisagem da Comunidade do Timbó e possibilitar o entendimento da sua organização socioespacial.

I. Nível da percepção do espaço

Este nível está relacionado à observação do desempenho topoceptivo por meio da percepção humana e presença física do observador no espaço considerado. A técnica de análise utilizada neste nível é o registro sequencial com categorias analíticas correspondentes aos eventos.

Segundo Kohlsdorf (1996) as categorias analíticas pertencentes a esse primeiro nível estão agrupadas em três itens:

a. Eventos gerais:

Encontram-se nesta categoria as principais características sequenciais derivadas da noção de movimento: as estações e os intervalos.

Recebe o nome de estações, os momentos/trechos que durante o percurso há registro perceptivo, ou onde ele é mais intenso; são considerados ainda, os pontos de observação onde se podem receber estímulos sensoriais.

As sequências de deslocamento são constituídas pelas estações, que é onde há registro perceptivo e cada uma dessas tem os campos visuais percebidos. A captura das características visuais do espaço está associada a uma série de cenas percebidas por meio do deslocamento do observador no espaço.

Os elementos apreendidos característicos da percepção do espaço agrupam-se na técnica de análise sequencial, a qual representa a passagem do lugar percebido na sucessão de registros selecionados da composição morfológica de determinado lugar.

É importante ressaltar que um lugar possui diversas sequências, pelo fato de admitir trajetos em várias direções e sentidos. Estes correspondem a diferentes alternativas para observação dos lugares e as sequências coincidem com tais alternativas. De acordo com KOHLSDORF (1996) para definir a sequência a ser seguida deve-se levar em consideração a caracterização do lugar e obedecer a critérios como frequência dos usuários, importância de paisagens com valor histórico e acessibilidade a pontos focais.

Quanto aos intervalos, estes são representados pelo espaço de tempo entre as estações, isto é, entre os registros perceptivos.

Esse método será aplicado no objeto de estudo de maneira a serem marcadas as estações, onde ocorrer registro visual, e os intervalos entre as mesmas.

b. Campos visuais:

São as partes do espaço compreendidas pela vista do observador. Esses campos visuais podem localizar-se em qualquer direção. Considera-se como campo visual o espaço dentro do qual o indivíduo pode se locomover.

c. Efeitos visuais

Para Kurt Lewin (1973 *apud* KOHLSDORF, 1996), os efeitos são o modo como a realidade que está sendo observada chega à percepção. Relacionando esses efeitos ao espaço, eles se tornam de caráter visual.

Segundo Elaine Kohlsdorf (1996) os efeitos visuais, como eventos de análise serial, refletem a estruturação topológica e perspectiva do espaço percebido. Destacam-se alguns exemplos de efeitos topológicos e perspectivais que serão analisados no Timbó:

- **Alargamento e estreitamento:** são efeitos onde as “paredes” parecem se afastar ou se aproximar em relação ao observador. O autor Gordon Cullen refere-se ao *narrows*, quando o espaço é estreito. No caso do objeto de estudo como se trata da análise do meio urbano esse efeito está relacionado ao alargamento e estreitamento das ruas da favela;
- **Envolvimento e Amplidão:** o primeiro efeito refere-se a um espaço limitado por elementos físicos acentuados, mas que possibilite a visão para o externo. Na visão de Cullen esse efeito denomina-se *clausura*, o fechamento do espaço por cima do observador. O segundo efeito é o oposto do primeiro, acontece em lugares onde os limites físicos e do campo visual, estão distantes ou não têm importância;
- **Direcionamento:** ocorre quando se acentua a continuidade longitudinal do espaço pela estrutura física bem definida dos planos laterais. Gordon Cullen caracteriza como *deflexão*;
- **Impedimento:** quando a visão é interrompida, mas não impossibilita de visualizar o final do campo de visão. Será analisado no Timbó se há barreiras ou não e de que tipos seriam: apenas visual ou física. Se essas barreiras podem impedir o deslocamento do indivíduo ou apenas a visualização de outra parte do lugar;

- **Emolduramento:** neste efeito o campo de visão é delimitado por um plano vertical vazado, o qual não é capaz de interromper a cena. Considerando o espaço do Timbó delimitado pela barreira e o talude, avaliar se esses elementos funcionam como um emolduramento do espaço ou se teriam outros com essa função;
- **Mirante:** é tido como o lugar de onde se tem uma visão privilegiada, por possuir condições de visão maiores e mais abrangentes. Para Cullen é considerado “vistas”. Por se tratar de uma região com topografia irregular, em vários pontos do Timbó pode se alcançar esse tipo de visão. Então, serão investigados quais pontos podem ter esse efeito;
- **Conexão:** são espaços com intervalos, interceptados ortogonalmente. Analisa no Timbó como ocorrem as conexões entre o bairro e a favela, entre as casas e a rua, entre as ruas internas e perimetrais;

A investigação desses efeitos no meio urbano do Timbó pode relevar novas interpretações sobre o fenômeno urbano, trazendo informações sobre segregação da população, o uso e a distribuição de comércios e serviços.

II. Nível da imagem mental do espaço:

Este tem como técnica a análise visual dos lugares através de cinco elementos, os quais, segundo Lynch, são constantes em todo e qualquer espaço urbano. Na análise a forma física do espaço é associada às atividades e comportamentos sociais.

Para Kevin Lynch (1999) a apreensão do conteúdo dos espaços da cidade, que remetem às formas físicas, pode ser coordenada por cinco elementos:

- **Limites:** são também titulados como “bordas”. Caracterizam-se como elementos lineares, considerados fronteiras, que representem quebra de continuidade entre dois tipos de áreas do espaço urbano. Podem ser desde os elementos do sítio físico (montanha, rios, praias) como eventos do espaço edificado (ruas, autoestradas, vias férreas). A avaliação desses limites é a partir das qualidades que contribuem para a legibilidade do sítio, como a

clareza das articulações e possibilidade de cruzamento das fronteiras lineares que delimitam o espaço. Esses atributos dependem da especificidade de cada situação e podem intensificar o esfacelamento do tecido urbano, desorganizando-o, segregando ou estratificando zonas, podendo dificultar a transição de um ponto a outro do espaço urbano. Este é um dos elementos de fundamental importância para mostrar se há ou não segregação no espaço da favela. Será analisado como ocorre a articulação entre o bairro e a Comunidade do Timbó, se os elementos que compõem o espaço físico fragmenta-o em relação à cidade legal;

- **Vias ou caminhos:** canais de circulação, os trajetos ao longo dos quais o observador se locomove. Não está relacionado apenas com o sistema viário, admite qualquer tipo de canal de circulação, como ruas, vias, avenidas, estradas, becos, trilhas, ruas de pedestre.

Lynch (1999) destaca que uma cidade torna-se complexa se as ruas de maior importância são dificilmente identificáveis ou facilmente confundíveis. Analisar-se-á como são as ruas do Timbó e sua funcionalidade para os moradores;

- **Bairros ou *districts*:** são porções ou partes de uma cidade que podem ter diversas dimensões.

Os bairros podem ser identificados desde o seu interior, como um todo distinto do contexto, como também podem ser empregados como referência exterior, quando se vai até eles (LYNCH, 1999).

Numa cidade concebida de modo fechado, as homogeneidades de fachadas, cor, horizonte, materiais e ornamento são características importantes na identificação do bairro.

- **Pontos Nodais:** também chamados de focos ou nós. São pontos, lugares estratégicos de uma cidade que se caracterizam mais pelo uso do que pela sua forma. São focos intensivos para os quais ou a partir dos quais a população se locomove. Podem ser: cruzamentos, convergência de vias ou ainda, uma certa área de importância por ter concentração de um uso, como, por exemplo, um ponto de encontro. Identifica-se no Timbó quais são áreas

de maior movimentação, que funcionam como ponto de encontro para os moradores.

- **Marcos visual:** são considerados como sinais ou balizas, são outro tipo de pontos de referência, mas, externos ao observador, onde este não consegue adentrar. Alguns são distantes, mas podem ser vistos de muitos ângulos e distâncias. Geralmente são considerados como objeto físico indicador de identidade, no intuito de permitir leitura e orientação da estrutura espacial, como por exemplo, o edifício, a loja, montanha, a placa, a árvore e outros detalhes urbanos capazes de completar a imagem da maioria dos observadores. As principais características são a singularidade, aspecto único ou inesquecível no contexto e o contraste em relação ao entorno. Esses atributos facilitam na identificação do marco.

A localização espacial pode fixar os elementos como marcos de duas maneiras: tornando o elemento visível a partir de muitos outros lugares, ou criando um contraste local com os elementos vizinhos (LYNCH, 1999).

Será observada a existência de pontos importantes da comunidade que possam ser considerados como contraste em relação ao lugar em que se encontram, como também, elementos que possam caracterizar a particularidade do espaço.

Através da observação das ruas, pode-se apreender o contato social entre os habitantes da comunidade, como também, observar os usos que fazem do espaço e o comportamento nele.

III. Nível da representação projetual do espaço:

Este nível é essencial para embasar a análise das cartografias da área em estudo.

As características morfológicas desse nível referem-se ao atendimento de expectativas de orientação e identificação espacial de maneira mais objetiva da realidade do que nos níveis da percepção e imagem mental.

As expectativas de orientação e identificação dos lugares ocorrem através da percepção e da imagem mental. Portanto, interessa à topocepção analisar o espaço não apenas na capacidade informativa das representações projetuais dos lugares,

mas na qualidade de suas possibilidades de geração de sequências visuais e referenciais imagéticos. Neste sentido, Kohlsdorf (1996) destaca as principais categorias analíticas morfológicas:

- **Malha:** É analisada, principalmente, em seu aspecto funcional, com base no sistema de deslocamentos e comunicações no tecido urbano;
- **Macroparcela:** Refere-se à divisão do solo para os vários tipos de ocupação. Representa a divisão do solo em quadras, quarteirões ou superquadras;
- **Microparcela:** Representa a divisão das macroparcelas que originam os lotes;
- **Relações entre cheios e vazios:** no caso desse trabalho examina-se no Timbó a proporção entre a quantidade de habitantes, domicílios e a área do lugar, no intuito de obterem-se dados demográficos e desta forma poder avaliar se é uma região muito adensada ou não.

Os elementos apresentados nesses três níveis (nível de percepção, formação da imagem mental, nível da representação projetual do espaço) funcionam como referencial para subsidiar as análises em termos morfológicos e de desempenho do espaço urbano na relação entre favela e bairro e na estruturação da própria favela. Desta maneira, estaremos compreendo a configuração socioespacial do Timbó.

2.2 O papel da morfologia urbana na análise do espaço

A morfologia é o estudo do objeto enquanto forma urbana nas suas características físicas exteriores, e na sua produção e transformação no tempo, tendo como atenção o estudo dos elementos morfológicos da cidade e da sua articulação entre si e com os lugares que constituem o espaço urbano (LAMAS, 2004). Ainda, segundo o autor, a produção do espaço urbano foi o resultado, não só, de regras legais e de combinações sociais, mas também, do modo como o desenho urbano foi organizado e combinado. Só mais recentemente, houve a preocupação

de planificar e programar as quantidades (densidades, fluxos, volumetria, etc.), o uso do solo e as localizações.

O espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história, principalmente dos processos produtivos impostos pela sociedade. Milton Santos (1985) relata que a compreensão de sua organização e evolução, só se torna possível com a interpretação do processo dialético entre forma, estrutura e funções através do tempo.

Para Milton Santos (1985) o espaço é uma realidade objetiva, um produto social que está em permanente transformação. Essas mutações são resultantes da produção da sociedade com sua atuação dentro dele. O autor destaca que para realizar a apreensão do espaço, compreendendo sua organização espacial, devem-se utilizar quatro elementos espaciais: forma, função, estrutura e processo. Sendo assim, é importante entender cada uma desses elementos. A forma é o aspecto visível de um arranjo de objetos; a função é a atividade ou tarefa esperada de uma forma, ou coisa, é o resultado do próprio processo social; a estrutura é um produto imposto ao espaço pela sociedade e deve ser analisada na relação espaço-tempo; o processo é uma ação contínua no espaço no intuito de se obter um resultado, mas que implica tempo e mudança.

A função está relacionada à forma, então, ela é a atividade elementar da forma. Por sua vez, forma é resultado de ações passadas ocorridas na sua estrutura. Forma, função e estrutura estão diretamente relacionadas, sendo o tempo uma propriedade fundamental dessa relação, uma vez que ele indica o movimento do passado ao presente. Santos (1985) explica que cada forma sobre a paisagem é resultado das necessidades ou funções do presente.

Ao estudar a organização espacial, é importante entender o conceito de cada elemento para que assim seja possível perceber como o espaço social está estruturado, sua organização, a concepção e o uso que a população faz dele. É válido ressaltar que para obter uma apreensão dos fenômenos espaciais por completo, os quatro elementos - forma, função, estrutura e processo - devem ser empregados associados. Santos (1985) relata que os elementos devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. O autor destaca que nunca se deve realizar a análise fora do contexto do tempo e da periodização histórica.

Esses elementos serão analisados no Timbó levando em consideração a sua periodização histórica, sendo inseridos na contextualização temporal desde o surgimento da favela, para que assim possa se compreender as transformações da configuração espacial ocorridas na área em resposta às necessidades da população que ocupava o sítio.

2.2.1 A forma urbana

Lamas define forma urbana como:

Aspecto da realidade ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativo à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos (LAMAS, 2004, pág. 44).

Para Cardoso (2007, p. 22) a “forma urbana é a configuração da cidade constituída pelo seu sítio e espaço construído (edificações), os espaços abertos, lotes e ruas”. Esses elementos estão localizados em várias escalas, como por exemplo, edificação/lote, rua/lote, rua/quadra, bairro/cidade e expressam ciclos de mudança por meio de suas transformações contínuas realizadas pela sociedade que os produzem.

De acordo com Frederico Holanda *et al.* (2000) falar em forma urbana ou espaço urbano remete, necessariamente, à abordagem dos processos de organização social na cidade a partir de suas características configurativas. Nesse sentido, ao avaliar a forma urbana é de fundamental importância considerar a sua dimensão e escala, uma vez que, Lamas afirma que a compreensão e concepção das formas urbanas ou do território colocam-se a diferentes níveis. Assim, a apreensão da cidade e do território deverá ser feita simultaneamente a diversas dimensões e escalas. Cada uma dessas vai influenciar na apreensão dos elementos morfológicos, já que estes possuem uma relação direta com as dimensões do espaço urbano. De acordo com Lamas (2004) são três as dimensões ou escalas da forma urbana:

- **Dimensão setorial ou escala da rua:** é a menor porção ou unidade do espaço urbano. Os seus elementos morfológicos identificáveis são: o edifício com suas fachadas, o traçado e mobiliário urbano;

- **Dimensão urbana ou escala do bairro:** envolve o traçado, os quarteirões, monumentos, os jardins e áreas verdes que abrangem os elementos morfológicos identificáveis;
- **Dimensão territorial ou escala da cidade:** os elementos morfológicos identificam-se com os bairros, as grandes infraestruturas viárias e as grandes zonas verdes relacionadas com o apoio geográfico e estruturas físicas da paisagem.

Neste estudo será dado destaque aos seguintes elementos morfológicos:

- **Solo:** é a topografia e modelação do terreno. Refere-se também à pavimentação e aos revestimentos. Segundo Lamas (2004) é um elemento de grande importância no espaço urbano, no entanto, é considerado de grande fragilidade e contínuas mudanças.
- **Lote:** a parcela fundiária. Para fazer a análise deste elemento, considera-se a inserção do edifício no mesmo, pois a forma do lote é condicionante à forma do edifício.
- **Quarteirão:** é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdividido em lotes para construção de edifícios. Considerado artefato dependente de outros elementos morfológicos como: o lote, o edifício, o traçado e a divisão fundiária;
- **Traçado/rua:** regula a disposição dos edifícios e quarteirões, e liga os espaços da cidade. De acordo com Lamas (2004) é dos elementos mais fáceis de serem identificados na forma de uma cidade. Este elemento define o plano de acordo com a evolução da ocupação e isso acaba influenciando na organização espacial do meio urbano. Conforme Cardoso (2007) as ruas podem ser diferenciadas historicamente, podendo receber algumas classificações. Por exemplo, a ocupação é iniciada em uma rua primária que é estimulada por um foco de interesse; no momento em que uma segunda rua (rua de implementação) intercepta a primeira, o tecido urbano começa a ser

gerado. A partir daí surgem as ruas de união conectando as de implementação (fig. 8).

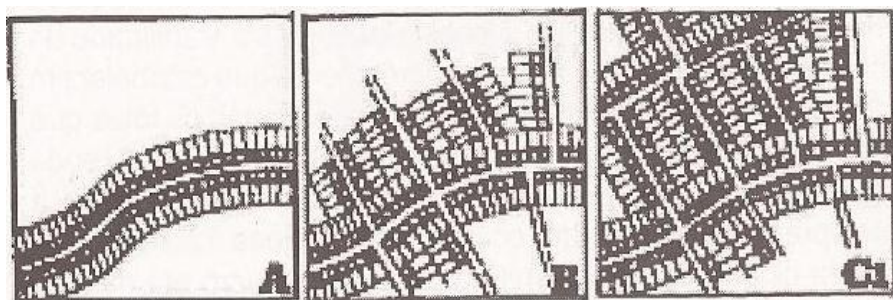


Figura 8: Classificação das vias a partir da formação do tecido urbano. A- Rua Primária; B- Ruas de implementação; C1- Ruas de união geradas anteriormente pela extensão de ruas de implementação.

Fonte: Ana Claudia Cardoso, 2007.

- **Mobiliário urbano:** são os elementos acessórios móveis que “mobíliam” a cidade: o banco, o telefone público, postes, a lixeira, o marco do correio, a sinalização. Na dimensão de construção são os quiosques e o abrigo do ônibus. É um elemento que tem grande importância para o desenho da cidade e a sua organização, como também, para a qualidade do espaço e comodidade.

Esses elementos morfológicos são indispensáveis à interpretação e valorização da forma urbana, por serem capazes de dar significado à cidade. Há também uma preocupação pela morfologia urbana em deixar claro seus elementos imprescindíveis ao desenho da cidade e esses não podem ser analisados separadamente, deve-se levar em consideração o meio o qual está inserido. A leitura desses indicativos através da análise de campo, de mapas, pesquisas de uso do solo e outros instrumentos, pode ajudar a reconhecer a configuração do Timbó.

Foi apresentado um embasamento teórico essencial para a apreensão do espaço urbano de qualquer cidade. Contudo, é relevante considerar abordagens específicas para o espaço da favela, destacando sua lógica, na estética própria e problemáticas específicas. Sendo de grande importância para guiar esta pesquisa e a análise do objeto empírico.

2.3 O espaço da favela

De acordo com Paola Jacques (2003) o espaço da favela é considerado complexo, uma vez que as favelas estão em constante transformação, nunca

terminam seu desenvolvimento, não param de crescer e, sobretudo, não são estáticas como as cidades formais ou planejadas. Portanto, as favelas possuem uma configuração espacial própria que contradiz todas as normas e padrões usuais da arquitetura e do urbanismo, e ao mesmo tempo, fazem parte da cidade como um todo, da sua paisagem urbana. A autora usa figuras conceituais - o Fragmento, o Labirinto e o Rizoma - para demonstrar a configuração espacial da favela, ou seja, a sua estética. Essas figuras serão explicadas posteriormente.

As favelas em geral ocupam sempre as áreas desvalorizadas das grandes cidades, como: morro, áreas alagadiças, vale de rios e áreas periféricas. Logo, percebe-se que as favelas diferenciam-se pela configuração espacial da área onde estão inseridas. Mas possuem uma cultura construtiva própria: o processo favela (JACQUES, 2003).

A constituição da favela é realizada pelos seus próprios moradores diferentemente dos moradores da cidade legal, que dificilmente se envolvem na construção do seu espaço urbano. Consequentemente, nas áreas de favelização há uma participação muito mais representativa que na cidade formal. Paola Jacques (2003) destaca que a maioria dos profissionais responsáveis pelas intervenções e projetos na favela, como, por exemplo, os arquitetos e urbanistas, não seguem os movimentos já iniciados pelos moradores, agem exatamente contra o movimento natural do espaço das favelas. Com a finalidade de estabelecer uma pretensa “ordem” urbana, esses profissionais tentam transformar o meio urbano em bairros com ações que impõem uma estética bem diferente da que existia, estando mais relacionada às características da cidade formal. Essas ações de intervenção acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido original da favela, em prol de novos espaços, os quais a população local não se apropria, resultando assim na rápida deterioração.

Segundo Paola Jacques (2003) muitos trabalhos de favelas já foram desenvolvidos, mas a temática das questões arquitetônica, espacial e estética não teve muita importância para os pesquisadores. Atualmente, com a realização das urbanizações, tem surgido um novo problema para os arquitetos e urbanistas, pois estes não são formados para trabalhar em favelas e, na maioria das vezes, por desconhecem a arquitetura desse lugar, realizam projetos inadequados para o tipo da área. Além disso, muitos profissionais têm dificuldade de reconhecer o espaço da favela devido às suas características culturais e estéticas próprias.

Paola Berenstein, em sua pesquisa voltada para a estética da favela e seu entendimento, utiliza três conceitos específicos, para descrever o espaço:

▪ **O Fragmento:**

Refere-se à técnica construtiva dos abrigos nas favelas. Estes geralmente são construídos a partir de fragmentos de materiais heteróclitos encontrados por acaso e possuem características completamente diferentes da arquitetura projetada por arquitetos. O responsável por essa construção é o próprio morador através da autoconstrução com ajuda de amigos no mutirão. A moradia não tem projeto prévio e são consideradas fragmentadas formalmente por se transformarem continuamente. À medida que o morador vai conseguindo trocar os materiais por alvenaria ele vai aumentando o barraco. O último estágio da construção do abrigo é quando passa a ser em alvenaria, que não é mais tão fragmentada formalmente. Até chegar a essa etapa da alvenaria o barraco passa por constantes transformações não possuindo uma forma final preestabelecida. De acordo com Paola Jacques (2003) a lógica da construção de um abrigo na favela é a mesma que preside a fabricação de uma colcha de retalhos, feita com pedaços de tecidos irregulares, costurados uns aos outros.

A prática construtiva das favelas é ligada a arquitetura do acaso, sem projeto e ao inacabado correspondendo a uma "bricolagem". Aquele que "bricola", atua de maneira fragmentária através de idas e vindas não planejadas. A técnica faz uso de materiais coletados ao acaso, normalmente que já foram utilizados para outras finalidades ou que foram recusados pela construção civil regular. Seu resultado é inesperado e intermediário, uma vez que nunca está acabado (JACQUES, 2003).

De acordo com Jacques (2003) na bricolagem o objetivo principal do construtor é criar um abrigo, diferente da cidade formal que é a habitação. A grande diferença entre o abrigar da bricolagem e o habitar da arquitetura é temporal, pois abrigar está relacionado ao que é provisório, enquanto o habitar é durável e permanente.

É certo que existem várias diferenças entre a cidade formal e a favela, uma delas é a prática projetual. No espaço formal ocorre uma racionalização da construção com uma repetição de modulações; pelo fato de ter projetos pré-definidos é possível prever o resultado final antes mesmo de construir. Já na favela

a situação é bem diferente. Nesta, não existe projeto, então só é possível visualizar a forma da construção depois de ter começado a construir. Muitas vezes essa forma não pode ser percebida porque a maioria dos abrigos da favela não tem forma fixa, o que implica que cada construção é única.

▪ **O Labirinto:**

Refere-se ao estudo do processo urbano labiríntico da favela, o qual é apreendido através do percurso no espaço.

O labirinto faz referência ao conjunto de abrigos, ao espaço deixado entre eles que resultam em becos e vielas. Os caminhos emaranhados destes becos e vielas, extremamente estreitos, geram uma forma urbana aparentemente desconexa e confusa podendo ser comparada ao labirinto. Este fato, aliado à falta de sinalização, placas, nomes ou números no espaço da favela, faz com que um observador estranho se perca facilmente no interior desta. Outro fator que contribui para a falta de orientabilidade do observador é a falta de referências espaciais urbanas habituais, já que como foi dito a estrutura espacial da favela é bem diferente da que ele está acostumado a viver. Cada viela que aparece pode ser um beco sem saída. Então, para se guiar é necessário seguir os limites da cidade formal, pois é entrando na cidade planejada que se sai da favela. Jacques (2003) relata que visto de fora ou de longe, o labirinto não é percebido como tal, o indivíduo só o percebe quando adentra nele. O labirinto quando visto do alto deixa de ser labirinto, o que era desordem passa a ser ordem, pois as saídas são facilmente identificáveis e daí o mistério acaba. No entanto, o morador da favela nunca se perde no seu meio, não precisando de mapas para se guiar.

O espaço da favela é muito complexo, não fixo, pois está sempre sendo passando por mutações, resultando em uma configuração espacial maleável e flexível, que segue o movimento dos corpos. Na favela os espaços públicos são determinados exclusivamente pelo uso, diferentemente da malha urbana tradicional que o traçado é determinado a priori. Uma diferença fundamental com a cidade planejada é a articulação entre espaços públicos e privados, na favela esses espaços estão integrados, de modo que durante o dia as ruelas tornam-se a continuação das casas e conseqüentemente tornam-se espaços semiprivados, enquanto a maioria das casas com suas portas abertas se tornam também espaços

semipúblicos. A ideia da favela como uma grande casa coletiva é frequente entre os moradores (JACQUES, 2003).

Em relação ao espaço urbano da favela, o traçado labiríntico é considerado como a maior particularidade. Esta situação gera uma percepção espacial bem diferente de qualquer outro espaço da cidade, sendo assim difícil de ser previsto, ou alcançado com um projeto urbanístico.

▪ Rizoma:

Está relacionado ao modo de desenvolvimento, crescimento das favelas e de sua ocupação no terreno. Paola Jacques (2003) relaciona o crescimento das favelas ao da vegetação que cresce nos terrenos baldios das cidades. A ocupação das favelas é como a vegetação que começa a brotar nas bordas dos terrenos baldios e logo ocupam a totalidade. A autora descreve três níveis de ocupação das favelas: a ocupação propriamente dita de terrenos vagos na cidade, deslocamentos de favela na cidade e as relações dos favelados com a cidade formal.

A ocupação das favelas ocorre primeiramente nas periferias do terreno e rapidamente vão difundindo-se de forma a ocuparem todo o espaço livre. Este fato contribui para que os terrenos das periferias ocupados sejam mais valorizados que o do centro geográfico da favela. Assim, essa periferia, linha que separa a favela da cidade, torna-se o centro simbólico, onde está concentrado o comércio e serviços, enquanto o centro não é considerado um ponto fixo, é uma linha que se desloca. Percebe-se então que esse tipo de configuração é oposto a da cidade formal.

A invasão de espaços vazios determina um ato de demarcação e de um consequente processo de territorialização. Os barracos aparecem no meio da cidade, entre seus bairros convencionais, criando enclaves dentro de territórios mais amplos. A invasão de um terreno por abrigos forma um novo território urbano, uma cidadela dentro da cidade, a favela, que normalmente possui suas próprias leis.

De acordo com Jacques (2003) o rizoma constitui uma rede. Nele ocorre a quebra da ideia de ordem e hierarquia. Diferentemente de outras redes, ele não é simétrico, é heterogêneo, uma vez que as conexões se fazem por acaso, na desordem.

As três figuras conceituais apresentadas acima, estão atreladas entre si pela ideia de movimento das favelas. O efeito resultante desses espaços fragmentados,

labirínticos e rizomáticos é, conseqüentemente, uma estética espacial do movimento. Esse movimento não está ligado apenas ao espaço físico, mas principalmente ao movimento do percurso e do próprio espaço que está sempre em transformação. O espaço-movimento é diretamente ligado a seus atores que são os responsáveis pela sua construção e transformação contínua.

Os conceitos abordados por Paola Jacques são essenciais para qualquer trabalho na área de favela. A autora mostra as particularidades desse espaço, o que contribui para o entendimento da área.

Pode-se perceber a importância do pensamento do arquiteto urbanista com seus projetos de urbanização. É imprescindível que o profissional ao intervir nas favelas preserve a identidade de sua população, resguardando o próprio movimento do espaço, com intervenções que sigam a estética ditada pelos seus moradores e busquem a participação deles para que possam opinar nos projetos e participar da construção de seu espaço.

Os conceitos abordados neste capítulo vão subsidiar a análise da forma do Timbó. Através deles será analisada a sua configuração espacial. A apreensão dos elementos pode mostrar como o espaço da Comunidade está segregado em relação ao tecido urbano formal. O próximo capítulo abordará toda a análise do objeto de estudo.

CAPÍTULO 3 - A PESQUISA: CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA COMUNIDADE DO TIMBÓ

Esse capítulo busca investigar através da análise morfológica o espaço urbano da comunidade do Timbó através dos elementos físicos e a influência destes sobre a vida da sua população. Deste modo, estará compreendendo-se a configuração socioespacial da comunidade, possibilitando a criação dos indicadores urbanísticos para a área.

Os conceitos utilizados pelos autores, estudados no capítulo anterior, para guiar as análises voltadas para o espaço urbano da cidade formal foram retrabalhados para análise específica da forma urbana no contexto espacial da favela, já que esta possui sua especificidade. A aplicação desses conceitos na favela é justificada, pois o assentamento através de sua forma urbana permite a utilização dos princípios básicos de toda a abordagem morfológica para apreensão da cidade, visto que, conforme Cardoso (2007), sua tipologia é constituída pelos mesmos elementos físicos da forma urbana de um espaço qualquer da cidade mesmo existindo algumas especificidades. Assim, o estudo da morfologia e organização socioespacial será voltado para os limites definidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para Comunidade do Timbó. Esta se encontra inserida na zona sul da cidade de João Pessoa, na região Leste do Bairro dos Bancários, entre os bairros Portal do Sol e Jardim Cidade Universitária (Mapa 1 pág. 18).

3.1 Legislação e código local

Para tornar mais claro a desigualdade presente entre a comunidade e o bairro, serão mostrados a seguir dados urbanísticos do bairro onde o Timbó está inserido, como também, as classificações do sítio onde está o assentamento diante da legislação e código urbanístico da cidade.

A área onde a comunidade está inserida caracteriza-se por uma topografia de encosta, com risco de alagamento e desmoronamento, sendo considerada uma Zona Especial de Interesse Social. Conforme o Estatuto da Cidade, as ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) são zonas urbanas específicas destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social e visam incorporar os assentamentos informais à cidade legal.

Diante do grande número de assentamentos instituídos como ZEIS informais na cidade de João Pessoa, fez-se necessária a divisão em grupos de prioridade de intervenção de acordo com o grau de risco que se encontra a população nos assentamentos. Segundo o relatório de prognóstico e proposições de intervenção elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (2006/2007) a divisão originou quatro grupos e a Comunidade do Timbó pertence ao grupo 2 (assentamentos em área de médio risco). Os assentamentos deste grupo além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, infraestrutura e de legalização da posse da terra, apresentam também, entre 0 e 30% da área - delimitada pela poligonal da ZEIS - inseridas em áreas que oferecem alto risco à saúde de seus moradores. Destacam-se os seguintes riscos na área do assentamento: risco de deslizamentos ou erosões; risco de inundação; risco de contaminação (solo, água ou ar); ou apresentam elevada vulnerabilidade social pelo alto índice de violência, tráfico de drogas, etc.

As características morfológicas da área (terreno acidentado, falésias), com a presença do Rio Timbó e de uma grande cobertura vegetal, caracterizam-na como ZEP-2 (Zona Especial de Proteção de Grandes Verdes), cuja ocupação está restringida pela Legislação vigente, a Lei 2.101 de 31/12/75 e 2.699 de 07/11/79. De acordo com a legislação, o solo da referida área é previsto para parques, atividades de apoio e programas de relocação de famílias de baixa renda. No entanto, é ocupado por uma comunidade que tem mais de 800 domicílios, o que acaba inviabilizando a retirada de todos estes, devido os altos custos financeiros e sociais (SABINO, 2001). De acordo com a FAC, a comunidade ultrapassa os números exigidos e se destaca das demais em decorrência dos problemas ambientais. Atualmente, segundo o código de urbanismo (2001), a área está inclusa na Zona Residencial, a ZR-3, que é zona referente ao Bairro dos Bancários.

A legislação estabelece parâmetros a serem seguidos, como: recuos frontais, laterais e de fundos, além do índice máximo de ocupação para área. A tabela abaixo expõe a classificação do uso do solo com as respectivas codificações (Tabela 4). Já a segunda mostra os índices urbanísticos referentes a cada tipo de uso do solo na Zona Residencial, ZR3 (Tabela 5).

TABELA 4: CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DOS USOS DO SOLO

USO	TIPO	CARACTERÍSTICAS
R1	Unifamiliar	Uma habitação por lote
R2	Bifamiliar	Duas habitações por lote
R3	Multifamiliar	Três ou mais habitações por lote
R4	Multifamiliar	Conjunto residencial horizontal em edificações unifamiliares destinadas a habitação permanente, no mesmo lote, formando um todo harmônico do ponto de vista urbanístico, arquitetônico e paisagístico.
R5	Multifamiliar	Mais de duas habitações por lote agrupadas verticalmente em edificações de até em três pavimentos sendo admitida a solução duplex para o último pavimento.
R6	Multifamiliar	Mais de duas habitações por lote agrupadas verticalmente em edificações que tenham altura limitada em três pavimentos considerando-se obrigatório o uso de pilotis.
R7	-	Habitações para atendimento a programas de realocação de populações de baixa renda cujas características e localizações não fixadas pela Prefeitura.
SB	-	Serviços de Bairros: atividades de serviços ligados ao atendimento do bairro, como as definidas na categoria de "Serviços locais".
SL	-	Serviços locais: atividades de serviços ligados ao atendimento imediato, como: barbeiro, salão de beleza, alfaiate, costureira, sapateiro, consultório, atividades de profissionais autônomos, armarinhos com área de até 50 m ² .
IL	-	Institucional Local: estabelecimentos, espaços ou instalação destinados à educação, lazer e cultos religiosos, compreendendo escolas infantis, igrejas, áreas de recreação e praças.
IPP	-	Indústria Urbana de Pequeno Porte: manufaturas com área edificada até 250m ² que não produzem gases, poeiras, vibrações, ruídos, exaltações nocivas ou incômodas.

Fonte: Código de Urbanismo de João Pessoa (2001), adaptada por Ana Luzia Pita.

TABELA 5: ÍNDICES URBANÍSTICOS REFERENTES A CADA TIPO DE USO NA ZONA RESIDENCIAL 3 (ZR3)

USOS PERMITIDOS	LOTE		EDIFICAÇÃO				
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇÃO MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	360,00	12,00	50	-	5,00	1,50	3,00
R2	450,00	15,00	50	2PV	5,00	1,50	3,00
R3	-	-	50	2PV	5,00	1,50	3,00
R4	Condomínio Horizontal						
R5	600,00	15,00	40	PL+4PV+CB	5,00	4,00	4,00
R6	900	20,00	30	-	5,00	4+ (h/10)	4+ (h/10)
R8	360,00	12,00	55	PL+2PV ou 3PV	5,00	1,50	3,00
CL=SL	360,00	12,00	50	3PV	5,00	1,50	3,00
CB=SB	450,00	15,00	50	3PV	5,00	2,00	3,00
IL	600,00	15,00	50	2PV	5,00	1,50	3,00
IPP	360,00	12,00	50	2PV	5,00	1,50	3,00

Legenda: PL=Pilotis; PV=Pavimento Tipo; CB=Cobertura;

Fonte: Código de Urbanismo de João Pessoa (2001), adaptada por Ana Luzia Pita.

As desigualdades podem ser observadas também a partir dos padrões urbanísticos de cada área (Tabela 6). O último censo (2010) divulgado pelo IBGE mostra claramente a discrepância entre as duas áreas da cidade. São dados censitários referentes a características mínimas que podem contribuir para melhor habitabilidade no espaço urbano.

TABELA 6: PADRÕES URBANÍSTICOS DO BAIRRO DOS BANCÁRIOS E DA FAVELA DO TIMBÓ

Dados relacionados ao número de domicílios		Bancários	Timbó*
Abastecimento de água	Rede Geral	3433	226 a 315
	Poço ou nascente na propriedade	160	0 a 0
	Outra forma de abastecimento	3	1 a 1
Destino do lixo	Coletado	3591	225 a 314
	Coletado por serviço de limpeza	3487	128 a 313
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	104	0 a 97
	Queimado	-	0 a 1
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	0 a 1
Energia elétrica	Sem energia elétrica	5	-
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e medidor exclusivo	3458	213 a 298
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e medidor comum a mais de um domicílio	91	7 a 8
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor	41	3 a 7

Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptada por Ana Luzia Pita.

*Os dados do Timbó foram transcritos para essa tabela com a variação publicada pelo IBGE.

Em relação ao traçado do bairro, é ortogonal, existindo uma hierarquia de vias. Estas são em sua maioria pavimentadas e bem dimensionadas, não existindo obstáculos que impeçam a mobilidade no espaço. O Bairro dos Bancários tem se expandido muito, o que tem levado os gestores públicos a investir concomitantemente dotando o bairro de uma ótima infraestrutura, integrando-o à cidade. Esse investimento trouxe uma valorização para o bairro o qual passou a ser constituído por residências de padrão médio e médio alto, possuindo ruas largas e arborizadas, praças, shoppings e ainda, serviços públicos essenciais para sobrevivência de qualquer sociedade. No entanto, à leste do bairro encontra-se a Comunidade do Timbó, entre o rio e a falésia, em condições precárias de

habitabilidade. De acordo com o relatório de prognóstico e proposições de intervenção, elaborado pela Secretaria de Planejamento (2006/2007) não existe nenhum outro assentamento informal no Bairro dos Bancários, havendo apenas o Timbó (Mapa 2 pág. 71). Este se encontra então isolado, sem muitas possibilidades de fusão com outras ocupações do mesmo tipo, nem de expansão para além de seus limites devido às barreiras físicas existentes em seus limites.

Diante dos dados mostrados acima, fica claro que o bairro é privilegiado com a provisão de infraestrutura, com as normas vigentes que regulam a ocupação, evitando o adensamento e consequentemente contribuem para uma boa qualidade de vida dos seus habitantes. Logo, verifica-se que a comunidade encontra-se segregada em relação ao bairro, uma vez que não usufrui dos mesmos direitos existentes nele.

Após expor os dados normativos que mostram a diferença do bairro para a comunidade, apresentam-se as ações do governo, o estudo de como ocorreu a ocupação da área, a sua infraestrutura e os serviços públicos. Posteriormente, a estes tópicos, será abordada a análise da configuração urbana do Timbó, de modo a avaliar como a segregação se apresenta neste. É importante ressaltar que as informações obtidas a partir de relatos dos moradores da área, como também suas opiniões foram alcançadas através de conversas informais durante as visitas realizadas à comunidade.

3.2 Ações do governo para a Comunidade do Timbó

Diante do exposto surge a pergunta: qual a política do governo para melhoria de vida dos moradores do Timbó?

De acordo com moradores da comunidade todos os anos em período de intensas chuvas a prefeitura visita o local com promessas de melhoria e nunca as colocaram em prática. Quando fazem a remoção dos moradores que estão em área de risco fornecem o auxílio moradia de R\$ 200,00 para pagarem o aluguel em outro setor da comunidade. Mas segundo o padre da comunidade não é fácil obter esse recurso e quando se consegue o valor é baixo, não sendo suficiente para pagar o aluguel.

O padre da comunidade, Marcondes Meneses, lançou a campanha SOS Timbó para mostrar a situação da comunidade e reivindicar por melhorias. As

promessas de melhorias por parte da prefeitura vem há anos, como publicada em alguns meios de comunicação:

Em março de 2007, “Prefeitura garante infraestrutura para o Timbó ainda neste ano”: Prefeitura de João Pessoa garante realização de melhorias (...) e que já existe orçamento aproximado de três milhões de reais para a área. O secretário de infraestrutura (da época), Fred Pitanga, garantiu que serão realizadas obras de pavimentação e dragagem do Rio Timbó ainda neste ano (PREFEITURA..., 2007).

Em Junho de 2008, “Ricardo assegura mais R\$ 7,7 milhões para habitação e urbanização”: o prefeito Ricardo Coutinho assinou contratos com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que preveem a construção de 1.707 moradias e urbanização (...), além de obras de drenagem e pavimentação na comunidade do Timbó, nos Bancários. O investimento é de R\$ 7,7 milhões, com repasse de R\$ 7,3 milhões, provenientes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). (...) O prefeito disse que agora a PMJP vai dar início ao processo de licitação dos projetos, mas adiantou que as obras só começarão após o período eleitoral, devido às restrições da Lei Eleitoral (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PMJP, 2008).

Em agosto de 2009, “Amorim denuncia ao Ministério Público, contaminação da água no Vale do Timbó em João Pessoa”: O vereador Geraldo Amorim deu entrada, junto ao Ministério Público Estadual, a um pedido de investigação de possível contaminação da água que abastece os moradores do Timbó (...). Amorim ressalta que a comunidade reclama a meses da poluição e suspeita que a rede de esgoto em algum momento está se misturando com a água que abastece a comunidade (CLILSON JÚNIOR, 2009).

Em fevereiro de 2010, “Ricardo Coutinho anuncia projeto que beneficia 198 famílias do Timbó”: O prefeito Ricardo Coutinho recebeu representantes do Conselho de Segurança Comunitário dos Bancários, que solicitaram ações para o bairro e comunidades circunvizinhas (...). Na ocasião, Ricardo Coutinho apresentou o projeto que beneficiará as 198 famílias da comunidade do Timbó e afirmou que os recursos já estão reservados, necessitando apenas concluir a desapropriação do terreno próximo ao local (RICARDO..., 2010).

De acordo com Natalia Rosal, chefe de serviços de arquitetura da SEMHAB, o projeto consiste na remoção das famílias que moram próximo à área com risco de inundação, desmoronamento e soterramento para um terreno contíguo ao Timbó (Mapa 3 pág. 117) onde estão sendo construídas as 198 unidades habitacionais com

39,40 m² de área construída, dotadas de infraestrutura com pavimentação e drenagem. O terreno onde será assentada a população removida é de propriedade da Prefeitura Municipal de João Pessoa, adotando-se como instrumento de regularização fundiária a CDRU (Concessão de Direito Real de Uso), que será entregue a todos os ocupantes após a implantação do projeto, pela qual se assegura o direito de habitar no local pelo período de 90 anos, renovável após este prazo. O projeto envolve também a pavimentação de onze ruas oficiais da comunidade (Mapa 3 pág.117), obras de esgotamento sanitário, drenagem, contenção da barreira e talude da Rua Rosa Lima e Margarida Alves, como também o tratamento do Rio.

Considerando o aspecto socioespacial em relação à construção das casas, não se pode considerar que será uma mudança brusca, uma vez que as novas casas estão localizadas em terreno (Mapa 3 pág. 117) que é contornado pela favela do Timbó, possibilitando aos moradores que mantenham o mesmo contato e vínculo criado entre eles, assim, não acarretando mudanças culturais. A sociabilidade pode ser incentivada pela nova paisagem e configuração, já que foram dimensionadas ruas arborizadas apenas para tráfego do pedestre - Rua Projetada nº 2,3,5 (ver projeto anexo) - e outras de carros, possibilitando que os moradores se concentrem nessas ruas para conversar, como é de costume.

Morfologicamente a remoção dos domicílios localizados nas três áreas de risco (Mapa 3 pág. 117) ocasiona alteração da forma urbana - passando por um novo parcelamento do solo que conforme a Prefeitura Municipal de João Pessoa está em total harmonia com a legislação pertinente, podendo assim, transmitir conforto e habitabilidade para os futuros moradores - em resposta a necessidade do sítio. Deste modo, o sítio pode passar a ter a função apropriada, de moradia, já que estará proporcionando melhorias no espaço e nas habitações. A partir da remoção estará transformando a estrutura espacial, principalmente com a abertura de ruas para inserção de infraestrutura, podendo então, possibilitar uma maior articulação, por exemplo, entre as duas partes da favela - o Timbó de Cima e o de Baixo – como também melhorar a acessibilidade e mobilidade tanto de carros como de pedestres.

MAPA 3: ÁREAS DE RISCO E VIAS OFICIAIS NO TIMBÓ.

Desde o ano de 2007 que há discursões a respeito das necessidades da comunidade do Timbó, criou-se o projeto, mas até o início do ano de 2012 não foram iniciadas as intervenções, apenas a construção das casas que foram interrompidas por um período por falta de verbas, mas já foi retomada. Durante a pausa as casas serviram de ponto para tráfico de drogas, alvo de vandalismo e foram depreciadas com a retirada de materiais em troca de drogas. Em junho de 2012, época de chuva forte na capital, muitos moradores ficaram desabrigados sendo abrigados em centros comunitários depois de perder tudo na enxurrada. Então, diante dessa situação, foi assinada uma ordem de serviços pela Prefeitura Municipal de João Pessoa autorizando o início das obras para julho de 2012 e no dia 2 de agosto o prefeito da capital anunciou o início das obras na comunidade.

3.3 Ocupação e uso do solo

A região do Timbó antes de ser ocupada pelos assentamentos fazia parte de uma jazida de saibro, a qual era explorada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para retirada de material no intuito de aterrar algumas avenidas da cidade.

Ao analisar a ortofotocarta de uso e ocupação do solo de 1978 percebe-se que ainda não havia ocupação por moradias irregulares na área, predominava a vegetação nativa e início de desmatamento para abrir caminhos com a realização de trilhas e cultivo. Não havia uma divisão fundiária e nem a existência de ruas, visto que a área tinha a função apenas de Saibreira (fig. 9), sendo explorada para retirada do material. Em virtude dessa exploração a partir da retirada do barro para o aterramento das vias, com o passar dos anos, a área que era plana passou a ter uma grande declividade.

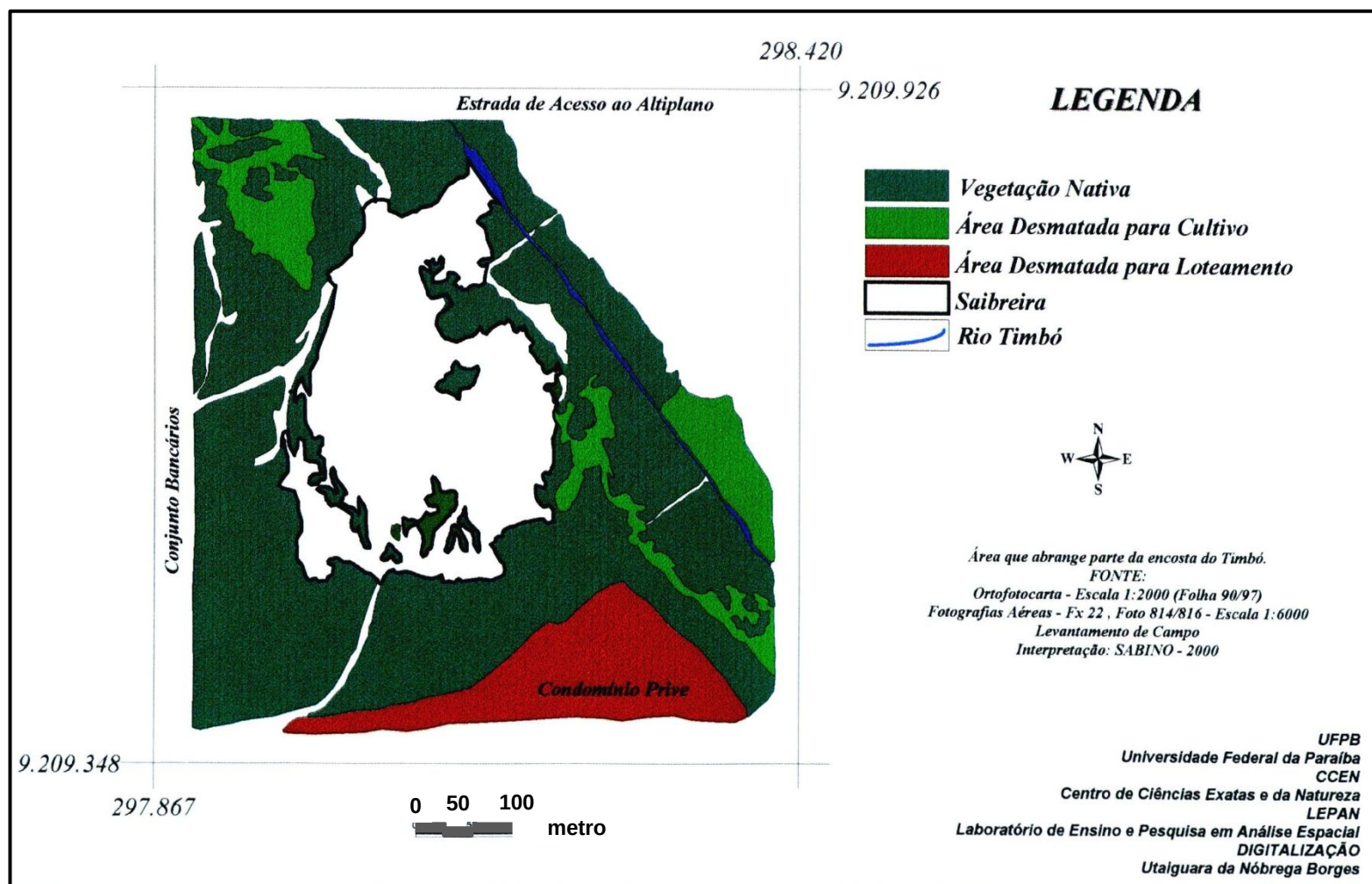


Figura 9: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1978 da Comunidade do Timbó.

Fonte: Sabino, 2001.

De acordo com relatos de moradores, após o período de escavação, o espaço chamou a atenção de famílias, principalmente as que vinham do interior, ligadas às atividades de agricultura, que passaram a morar no espaço, desenvolvendo pequenas plantações às margens do Rio Timbó. A ocupação ocorria de maneira habitual, chegavam ao terreno, cercavam a terra e começavam a viver. Paola Jacques explica que nas favelas a ocupação acontece inicialmente na periferia do terreno e posteriormente se expande ocupando toda a área. E isso pode ser verificado na comunidade do Timbó cujo processo de ocupação teve início na parte de baixo às margens do Rio Timbó, que fica na periferia do terreno, e posteriormente foi aos poucos se difundindo no espaço livre. Era nesse rio onde lavavam roupas e tiravam água para as necessidades do dia a dia. Neste período, em resposta às necessidades socioeconômicas dessa população já se iniciava as mutações na paisagem.

Durante a década de 1980, mais precisamente, quando se revelava “João Pessoa dos Vales e Encostas” (SABINO, 2001), a área é transformada novamente. Então, acontece a mudança na forma urbana e na paisagem a partir da ocupação dos primeiros lotes e como consequência ocorre um maior desmatamento. Observa-se o início do arruamento formando um tecido urbano com pequenas quadras irregulares bem próximas ao Rio. Portanto, tem-se o início da divisão fundiária que acontecia aleatoriamente (fig. 10). Havia uma disputa entre os moradores e a prefeitura, uma vez que ao construírem os barracos, a prefeitura atuava na erradicação. Segundo o Blog informativo Timbó em Ação (2011) “a aparência das pessoas não era de alegria, era só de esperança de que aquela realidade mudasse”. Neste período ainda se fazia a retirada de saibro.

Moradores relataram que quando chegaram à área que hoje é a comunidade não tinha nada, não havia energia elétrica, água encanada e nem rede de esgoto. Essa infraestrutura, mesmo que precária, foi chegando aos poucos, primeiro em 1987 veio a água, depois energia elétrica entre 1988 e 1989. A área era apenas um grande buraco e se transformou em lugar de moradia. Esse fato comprova a citação de Paola Jacques quando a autora afirma que as favelas se inserem geralmente em áreas desvalorizadas, como: os morros, vales de rios e áreas alagadiças, configurando o processo favela.

Ao realizar a ocupação de espaços livres o morador define um processo de territorialização. A área ocupada transforma-se em enclaves dentro do bairro onde

está inserido e assim, gera-se um novo território urbano, uma cidadela - a favela com suas próprias leis - dentro da cidade legal.

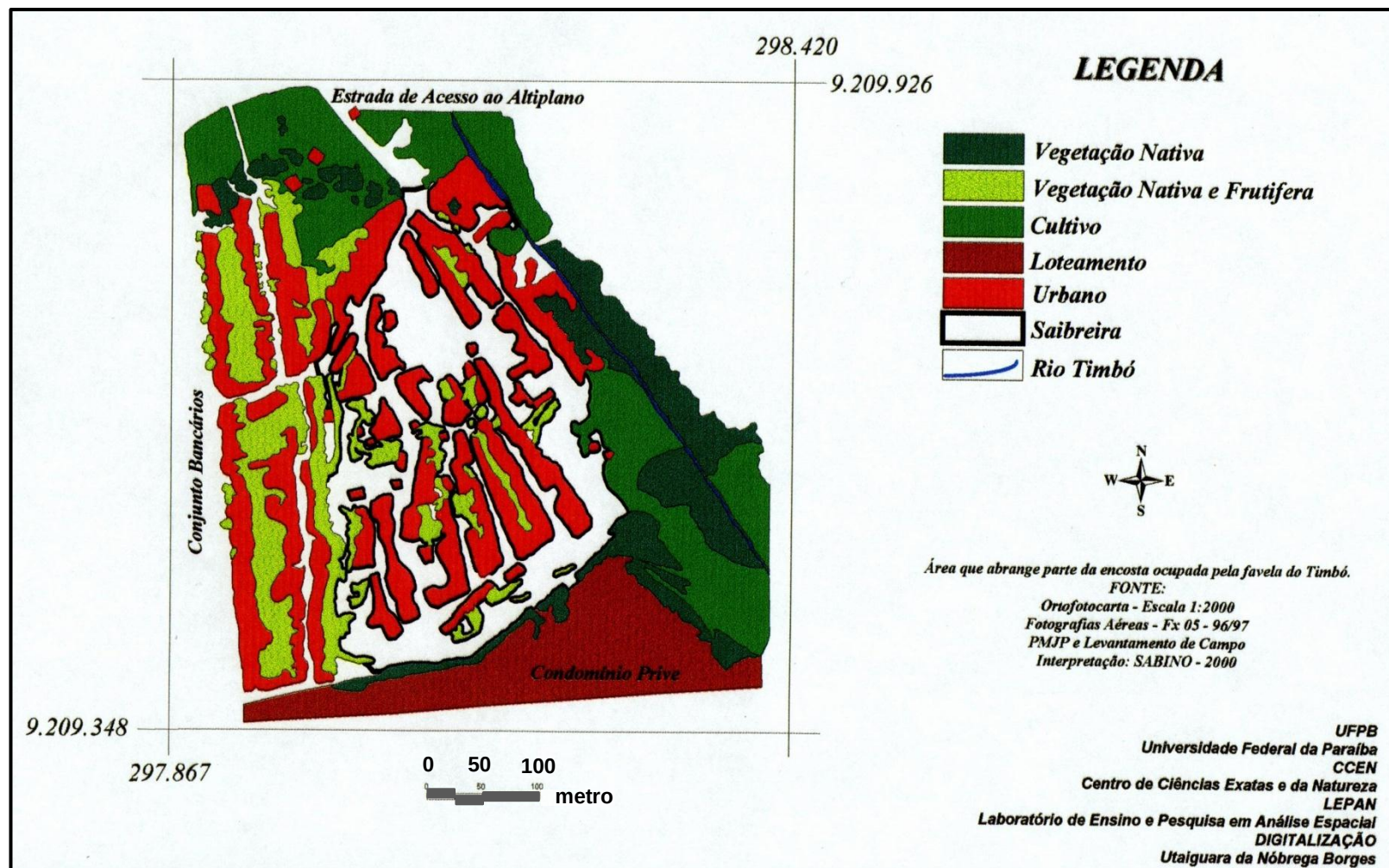


Figura 10: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1989 da Comunidade do Timbó.
 Fonte: Sabino, 2001.

No final de 1980 e 1990, além da ação exploratória dos recursos naturais, ocorreu mais uma etapa da dinâmica social com a abertura de ruas, formação de mais quadras e a expansão de edificações por praticamente toda a área (fig. 11). Intensificam-se as ocupações com moradias irregulares gerando um espaço com organização espacial caótica se configurando como favela. Então, ocorre a concepção do tecido urbano com a constituição definida da estrutura espacial do lugar.

Nesta etapa o lugar passou então a ter um novo uso e ocupação, o que antes era uma saibreira, passou a ser lugar de moradia para a população pobre. Essa dinâmica acontece na área com o intuito de obter uma nova função que neste caso é a de moradia. Assim, a área responde às alterações da população por meio da transformação de sua forma urbana. A ocupação intensificava-se diante de uma situação de grande precariedade, com carência de equipamentos públicos e de infraestrutura básica, o que indicava ser uma área segregada em relação à cidade.

Observa-se no Timbó um processo de transformação de sucessivas configurações espaciais, visando atender às necessidades de cada morador do local. Para entender essas mutações recorre-se ao elemento tempo cuja contribuição mostra-se através dos momentos da evolução da favela desde a sua origem até a consolidação. Essas transformações estão relacionadas aos conceitos de Paola Jacques quando a autora relata que o espaço da favela é não estável, uma vez que está sempre passando por mutações, resultando em uma configuração espacial maleável e flexível, que segue o movimento dos corpos.

Os períodos morfológicos apresentados nas ortofotocartas referentes a três momentos de ocupação da área resultam na concepção de formas urbanas distintas na paisagem cultural de um sítio para atender às necessidades socioeconômicas de sua população. Esses períodos mostram os distintos estágios de mutação por quais passou a área.

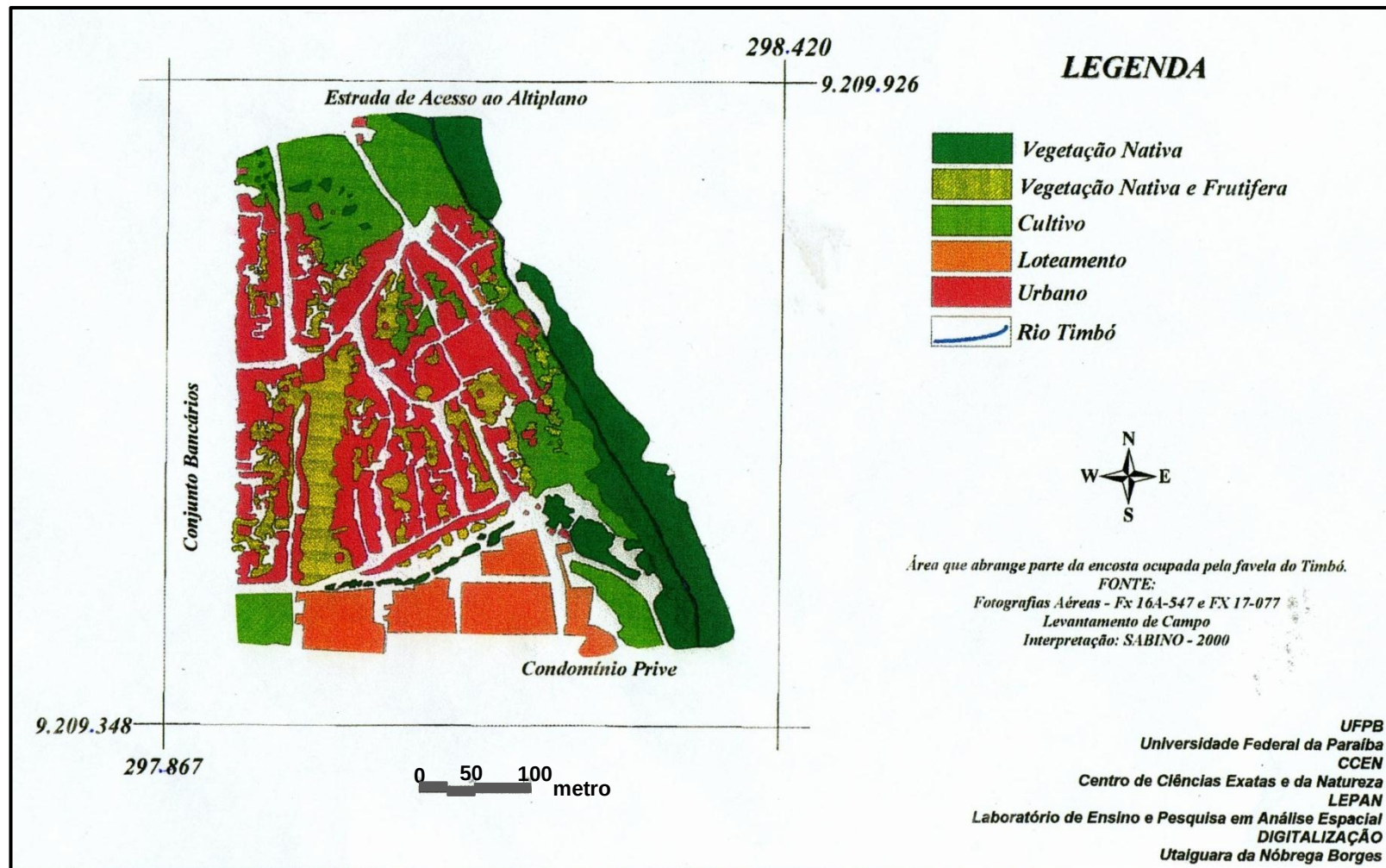


Figura 11: Carta de Uso e Ocupação do Solo de 1998 da Comunidade do Timbó.

Fonte: Sabino, 2001.

A favela do Timbó se desenvolve inserida no tecido formal da cidade, constituindo um tipo de subespaço com dinâmica diferenciada das áreas adjacentes. O fato da expansão e do adensamento da favela ocorrerem aos poucos dá a ela uma expressão física distinta dos assentamentos planejados. No momento de demarcar as áreas a edificar e os acessos, leva-se em consideração a forma natural do terreno com seus acidentes geográficos e elementos naturais que são mantidos ao desviarem das rochas, das árvores de grande porte, dos córregos e ao improvisarem as pequenas pontes de madeira para poder conseguir sair. Não existe modelo a ser seguido, tudo é feito espontaneamente. Essa inserção na malha urbana formal é também uma resposta, por parte da população favelada, às restrições e influências comuns existentes nos processos de desenvolvimento urbano da cidade.

Esse processo de ocupação, de forma desordenada originou cortes na encosta, acentuando mais ainda o desnível e originando uma topografia bastante irregular. Deste modo, há uma potencialização da ocorrência dos deslizamentos. Não se tem dados da quantidade de domicílios existentes nessa época. Mas, dados da FAC mostram que no ano de 1998 existiam 706 domicílios na comunidade. Já em 2002 passaram a existir 800 domicílios, sendo 568 unidades habitacionais referentes ao Timbó II e 232 ao Timbó I. No último levantamento realizado pela prefeitura em 2007 constam aproximadamente 900 domicílios no local com 4600 habitantes. Um levantamento feito pela Associação do Timbó Juventude em Ação computou 1500 domicílios considerando as vilas existentes. Nota-se que há um aumento da população desse assentamento. Tais dados populacionais necessitam de atualização através de levantamento pela instituição competente, devido às disparidades das informações quando comparadas, constatando a dificuldade de obtenção de dados referenciais reais e confiáveis.

Percebe-se, então, que a cada ano que passa aumenta a população morando em “ilhas de pobreza”. Estas ilhas são representadas pelas favelas que ocupam terrenos vazios em bairros de alta renda com condições sub-humanas de sobrevivência. Entretanto, uma grande parte da sociedade, exacerba luxo, isolando-se em sua própria cidade com a construção de muros altos no intuito de proteger-se dessa população pobre, e ainda, com espaços de lazer exclusivos para pessoas do mesmo nível social. Deste modo, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da distância social entre pobres e ricos, há uma redução da distância

espacial entre os condomínios fechados e as “ilhas de pobreza”. Com isso, a cidade torna-se segregada com um tecido urbano heterogêneo havendo apenas algumas pequenas regiões homogêneas. Essa situação fica clara no timbó, pois apenas um via duplicada separa a comunidade de um dos maiores condomínios fechados da cidade.

Desde o início da ocupação como lugar de moradia, a área tem apresentado um quadro de degradação ambiental que vem aumentando a cada dia. Esse quadro deixa a população do Timbó vivendo constantemente com as tensões de riscos de deslizamento, soterramento e alagamento/enchentes (Mapa 3 pág. 117). Esse cenário é influenciado pela ação de moradores ao jogar lixo no sopé da barreira, pelas canalizações clandestinas que depositam dejetos na barreira intensificando os riscos de desmoronamento e de poluição ambiental. Outro agravante ocorre às margens do Rio Timbó. Em tempos de chuva, as famílias situadas próximas ao rio sofrem com as enchentes, além daquelas permanentemente em situação de alagamento. Nesses casos, os moradores destroem a mata ciliar para poder construir suas casas.

As manchetes publicadas em alguns jornais da cidade de João Pessoa confirmam a questão dos constantes riscos:

Em junho de 2010: Moradores do Timbó temem deslizamento de barreira por conta da chuva (Pollyana Sorrentino, 2010 in Portal correio)

Em abril de 2011: Chuvas alagam ruas de JP e provoca deslizamento de barreiras no Timbó (Graça Macena, 2011 in Expressopb)

Em maio de 2011: Saldo da enchente: chuvas provocam estragos durante dois dias e mais de 300 casas ameaçam cair em João Pessoa (José Euflávio, 2011 in GiroPB).

A topografia do Timbó foi compreendida como característica do sítio que impõe a busca de estratégias de enfrentamento de riscos como deslizamentos, enxurradas, acessibilidade precária e dificuldade de implantação de infraestrutura urbana, como saneamento, sistema viário, coleta de resíduos, etc. Essas estratégias podem possibilitar a transformação do obstáculo em algum tipo de benefício, como por exemplo, o aproveitamento dos desníveis para um sistema de circulação inesperado e complicado para visitantes, tornando possível a visualização da entrada de qualquer um.

A geomorfologia da área possui uma declividade acidentada e divide o terreno em duas partes sendo uma mais elevada, Timbó de cima, e a outra, Timbó de baixo (denominação dos próprios moradores) ou Timbó I e Timbó II (denominação FAC) (Mapa 4 pág. 128).

O Timbó de cima, no nível da via Oeste, possui algumas casas às margens da Rua Abelardo dos Santos a qual divide a Comunidade do bairro dos Bancários, outra parte das casas está situada no topo da barreira Margarida Alves, acompanhando o seu contorno. Esse setor tem risco de desmoronamento e desencadeia o deslizamento de terras no Timbó de baixo. Este se inicia na Rua Nossa Senhora de Fátima, onde acaba o limite do Timbó I, sendo quase um vale, foi ocupado inicialmente por estar próximo ao Rio Timbó, de onde se retirava água para as necessidades básicas. O Timbó de cima apresenta uma cota de nível de 30 m no topo da barreira, já no Timbó de baixo a cota inicial é 20 m e vai até 10 m que é a rua que já fica próxima ao rio. Tem-se então uma diferença de 10 m entre Timbó de cima e o de baixo. Assim, ao percorrer o espaço do Timbó a sensação de desnível está sempre presente, seja por meio da visão ou pelo esforço físico de estar subindo e descendo ladeiras (fig. 12 e 13).



Figura 12: Acesso principal do Timbó mostra a declividade.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 13: Descida para o Timbó II.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

MAPA 4: DIVISÃO DA COMUNIDADE EM TIMBÓ I E II.

O quadro diferenciado da organização interna na comunidade apresenta nuances entre as duas partes, revelando uma estratificação socioespacial expressa pelo padrão construtivo das casas, pela acessibilidade e infraestrutura disponível. O Timbó de cima é mais valorizado por ter uma articulação direta com o bairro, usufruir do transporte público que passa na via principal, ter acesso de automóveis e por possuir casas melhores. Estas são bem maiores, algumas possuem até primeiro andar e um acabamento que se destaca, como por exemplo, o revestimento cerâmico nas fachadas (fig.14). Mas, ao descer a ladeira nota-se uma grande diferença, pois o Timbó de baixo - com a alta densidade populacional, ocupando uma área imprópria e de riscos - é bem mais precário, com casas de baixo padrão construtivo, aparentemente sem estrutura adequada para suportar intempéries, devido às rachaduras nas paredes, sendo ainda, escuras e sem conforto, já que são pequenas para abrigar todos os componentes da família (fig. 15). A população padece com a precariedade das ruas pertencentes a esse trecho, uma vez que a maioria é desprovida de pavimentação, acarretando difícil acesso de veículos e até mesmo dos pedestres na comunidade. Em tempos de chuva a situação piora por causa dos alagamentos nos locais mais saturados e densos, e das erosões dos becos e vielas, deixando a população sem mobilidade no assentamento. Entende-se então que o Timbó II é a área mais precária do assentamento. Na medida em que quanto maior é a proximidade às ruas do bairro e às que permitem acesso de veículos, mais valorizado é o setor. Portanto, as casas localizadas no Timbó I possui valor diferenciado, maior, devido a sua localização. Essa questão da valorização diferenciada de acordo com a localização é outro fator que ratifica a divisão interna da comunidade.



Figura 14: Casa no Timbó I mostra a divisão socioeconômica na comunidade.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 15: Casa no Timbó II mais precária.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Essas diferenças supracitadas entre o Timbó I e o II representam também a nítida diferenciação e estratificação social dos moradores. Enquanto existem pessoas vivendo em casebres, há ainda moradores com carros na garagem e dono de vilas formadas dentro da favela. Por sua vez, a presença desses moradores de maior poder aquisitivo mostra as transformações pelas quais o espaço da favela passou, tornando-se heterogêneo físico, espacial e socialmente.

Ao percorrer toda a comunidade percebe-se uma heterogeneidade física, onde de um lado tem-se a presença de pequenas granjas e “currais” (fig. 16), e do outro, o urbano, representado pelos loteamentos irregulares da favela do Timbó de baixo e os loteamentos no entorno sul com sua infraestrutura precária, no entanto, considerada mais adequada que a do Timbó de baixo (fig. 17). Mas, a comunidade, analisada de forma geral, apresenta infraestrutura deficiente com condições de moradias impróprias e um nível educacional baixo dos moradores.



Figuras 16 e 17: Heterogeneidade no interior da comunidade: ruas sem infraestrutura e “currais”.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Ao observar a paisagem do Timbó percebe-se que a dinâmica de uso e ocupação do solo vai além do limite da encosta desencadeando alterações significativas no seu espaço através da retirada de saibro, dos desmatamentos e escavações na encosta, para assim dar lugar aos assentamentos que são implantados de forma desordenada.

A ocupação na favela ocorre de maneira natural e espontânea, estando sempre relacion’ada ao modo de vida da sua população. Esta forma de apropriação da favela é bem distinta da que acontece na cidade legal. Nesta, com o passar dos

anos o urbano perde seu caráter, as desigualdades sociais aumentam e consequentemente as pessoas vão se segregando de maneira a criar uma grande distinção entre as classes sociais.

Quanto ao uso do solo, este é considerado um aspecto de organização funcional, já que está relacionado à realização das atividades humanas (HOLANDA, 2010). Na comunidade o uso do solo é predominantemente residencial, mas pode-se dizer que há também uma diversidade. O comércio maior está consolidado na periferia da favela, principalmente na Rua Abelardo dos Santos que é a divisa entre a comunidade e o bairro, com supermercado, loja de material de construção, loja veterinária e padaria (fig. 18 e 19). No interior também tem alguns estabelecimentos, mas são de pequeno porte, com exceção de um supermercado Pais e Filhos, localizado na Rua Margarida Alves, que é de médio porte. O comércio de pequeno porte é formado por pequenas lojas de confecção, mercearias, escolinhas infantis, creches, salões de beleza, oficinas mecânicas e bares. Esse pequeno comércio, para alguns moradores, atende às necessidades diárias, oferecem bens e serviços geralmente mais baratos e adaptados às realidades socioculturais deles, sendo estas características da vida na favela. Verifica-se ainda, a presença de edificações religiosas de várias religiões, o que ratifica a diversidade cultural dos moradores. Em uma mesma rua observam-se mercearias misturadas às escolinhas, às residências e à igreja, havendo então uma mistura de usos. O comércio localizado na borda da comunidade atende a toda população e aos moradores do entorno. No entanto, os pequenos pontos no interior só são frequentados pelos próprios moradores da comunidade. Percebe-se que no mesmo lote há o comércio de pequeno porte e a residência, já que a atividade comercial é pequena sendo realizada na própria casa, seja no cômodo, terraço ou no “puxadinho” construído para funcionar como uma barraca. Portanto, a atividade comercial menor decresce com a acessibilidade local. Sendo assim, pode-se dizer que a localização e o porte do comércio estão relacionados à qualidade de infraestrutura das ruas e que também influenciam no acesso à renda.



Figuras 18 e 19: Comércio consolidado na periferia da favela: supermercado e loja de material de construção.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

A análise da ocupação do solo foi auxiliada pelas ortofotocartas, datadas dos anos de 1978, 1989, 1998, que permitiram observar a evolução da ocupação da área e assim entender as transformações pelas quais passou. Logo, percebeu-se que a cada período a área passou por mutações através da dinâmica social, interferindo na sua função espacial quando deixou de ser jazida de saibro e transformou-se em moradia para população carente, modificando sua forma e estrutura urbana que era um grande terreno vazio coberto por vegetação e passou a ser ocupado espontaneamente com a abertura de caminhos para lotear. Portanto, essa situação ratifica a citação de Santos (1985) quando o autor explica que à medida que uma sociedade passa por transformações, as formas adquirem novas funções, criando uma nova estrutura espacial e esta pode variar de acordo com os períodos históricos.

3.4 Infraestrutura urbana e serviços públicos

Este tópico é um aspecto qualitativo relacionado à forma urbana, uma vez que envolve as propriedades relacionadas à comodidade do utilizador e ao tratamento do espaço.

A comunidade apresenta um quadro de descaso por parte do governo para solucionar os problemas urbanísticos existentes nas favelas, dentre eles, insalubridade, alta densidade demográfica, riscos naturais ambientais e infraestrutura precária, uma vez que os investimentos públicos para área são bem reduzidos quando comparado aos bairros circunvizinhos. Dentre os maiores problemas de infraestrutura do bairro podemos citar: contenção da barreira,

problemas sanitários, acessibilidade das calçadas (quando existem), lixo jogado nas ruas e a não pavimentação da maioria das ruas. Estes tornam a vida dos moradores bem diferente das condições de vida dos outros espaços da cidade que são bem servidos de infraestrutura.

A falta de manutenção na contenção da barreira coloca a população em risco devido aos desmoronamentos e soterramentos. A causa desses riscos pode estar associada às constantes chuvas que causam infiltração ou a problemas hidráulicos, como o rompimento da tubulação de água que passa por baixo das casas que estão sobre a barreira. A Defesa Civil coloca a população sob alerta dos riscos eminentes, os moradores dizem ter consciência do risco de estar morando nas proximidades da encosta, mas alegam que não têm para onde ir se saírem do local.

Outro problema percebido é a falta de esgotamento sanitário, já que este só existe em uma parte da comunidade. Na outra, a água encanada tem tubulação externa com canos soltos despejando nas ruas toda água servida, tornando-se foco do mosquito da dengue. Ainda, determinadas casas têm rede de esgoto construída pela CAGEPA, mas acabam estourando pelas “bocas de lobo” (fig. 20). Apesar de existir uma estação elevatória projetada para receber essas águas, próxima às margens do Rio Timbó, presume-se que a mesma não foi projetada de maneira correta por não suportar todo o fluxo, resultando assim na dispersão das águas pelo solo. Essa situação provoca um mau cheiro nas ruas, além de contribuir para proliferação de doenças e dificultar a ação dos agentes de saúde com a população local, pois as crianças brincam nas ruas e acabam tendo contato direto com o solo e água contaminados (fig. 21). Portanto, pode-se perceber que a carência de infraestrutura da forma construída favorece a um cenário de precariedade que acaba originando doenças.

A respeito da proliferação de doenças nas comunidades carentes, os autores Nunan e Satterthwaite (1999 *apud* CARDOSO, 2007) explicam que a falta ou insuficiência de provisão de água, saneamento, drenagem, coleta de lixo e assistência de saúde acarretam na proliferação de doenças infecciosas e parasíticas. Nestas áreas, as cidades tornam-se dos ambientes mais perigosos para a saúde quando vetores e agentes causadores de doenças se multiplicam, uma vez que uma grande concentração de pessoas vive próxima uma à outra aumentando o risco de transmissão de doenças e assim, o sistema de assistência de saúde torna-se incapaz de responder rápido e efetivamente.



Figuras 20 e 21: “Bocas de lobo” estouradas prejudicam a saúde das crianças que brincam nas ruas.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

O abastecimento d’água não é regular em toda a comunidade, segundo os moradores das áreas mais altas nem sempre tem água, pois a pressão não é suficiente para alcançar a altura. Então, os moradores armazenam água em tanques por não terem condições de colocar uma bomba para auxiliar no abastecimento d’água desse setor em virtude do aumento no consumo de energia. O período do dia que a água chega é de meia noite até 5 horas da manhã. Mas, na outra parte os moradores dizem não haver a suspensão d’água. No entanto, sua qualidade deixa a desejar, a água é barrosa, o que tem ocasionado dores abdominais.

A comunidade é abastecida por energia elétrica, mas em alguns casos, é conseguida através de instalações clandestinas que acarretam numa carga extra de distribuição e consumo, além de passar riscos para os moradores que ficam sujeitos a acidentes pela má qualidade das instalações nas casas.

Quanto à iluminação, essa é escassa em alguns setores. Logo, o fato da carência de iluminação associada à insegurança do local acarreta no depauperamento dos espaços públicos devido à falta de uso. Durante o dia, ainda há presença de moradores conversando pelas ruas. No entanto, alguns relataram terem receio de deixar as crianças brincarem sozinhas na rua ou as portas abertas com medo da violência.

Segundo relatos de moradores antigos do Timbó há algum tempo a região era de extrema pobreza, as casas eram de taipa e lona, não existia água encanada, a água era retirada do rio para tudo, desde o banho até as necessidades de casa.

Eles dizem que a situação de hoje não é tão boa, mas se for comparar com o que já viveram, já melhorou muito.

A maioria das ruas do Timbó não possui pavimentação, sendo outro fator que contribui para o acúmulo de águas servidas. A Rua Abelardo dos Santos, que margeia o limite entre a comunidade e o bairro, a Rosa Lima dos Santos, um dos principais acessos à comunidade, e apenas um trecho na Nossa Senhora de Fátima correspondendo ao alinhamento da creche, são asfaltadas. Percebe-se em algumas vielas a presença de estivas devido à existência de bueiros que dificultam a passagem por elas e o acesso às casas. A rua principal de acesso à comunidade, Rua Rosa Lima dos Santos, é pavimentada, no entanto a acessibilidade é prejudicada pelo grande declive (fig. 22) o que dificulta, por exemplo, o indivíduo de bicicleta que passa pela rua empurrando-a. Os outros dois acessos são através da Rua Margarida Alves onde existe uma grande “boca de lobo” no meio que dificulta o acesso, e a Rua Travessa São Paulo a qual é possível trafegar de carro em apenas um trecho devido à profundidade das valas existentes (fig. 23). Um morador relatou que essas valas seriam para a água escoar mais rápido, mas como consequência dificulta a circulação no espaço. Em geral são cheias de buracos, pedras e lama formada pelos esgotos. Uma moradora relatou que quando recebe visita o carro fica bem antes de sua casa, pois não tem acesso para automóvel na sua rua.



Figura 22: Declividade dificulta acesso de moradores que usam a bicicleta.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 23: Valas na Rua Travessa São Paulo.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Quanto às calçadas quando existem são desniveladas estreitas, dificultando o deslocamento do pedestre (fig. 24). A maioria das ruas não apresentam calçadas (fig. 25). O traçado aliado à topografia, à declividade acentuada e ao fato da maioria das ruas não possuírem pavimentação, dificultam a acessibilidade e mobilidade da população, como também o tráfego de automóveis. Este é possível apenas em algumas ruas da comunidade.



Figura 24: Ruas sem calçadas.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 25: Calçadas desniveladas.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

O deslocamento das pessoas no interior da comunidade ocorre na maioria das vezes de bicicleta, moto ou a pé mesmo, por ser menos difícil a mobilidade no espaço urbano.

Observa-se que as condições físicas e a profundidade das ruas determinam os percursos de veículos, uma vez que o acesso dele é bem dificultado e não é possível em boa parte do espaço da comunidade. Então, as ruas mais largas e pavimentadas são mais próximas da periferia da comunidade, que é margeada pela malha formal do bairro, oferecendo melhores condições de trafegabilidade aos veículos.

A coleta de lixo, que acontece apenas três dias na semana, não é realizada pela EMLUR e sim pela empresa terceirizada de engenharia ambiental Limp Fort. O problema é que como o carro do lixo não consegue adentrar na comunidade devido o seu relevo, cada morador tem que ter a consciência de deixar o seu lixo nos coletores que estão distribuídos no meio urbano da comunidade, mas estes são insuficientes, o que resulta no despejo do lixo nas ruas ou diretamente no Rio Timbó, como também, nas encostas, originando problemas ambientais (fig. 26 e 27). A Secretaria Municipal de Habitação de João Pessoa emitiu um relatório de

prognóstico e proposições de intervenção (2006/2007) e nele consta que a coleta de lixo é insuficiente. Na reunião conjunta das Secretarias Municipais de Planejamento, Habitação e Infraestrutura com os representantes da comunidade do Timbó, realizada em abril deste corrente ano, no intuito de conseguir melhorias para a comunidade a partir de sua urbanização, a EMLUR se comprometeu em equacionar o problema do lixo, mas ainda não foi resolvido.



Figura 26: Lixo no Rio Timbó.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 27: Coletores saturados de lixo.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Há ausência de espaços que sirvam como área de lazer. Havia uma quadra construída pelos moradores, mas perdeu a função de lazer e tornou-se ponto de tráfico de drogas. Portanto, não há área destinada especificamente para esta função.

Em relação aos equipamentos comunitários implantados pelo Estado e Prefeitura existem um PSF (Posto de Saúde da Família) chamado Timbó I que assiste tanto a população do bairro como a do Timbó de cima e o outro PSF dentro da comunidade, na Rua Nossa Senhora de Fátima, que assiste toda a sua população. Este funciona em um local com pouco espaço diante das demandas da população local, portanto as pessoas que chegam para serem consultadas ficam numa recepção muito pequena sem janela nenhuma. De acordo com o relato do morador o PSF de dentro da comunidade não tem medicamentos suficientes para serem entregues à população após a consulta, a qual é muito difícil de conseguir devido à falta dos médicos. Com isso, ele procura o PSF dos Bancários e ao chegar lá não querem atendê-lo por não o considerarem morador do bairro.

A comunidade possui também uma creche, a Nossa Senhora de Fátima, que não consegue atender a toda a demanda, deixando bem concorrido a aquisição de uma vaga, já que esta acolhe cerca de 50 crianças. De acordo com a líder comunitária, o Timbó possui aproximadamente 805 crianças em fase pré-escolar. Nota-se, portanto, que a creche atende a um número bem inferior à necessidade da comunidade. Tem ainda, o Colégio Anexo do Lions Tambaú Clube que em parceria com a prefeitura funciona em dois horários e é voltado para a educação de adultos e idosos.

Em relação ao transporte público, há uma significativa quantidade de linhas que circulam pelo Bairro dos Bancários. De acordo com a Superintendência de Transportes e Trânsito de João Pessoa (STTRANS, 2010) circulam as seguintes linhas: 1006 - 514 - 301 - 302 - 303 - 1500 - 2300 - 2307 - 2514 - 2515 - 3200 - 3027 - 3507 - 3510 - 5100 - 5206 - 5210 - 5310 - 5600 - 5603. No entanto, é provável que haja uma superposição no trajeto, pois ao observarmos o mapa percebe-se que os ônibus não trafegam no interior do bairro. Apenas uma linha dessas assiste à Comunidade e circula exclusivamente pela Rua Abelardo dos Santos (Mapa 5 pág. 139) beneficiando apenas a população do Timbó de Cima que tem como limite exatamente essa rua. Os moradores de Timbó de baixo são prejudicados, por ter de percorrer toda a comunidade para poder chegar nesta rua onde tem o ponto de parada mais próximo (fig. 28). Os moradores reclamam da demora do transporte e queriam que houvesse um maior número de linhas assistindo à comunidade.



Figura 28: Parada de ônibus e o Transporte Público.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

MAPA 5: ITINERÁRIO DOS ÔNIBUS NO BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

Outro problema é a privação dos serviços públicos a toda a população que mora na comunidade, como a segurança e o atendimento de emergência de saúde. Os carros de policiamento e ambulância não conseguem adentrar na comunidade devido à morfologia do lugar. Moradores relatam que este é um dos grandes problemas da comunidade e que se um dia alguém adoecer em casa tem que ser levado nos braços devido à falta de acesso para automóveis, ambulância e caminhões de lixo. Não existe ronda policial dentro da comunidade deixando a população amedrontada principalmente no período da noite. A polícia entra na comunidade apenas quando há denúncia, todavia, os moradores dizem ter medo de denunciar e depois receberem repressão. Logo, esses fatos, além da carência de infraestrutura, limitam ainda mais a garantia do exercício de cidadania desses moradores, constituindo assim um forte elemento que comprova a segregação.

As péssimas condições de infraestrutura e ausência de serviços públicos presentes no Timbó podem ser indicativas do não investimento público na promoção de melhores condições de vida para população local. Diante do exposto, pode-se dizer que a Comunidade do Timbó constitui-se como um espaço segregado.

Entende-se então, que as características físicas do bairro e da comunidade retratam diferentes particularidades socioeconômicas de seus habitantes, reproduzindo as distintas maneiras de habitar a cidade, com seus diferentes níveis de participação e inclusão social.

3.5 Aspectos sociais

Neste tópico será apresentado o aspecto social do timbó e como este influencia na sociabilidade entre eles e com a população do bairro dos Bancários onde está inserida a comunidade.

Como já foi dito anteriormente, o Timbó não possui área para lazer, alguns moradores levam as crianças aos domingos para praia e a bica. Os adultos organizam grupos para fazer viagens. Fui procurar saber se os moradores utilizavam os espaços do bairro, como praças e shopping, uma moradora relatou que nunca saiu do Timbó para usufruir desses espaços e que fazia dez anos que morava lá e nunca tinha ido ao shopping sul. Enquanto outras disseram que às vezes leva sua filha para brincar na Praça da Paz e vai ao shopping Sul.

A Praça da Paz, uma das maiores do bairro dos Bancários, oferece aos seus moradores pista de *cooper*, academia de ginástica, playground, bares e ainda espaços destinados à prática de esportes e a apresentação de atividades culturais. Mas esses benefícios de lazer e esportes são utilizados principalmente pelas camadas sociais privilegiadas do bairro. A população do Timbó utiliza mais a área para o desenvolvimento do comércio informal, vendendo pipoca e balas em busca de uma fonte de renda. Essa situação confirma a citação de Ana Fani Carlos que diz: “a cidade oferece à sociedade um conjunto ilimitado de escolhas e de condições de vida. Como cada um consumirá o espaço ou satisfará suas necessidades, dependerá do lugar que ocupa no processo de produção da cidade” (CARLOS, 1994, p.53). Alguns moradores do Timbó também utilizam a praça para coleta de lixo reciclável já que muitos sobrevivem da renda obtida a partir da reciclagem. Eles falaram que já foram obrigados a se retirar da praça porque são tidos como ladrões, marginais baderneiros que vivem sujando a imagem do lugar. Assim, um espaço que poderia ser para o lazer da população do Timbó se transforma apenas em meio de sobrevivência por causa do preconceito.

Uma moradora da área relata que foi fazer feira em um supermercado do bairro que entrega as compras em casa, só que quando ela entrou no carro e disse ao motorista o seu endereço, uma senhora moradora do bairro dos Bancários começou a insultá-la e disse que jamais teria contato com alguém do Timbó. Então, para evitar esse tipo de constrangimento ela agora só utiliza os mercadinhos do Timbó.

Os fatos descritos mostram que os moradores do Timbó são vítimas de constantes ações preconceituosas que os excluem do espaço que é direito de toda a sociedade, resultando assim na segregação.

Outro problema do Timbó é o desemprego. De acordo com o IBGE (2000), os moradores, em sua maioria, não são qualificados e possuem apenas o ensino fundamental, o que associado à localização da moradia dificulta muito para conseguir um emprego fixo. Então muitos ganham dinheiro com atividades de chamadas por eles de “bicos”, como por exemplo, guardador de carros. Essa situação reforça a segregação desses moradores de modo a anular as possibilidades de sociabilidade e de integração com a cidade legal, impedindo que alcance maiores oportunidades de trabalho e conseqüentemente de melhoria de vida.

Na dificuldade de conseguir trabalho, outra alternativa dos moradores para obter uma renda é a coleta de materiais recicláveis, a qual envolve todos os membros da família. A coleta tem início geralmente nas primeiras horas do dia e se estende até às 10 horas da manhã, ou no final da tarde e vai até tarde da noite. O percurso é realizado principalmente pelas ruas do bairro dos Bancários e outros bairros vizinhos recolhendo todo tipo de material. Esta coleta de materiais é o que Paola Jacques chama de bricolagem, quando os moradores recolhem todo tipo de material para reciclar.

Outra fonte de renda é o Programa, do governo federal, Bolsa Família que tem o intuito de reduzir o custo de educação das famílias beneficiadas e incentivar a educação das crianças nas escolas. Esse benefício é condicionado à permanência da criança na escola.

No gráfico abaixo constam os dados, fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa, das famílias do Timbó beneficiadas com o Programa Bolsa Família (PBF).

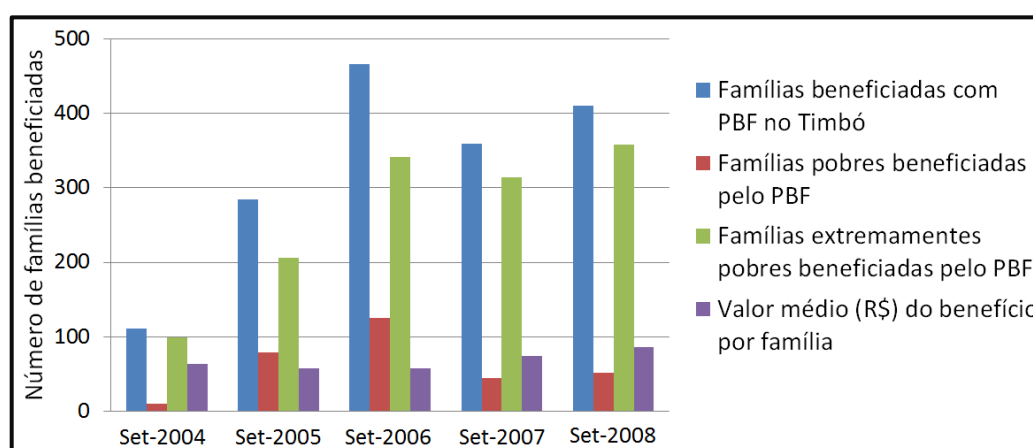


Gráfico 2: Beneficiados com o Programa Bolsa Família (PBF) e rendimentos na Comunidade do Timbó de setembro de 2004 a 2008. **Fonte:** Ana Luzia Pita.

É possível observar que com o passar dos anos tem aumentado o número de famílias residentes no Timbó e cadastradas no programa. Bem como os valores dos benefícios recebidos por elas. Houve um aumento de 36,31% no valor dos benefícios de 2004 a 2008.

Por fim, outra opção adotada pelos moradores é o tráfico de drogas por ser considerada como uma atividade lucrativa que melhora as condições financeiras das pessoas. Eles justificam a entrada no crime pela falta de trabalho.

As consequências da segregação na vida da população do Timbó geram sentimento de derrota e a falta de esperança por melhores condições de vida. Logo, os moradores tornam-se inconformados com as circunstâncias do dia a dia a que são submetidos e que acabam influenciando no físico, moral, emocional e na sociabilidade desses com a outra parte da população.

Na tentativa de melhorar a vida das crianças, adolescentes e jovens do Timbó foi criado o Projeto Comunitário Comunidade em Ação o qual tem levado diversas ações de cidadania. Com base no voluntariado, o projeto tem como objetivo trabalhar por uma sociedade justa e solidária em que todos possam conhecer seus direitos e deveres para o exercício da cidadania. São aproximadamente 400 crianças e adolescentes que participam de danças, atividades esportivas, palestras, oficinas pedagógicas, capoeira, além das atividades de socialização realizadas no Colégio Estadual Don Carlos Coelho no bairro dos Bancários.

Há a preocupação dos voluntários em cativar a criança para que ela sinta-se bem no espaço, como também, de incentivar a leitura com livros coloridos e cartazes autoeducativos. A oficina pedagógica acontece paralelamente às atividades esportivas de modo a levar para os frequentadores o lazer juntamente com o aprendizado.

Os arranjos sociais da comunidade estão estruturados com a presença de um núcleo Rotary Club de Desenvolvimento Comunitário do bairro dos Bancários que atua juntamente à paróquia Menino Jesus de Praga e a Santo Antônio de Pádua com projetos sociais, além da cobrança aos órgãos públicos de melhoria para área; Quatro Igrejas Evangélicas; o Centro Espírita da Comunidade realiza formação religiosa e doações; AJA (Associação Juventude em Ação) em parceria com a ONG Amazônia faz trabalho de conscientização de jovens em relação a doenças sexualmente transmissíveis e educação sexual; Associação Comunitária dos Moradores do vale do Timbó realizando reuniões constantes para debater os problemas da comunidade; e um Conselho Comunitário da Rádio Comunitária.

A paróquia Menino Jesus de Praga realiza passeios a pontos históricos da cidade, teatros e zoológicos com o intuito de estimular nas crianças a importância pela arte, cultura e história e assim, trabalhar a inclusão social que é de grande importância para a formação cidadã.

Outra ação social é o Projeto Marta, desenvolvido pela paróquia dos Bancários, Menino Jesus de Praga, que visa o acompanhamento pré-natal,

orientação e evangelização das gestantes carentes da comunidade do Timbó, e ainda, a doação de enxovais para mãe e para o bebê.

Os modos de vida dos moradores do Timbó mudam muito em função das condições de trabalho ou das estratégias de obtenção de renda e dos relacionamentos que conseguem estabelecer através dele.

Os moradores da comunidade possuem restrições à liberdade social e isso resulta na busca por alternativas de sobrevivência através da informalidade, vivendo com seus próprios valores e códigos, visto que não podem contar com as leis, nem muito menos com a assistência social oficial. Nesse sentido, eles criam um meio espacial que possa responder às necessidades básicas de cada um, expondo seus valores e anseios.

A partir do que foi apresentado, percebe-se que o nível de segregação que atinge a comunidade não é igual para toda a sua população. As diversas condições de trabalho, de instrução e a possibilidade de relacionar-se com pessoas de outra parte da cidade influenciam diretamente nas condições de sobrevivência e, conseqüentemente, na segregação sobre a vida dessa população.

3.6 Configurações espaciais do Timbó

A análise da configuração do Timbó será guiada pela fundamentação teórica apresentada na primeira parte deste capítulo. Esta é embasada pelos seguintes autores: Frederico Holanda (2011), Maria Elaine Kohlsdorf (1996), Paola Berenstein Jacques (2003), Kevin Lynch (1999) e José Lamas (2004). Cada um dos elementos e conceitos abordados por esses autores foi adaptado para a percepção da cidade informal, a Comunidade do Timbó, no intuito de entendê-los e assim, apreender como ocorre a segregação entre o espaço do Timbó e a cidade legal.

A comunidade apresenta uma forma alongada no sentido Norte – Sul. No alinhamento longitudinal destaca-se a Barreira Margarida Alves e transversalmente aparece o talude acentuado (Mapa 3 pág. 117). A forma urbana do Timbó é modelada pelos seus produtores mais ativos, os próprios moradores, a partir de suas necessidades e condições socioeconômicas.

Através da análise visual com visitas *in loco* será analisado detalhadamente os elementos urbanos que compõem o espaço do Timbó.

3.6.1 Limites

Os limites da Comunidade do Timbó são bem claros e facilmente perceptíveis, tanto quando vistos de cima, através de uma foto aérea, quanto quando se percorre seu entorno. Como limites externos, ao Sul encontra-se a encosta transversal verticalizada (barreira); ao Norte a Rua asfaltada sem nome 006/010 (estrada que dá acesso ao Bairro Altiplano Cabo Branco); ao Leste o Rio Timbó; e a Oeste a Rua Abelardo dos Santos que divide a comunidade do bairro (Mapa 3 pág. 117). A comunidade espraia-se desde o Leste dos Bancários até as margens do Rio Timbó.

Ao observar o mapa, torna-se nítido que os elementos físicos como a barreira e o Rio são as fronteiras que separam e, conseqüentemente, impedem a articulação da comunidade com o bairro de forma a dificultar a transição de um lugar a outro, resultando assim, na segregação dos espaços (Mapa 3 pág. 117).

Para definir os limites externos da comunidade do Timbó, foi feita uma visita ao local para comparar as condições urbanas do entorno com as de seu interior, de forma que foram identificados limites claros entre os dois setores, a cidade legal e a ilegal.

O limite entre a cidade legal e a ilegal é consolidado ao passar pela Rua Abelardo dos Santos e pela Rua Rosa Lima dos Santos. É possível notar a mudança na paisagem demonstrando uma divisão social repentina ao dobrar uma esquina da rua que separa o espaço do Timbó do bairro onde está inserido e ao adentrar na comunidade. São diferenças no padrão construtivo e na dimensão dessas ruas que rodeiam a comunidade. De um lado representando a cidade legal, casas maiores com muros altos e portões em vias planas largas asfaltadas com calçadas para pedestre, não apresentando obstruções no espaço público (fig. 29); destaca-se ainda um edifício residencial que chama a atenção pelo seu acabamento (fig. 30). Do outro lado, as casas são mais simples, apenas no tijolo e sem muros, representam a cidade ilegal em rua sem pavimentação e algumas sem calçadas (fig.31). Essas características ratificam a ideia de Paola Jacques quando ela relata que os limites entre a cidade legal e a ilegal são definidos quando se sai do asfalto e passa para uma via de barro. Logo, percebe-se um limite imaginário da segregação urbana deste espaço, que pode ser notado facilmente com o mínimo de atenção.



Figura 29: Ruas largas e arborizadas com casas de padrão construtivo diferenciado deixam claro o limite entre a cidade legal e a comunidade.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 30: Residencial se destaca na rua.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 31: Ruas do Timbó sem infraestrutura e casas simples representam o espaço da cidade ilegal.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

A Rua Abelardo dos Santos que delimita a favela tem um importante papel na relação entre a cidade legal e o assentamento, pois, é nesta rua que está concentrado o comércio local e por onde trafega o ônibus que assiste à comunidade, funcionando assim como elo de ligação. Esse fato reforça a opinião de Paola Jacques quando ela ressalta que na favela a centralidade encontra-se nas extremidades.

Os acessos ao Timbó são prejudicados pelas barreiras físicas do seu entorno, o Rio Timbó e a encosta. Percebe-se então, a existência de poucos acessos (Mapa 3 pág. 117). Contudo, essa configuração possibilita um maior controle do fluxo das pessoas que entram e saem da comunidade. Um dos acessos, pela Rua Rosa Lima

dos Santos, é íngreme sendo delimitado pela barreira, o que impede que se tenha uma visão do espaço que está adentrando. Essa configuração contribui para o isolamento da comunidade em relação ao bairro e consequentemente acentua a segregação espacial devido à falta de articulação direta com o bairro.

Os limites da favela também podem ser percebidos internamente através de uma via obstruída por condições precárias de acessibilidade, um córrego a céu aberto ou uma construção (fig. 32 e 33).



Figuras 32 e 33: Vias do Timbó com córrego a céu aberto e condições precárias de acessibilidade.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

No meio urbano da favela há uma dificuldade em definir o limite entre o público e o privado, pois estes se misturam com a ampla utilização da rua e sua relação com as moradias que estão abertas para o espaço público. Essa relação entre espaços públicos e privados é fundamental para diferenciar a cidade legal da ilegal, pois conforme Paola Jacques, na favela esses espaços estão estreitamente ligados, principalmente durante o dia quando as ruas tornam-se continuação das casas, espaços semiprivados, enquanto a maioria das casas, com suas portas abertas, se transforma em espaços semipúblicos. Essa integração do público com o privado, segundo a autora, traz para os moradores a ideia da favela como uma grande casa coletiva.

3.6.2 Vias, quadras e lotes

Observada de cima, a geometria do traçado do Timbó pode passar a sensação de desordem devido a sua irregularidade que revela uma estrutura com eixos mais longos e outros mais curtos seguindo várias direções, o que caracteriza uma malha reticulada irregular. O espaço formado por becos e vielas cheios de obstáculos, configurando um traçado bem irregular é muitas vezes comparado ao labirinto. Paola Jacques ressalta que muitas vezes essa malha labiríntica é interpretada como um tecido confuso, no entanto, a autora afirma que este é maleável e segue a lógica própria dos moradores sendo definido por usos e percursos dos mesmos. As vias do Timbó possuem ramificações que acabam em junções de “T” ou “L”, causando surpresa a cada esquina que é dobrada e ainda, uma certa desorientação ao observador estranho, o que ratifica de fato um tecido labiríntico (Mapa 6 pág. 150).

Os becos e vielas são vias sem planejamento, sendo estabelecidas em espaços residuais de circulação entre as unidades habitacionais existentes. Elas estão em permanente transformação, como a maioria dos espaços da favela. De acordo com Paola Jacques (2003) as vielas e becos são quase sempre extremamente estreitos e confusos, o que aumenta a sensação labiríntica e provoca uma grande proximidade física entre as pessoas.

A via tem um importante papel físico e social uma vez que permite o acesso aos lotes, define as quadras e geralmente faz parte da estrutura espacial mais receptora de ações públicas de investimento. Ela é considerada o primeiro elemento espacial de ocupação e o mais estável da estrutura espacial. Ainda, é tida como elemento intermediário entre o meio privado e o público que ao acumular investimentos em infraestrutura torna-se mais resistente às mudanças que os outros elementos, como as edificações e os lotes.

Ao adentrar na comunidade veem-se várias vias interrompidas pela construção de unidades habitacionais e por portões que invadem o espaço público. Desta forma, acabam gerando pequenas vilas e definindo novos limites, onde o espaço público é invadido pela expansão das unidades habitacionais que acontece conforme o crescimento da família ou para gerar renda extra com alugueis. Essa invasão e o bloqueio das ruas demonstram a identidade própria da área. A formação

desses becos e vielas longos, estreitos e sem saída impossibilitam a integração entre o assentamento e o bairro (fig. 34).



Figura 34: Vielas e becos sem saída impedindo a articulação com o bairro.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

As casas são construídas nas vilas pelos próprios moradores da comunidade que possuem um melhor poder aquisitivo e são disponibilizadas apenas para serem alugadas e não vendidas. Estas vilas não constam nas cartografias da área já que são informais. A comunidade possui muitas vilas desse tipo o que resulta no alto adensamento construtivo do solo, influenciando assim, no traçado das vias que se torna cada vez mais irregular, dificultando o deslocamento de um estranho no interior da comunidade.

A forma urbana da comunidade caracterizada pela irregularidade do traçado, a falta de recuos entre as casas e o avanço sobre o espaço público é resultante do processo de ocupação espontânea, uma vez que este aconteceu em resposta às necessidades de obter uma moradia por parte da população carente. Assim, considera-se que a forma é definida também pelo fator social, visto que a população carente atua com a ocupação irregular diante da falta de condições de pagar pelo alto valor do mercado.

MAPA 6: CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS DA COMUNIDADE DO TIMBÓ.

Algumas das vielas e becos do Timbó que foram abertas informalmente a partir da ação dos moradores, sem planejamento algum, não possuem nomes oficiais, sendo nomeadas pelos próprios moradores. Perceberam-se vários casos no interior do Timbó, dentre eles, o “Beco da Foice” e a “Vila Paz e Amor” (fig. 35).



Figura 35: Vila nomeada pelos moradores do local.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Percebeu-se que nos becos e vielas mais segregados, as casas eram menores e bem precárias. Logo, pode-se dizer que há uma relação direta entre a localização das casas e a renda dos moradores, uma vez que quanto pior o acesso, menor é a renda do morador. Assim, as construções são valorizadas pelo acesso à infraestrutura pública o que relaciona a existência de um mercado informal na favela.

Em relação às quadras, nota-se que as formas geométricas são distintas umas das outras, algumas são mais alongadas e retangulares, enquanto outras não têm uma forma definida, são irregulares devido o tipo de ocupação (Mapa 6 pág. 150). Os domicílios ocupam toda a quadra e o acesso a eles é realizado através de becos estreitos que interrompem alguns trechos para serem abertos.

Os lotes variam de forma e tamanho e são inseridos de maneira aleatória. As edificações inseridas nos lotes não seguem os mesmos limites. Na mesma rua é possível perceber a diferença quando algumas casas avançam o espaço público formando terraços ou os “puxadinhos” (fig. 36). As casas não possuem recuos laterais nem frontais, algumas têm o muro e quando existe é no limite da rua. Já no entorno dos limites que definem a favela é possível perceber amplos espaços com um traçado mais ortogonal, resultando em quadras e lotes planejados com um tecido urbano mais regular. Muitas vezes o lote é objeto de subdivisão e remembramento

seja por parte da prefeitura ou até mesmo pela população para atender à interesse próprio, como a construção de várias edificações a serem alugadas.



Figura 36: Casas não têm recuos e avançam o espaço público.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

De acordo com DEL RIO (1990), as vias também podem ser classificadas como: “vias de penetração”- aquelas que começam fora da favela e adentram interligando-a ao bairro; e as “vias de integração” – as que ficam no limite entre a cidade legal e ilegal. Analisando o Timbó tem-se a Rua Abelardo dos Santos como uma via de integração e a Rosa Lima dos Santos como uma de penetração, já que começa no bairro e adentra a favela (Mapa 6 pág. 150).

De forma complementar Cardoso (2007) faz uma diferenciação das vias a partir de sua ocupação, como mostrado no capítulo anterior. Logo, ao analisar a cartografia da área, associada às informações de como se iniciou a ocupação da mesma, chega-se a seguinte classificação: a Rua Antônio Camilo dos Santos classifica-se como primária por ter sido a primeira via a ser aberta na comunidade, estando próxima ao Rio Timbó; a Rua Travessa São Paulo e Rosa Lima dos Santos como vias de implementação, visto que se originam na comunidade e se expandem até o limite da malha formal; e a Rua Maria Glória Alves, Nossa Senhora de Fátima e a Margarida Alves como vias de união que se conectam à de implementação (Mapa 6 pág. 150). Observa-se que à medida que se intensifica a ocupação há uma mutação na forma urbana do sítio. Outro fator que influencia na forma urbana é a questão da evolução relacionada aos edifícios e lotes por estes terem menor grau de resistência às mudanças, eles têm um maior poder de transformação uma vez que esta é realizada pelos próprios moradores.

Segundo Hillier (1996 *apud* CARDOSO, 2007) malhas deformadas que não têm suficiente repetição de elementos e relacionamentos capazes de criar uma ordem, possuem uma forte estrutura com padrões espaciais que não podem ser vistos nem impostos de uma vez. Assim, essas malhas são assíncronas, sem referências espaciais, o que as tornam inteligíveis. Essa citação retrata o que acontece no interior da comunidade. Percebe-se que o Timbó possui uma malha assíncrona não oferecendo orientabilidade a um observador desconhecido. Essa característica contribui para que o espaço seja classificado como desordenado. O observador estranho é capaz de se perder devido à falta de sinalização e de referências espaciais que dificultam o reconhecimento do lugar. Com a configuração espacial do Timbó o observador não consegue se deslocar sozinho sem a ajuda de um morador. Muitas vezes quando eu estava caminhando para conhecer a comunidade eu pegava o mapa no intuito de tentar me localizar, pois não tinha a noção de localização espacial. No entanto, para o morador do assentamento não há dificuldade quanto à orientabilidade no seu espaço, já que este é responsável pela sua constituição. Já em relação a sua identidade, o Timbó possui um bom nível quando são consideradas suas características diferenciadas, próprias, pois este tem sua arquitetura específica com uma criatividade intensa, onde tudo é inventado e não planejado como na cidade legal. Logo, tem-se uma estrutura vernácula cujas ruas possuem uma identidade própria, havendo linhas definidas que permitem o acesso direto do bairro cruzando toda a área da comunidade, como também, linhas mais segregadas em ruas mais reservadas, sendo mais controladas pelos seus moradores. Percebe-se que as ruas menos segregadas proporcionam melhores oportunidades aos moradores, seja por possuírem algum tipo de comércio ou por se tornarem um pouco acessível em relação à proximidade ao bairro e ainda, por geralmente serem menos precárias que as outras.

A estrutura irregular é resultado de uma ocupação espontânea que acontece aos poucos e sem regras a serem seguidas. Logo, a desordem faz parte da história do local e da vida dos moradores. Sendo assim, para sua população existe uma determinada ordem natural na forma urbana, não havendo o fato da ilegibilidade.

3.6.3 Relações entre cheios e vazios

De acordo com Holanda (2010) essa relação entre cheios e vazios é um aspecto quantitativo relacionado à configuração da forma urbana, sendo ela responsável pelo controle dos aspectos físicos da cidade.

Uma característica comum em todas as favelas é a alta densidade populacional e construtiva. De acordo com a SEMHAB (2007) a população residente no bairro dos Bancários, bairro onde está inserida a comunidade do Timbó, é de 10.367 habitantes, sendo que 4.600 habitantes residem no Timbó em uma área de 15,8320 ha, com 900 domicílios (SEMHAB, 2007). Ao contrapor esses dados pode-se perceber que 44,37% da população do bairro moram no Timbó. Os dados fornecidos pela SEMHAB compilados na tabela abaixo retratam uma área bem adensada. Percebe-se que área do Timbó é bem menor que a do bairro, no entanto, apresenta uma densidade populacional maior (Tabela 7).

TABELA 7: DADOS DEMOGRÁFICOS DO BAIRRO DOS BANCÁRIOS E DA COMUNIDADE DO TIMBÓ (SEMHAB, 2007)

Dados	Bairro dos Bancários	Timbó
Área (ha)	223,30	15,8320
População Total	10.367 (100%)	-
População Local	5.767 (55,63%)	4.600 (44,37%)
Adensamento Populacional (hab/ha)	25,82	290,55

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Os dados numéricos mostram que a área da comunidade possui um adensamento populacional de 290, 55 hab/ha, mas este nível é bem menor que o nível ótimo de 600 hab/ha, o qual garante máximo retorno de investimentos em provisão de infraestrutura em cidades de porte médio, segundo Mascaró (1987 *apud* CARDOSO, 2007). Mas, no contexto da pobreza, das condições morfológicas e de infraestrutura, densidades mais altas servem de indicadores para provisão de infraestrutura física.

Um dos fatores que contribui para esse adensamento na favela é a construção das vilas internas, como também, o uso de portões fechando becos na tentativa de definir novos limites e ampliar suas casas. Deste modo, acabam formando pequenas vilas e invadindo o espaço público com ocupação do solo praticamente em sua totalidade, sem deixar vazios entre as edificações (fig. 37). Quando o lote é maior os moradores aproveitam para construir várias casas e assim

obter uma renda extra. Estes fatos explicam o grande número da população local mostrados nos dados demográficos.



Figura 37: Adensamento construtivo no Timbó.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

3.6.4 Pontos nodais

Conforme mostrado anteriormente, os pontos nodais são os pontos de encontro, de concentração de pessoas e atividades, sendo considerada a representação da apropriação espacial. São os pontos criados e produzidos pela comunidade que exercem a função de espaços de troca.

Neste sentido, é possível apreender alguns pontos com tais características na Comunidade do Timbó. Os pontos nodais desta comunidade são os espaços coletivos, estabelecimentos comerciais e religiosos, os quais funcionam como pontos de encontro. As áreas de lazer também poderiam ser pontos, mas nesta comunidade não existe, a sociabilidade acontece nas ruas. Com isso, nota-se uma intensa presença de pessoas conversando nas portas das casas e nos bares, além de crianças brincando na rua (fig. 38 e 39). As ruas tornam-se lugares de interação social dos diferentes grupos de pessoas e idades, como também, espaço de lazer, sendo utilizada muitas vezes como continuação das casas, apesar das limitações decorrentes de más condições físicas. Alguns moradores dizem gostar de se reunirem para conversar na frente das casas e ficar observando o movimento. Muitos se deslocam do Timbó I para o Timbó II para ir conversar na casa do outro morador.



Figura 38 e 39: Sociabilidade nas ruas.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.

Pode-se dizer que os bares constituem importantes pontos nodais do Timbó, principalmente por parte dos moradores do sexo masculino. Estes bebem, escutam música e jogam baralho. Algumas crianças também compartilham deste espaço observando os mais velhos.

Nota-se que nos fins de semana há uma intensificação dos moradores nas ruas, principalmente próximo aos bares, onde a grande movimentação torna o espaço pequeno e daí as mesas avançam à rua. No Timbó I, principalmente na Rua Abelardo dos Santos – que divide a comunidade do bairro - a partir da sexta-feira à noite já nota-se a diferença com o aumento da presença de pessoas com mesas nas calçadas, pequenas churrasqueiras e crianças brincando de bola. Outro espaço do Timbó considerado como ponto nodal são os salões de beleza onde as mulheres se encontram para conversar.

As igrejas, tanto católicas como as evangélicas, e o núcleo espírita são também significativos pontos de encontro. A missa acontece nas terças-feiras, deixando a favela tomada de músicas e canções religiosas.

É importante perceber que estes pontos nodais, apesar de particulares, conservam uma relação direta com a rua, estando sempre expostos e em permanente articulação. Deste modo, ocorre uma extensão do espaço privado no espaço público e vice-versa.

Percebe-se o relacionamento dos moradores com o espaço público através da forte sociabilidade de pessoas neste espaço. A ajuda mútua, o sentar na porta de casa para conversar e o caminhar cumprimentando os vizinhos, são ações valiosas encontradas na favela, ao contrário da cidade formal que as ruas passaram por um esvaziamento, não tendo mais essa vitalidade. Essas ações são valores sociais não

encontrados na cidade formal e constituem vínculos que são obtidos no dia a dia da vida na favela e assim, originam uma rede social formada por hábitos e modos de vida semelhantes que podem contribuir para tornar a vida menos difícil e mais prazerosa para algumas pessoas da comunidade.

As ruas funcionam como um meio para geração de contato, através do percurso em cada viagem realizada pelo pedestre. Deste modo, tem-se a oportunidade de criar mais encontros e contatos entre a população. Essa situação pode ser percebida na maioria das ruas da comunidade, principalmente naquelas que permitem acesso direto da comunidade para o bairro, já que o fluxo de pessoas é bem maior em relação às demais. Nos becos e vielas mais estreitos e sem o mínimo de infraestrutura não há uma circulação considerável de pessoas. Logo, pode-se afirmar que o movimento do pedestre está associado à estrutura da malha urbana.

As calçadas, degraus, muros, são características físicas que distinguem os diferentes gradientes entre os espaços público e privado. A demarcação ou ausência desses elementos no espaço podem ajudar na exclusão social ou favorecer a cooperação dentro dele. No Timbó a falta de degraus que liguem a comunidade ao bairro pode favorecer a exclusão dos moradores. A ausência de calçadas ou as ruas mais segregadas em determinados trechos podem influenciar, principalmente, no que diz respeito à interação social entre moradores, uma vez que não há espaços para a realização de encontros na frente das casas. A carência das calçadas pode ainda, influenciar na não distinção entre os espaços públicos e privados, já que os moradores aproveitam para expandir suas casas até o limite da viela.

3.6.5 Marcos visuais

Ao observar o entorno da comunidade, percebe-se que um dos elementos mais importante que pode ser considerado como marco é o Edifício Residencial que está localizado, no limite entre o Timbó e o bairro, na Rua Abelardo dos Santos. Este edifício emblemático é considerado um ícone contrastante de diferenças socioeconômicas, sendo totalmente diferenciado tanto na tipologia habitacional quanto nos materiais de acabamento que destoam do restante do espaço (fig. 40 e 41).



Figura 40: Edifício como marco visual na periferia da comunidade.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2011.



Figura 41: Edifício marco visual na periferia da comunidade contrasta na paisagem.
Fonte: Google Earth, 2012.

Outros elementos de grande importância que são tidos como marcos, além de componentes da identidade do local, é a Barreira Margarida Alves e o talude transversal a ela que são perceptíveis de longe, facilitando a localização espacial. Além desses, o Rio Timbó também é extremamente significativo e representativo sendo, portanto, um marco. Estes são os principais pontos de referência da Comunidade do Timbó para as pessoas que não conhecem a área.

3.6.6 O espaço urbano

O espaço da comunidade está em constante modificação pela ação dos moradores. Ao caminhar pela comunidade é possível observar a presença de materiais de construção na frente das casas o que comprova a sua transformação. Os moradores realizam reformas para ampliação e melhoria de sua casa, de acordo com suas condições financeiras, como também, a construção de vilas e quitinetes para alugar e vender, obtendo assim uma renda extra. Ações como essas mostram a constante presença do mercado imobiliário informal dentro da comunidade. Um dos fatores que contribui para a atuação deste na favela é a localização privilegiada na cidade onde está inserida. Leitão (2009) destaca que atualmente, a divisão do solo é regida pelas leis do mercado imobiliário informal. O autor explica ainda que essas transações são mais expressivas do que se esperaria pela lógica do mercado de imóveis convencional, devido à precariedade da infraestrutura e ausência dos instrumentos de garantia de posse. A expansão do mercado imobiliário na favela pode estar atrelada às mudanças na relação Estado/Favela a partir da extinção das políticas de remoção que permitiu a consolidação das mesmas com a formação de um mercado de compra, venda e aluguel de imóveis sem documentos legais de propriedade. Esse processo é definido pelo Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Rocha Lagoa, como “legalidade favelada”.

A partir destas construções responsáveis pela transformação do sítio o espaço ganha uma volumetria movimentada com diferentes cores, além do vermelho daquelas que não possuem acabamento e são apenas no tijolo. Essas transformações realizadas pelos moradores fazem alusão aos conceitos de Paola Jacques quando ela afirma que as constantes transformações geram uma moradia fragmentada formalmente. Diferentemente da cidade formal que seu tecido urbano é definido inicialmente antes de haver a ocupação, no Timbó seu espaço público é definido posteriormente e não pré-determinado.

O meio urbano é definido pelas fachadas que na maioria dos casos têm as portas abrindo diretamente para a rua, não havendo terraço. Mas em algumas, principalmente no Timbó I, é possível ver casas com muros, terraços e puxadinhos ligados ao espaço público. Percebe-se também que algumas não possuem muros e sim cercas que separam o público do privado. As paredes laterais das casas são contíguas, não possuindo recuo, com exceção das que possuem mais de uma casa

no mesmo lote que têm recuos mínimos objetivando a passagem para a casa dos fundos das que margeiam a rua. Deste modo, as quadras são originadas como ilhas com várias camadas de ocupação. As casas em sua maioria são baixas, geminadas com portas e janelas com dimensões reduzidas, o que influencia nas condições de insalubridade com espaços escuros e sem ventilação adequada.

Essa configuração espacial passa para o espaço da comunidade uma forte identidade, uma vez que está relacionada a um modo específico dos seus moradores que são dependentes do espaço para realizar suas atividades cotidianas através da solidariedade. De acordo com Hillier e Hanson (1984) essa solidariedade é diferenciada por gênero, classe social, idade, etc., sendo capaz de produzir no espaço a equidade ou desigualdade de relacionamentos existentes. Cardoso (2007) destaca que o espaço da favela é controlado localmente e este deveria oferecer melhores condições para as necessidades dos deficientes, idosos e doentes, e para suavizar a vulnerabilidade dos desempregados.

Contudo, não é isso que se observa na comunidade do Timbó, vê-se uma segregação em relação à cidade formal, que associada ao grande adensamento ocasionam problemas sociais que deixam os moradores vivendo na insegurança e na precariedade. Nesse contexto, a assistência à saúde torna-se insuficiente, crianças e adolescentes crescem no mundo da criminalidade, e os desempregados aderem ao tráfico e a outras atividades criminosas diante das condições de vida imposta.

Diante dessa situação, será que a função do espaço da comunidade atende à sua população? O espaço da comunidade exerce a função de moradia, mas perante essas condições de vida que são impostas aos seus moradores pode-se afirmar que o lugar não atende positivamente às suas expectativas de vida.

3.6.7 A conectividade entre a comunidade e o bairro

Apesar de haver uma via que vem da cidade formal e adentra na comunidade ela apenas faz parte da fronteira e não permeia o núcleo da comunidade. Ainda, não podemos considerar que há uma integração, uma vez que para haver a integração é importante, inicialmente, levar à cidade informal alguns elementos urbanos imprescindíveis da cidade formal, como: serviços públicos de educação, saúde, infraestrutura, coleta de lixo, esgotamento sanitário, transporte público que adentre

na comunidade e segurança. Ressalta-se, que o desafio consiste em romper as barreiras que isolam a comunidade do bairro e construir canais de circulação. Na comunidade do Timbó não há a promoção de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, nem a existência de acessos que pudessem conectá-la ao tecido urbano da cidade formal. Nota-se um contraste entre os valores urbanísticos e elementos arquitetônicos das duas partes da cidade. Portanto, não ocorre a integração da comunidade à cidade.

As barreiras físicas - o Rio Timbó e a encosta - da comunidade que estão na divisa entre o bairro e a comunidade prejudicam a conexão direta entre ambas as partes. Essa falta de conexão entre o bairro e a comunidade pode ser um dos fatores que influencia na segregação espacial.

No interior da comunidade a estrutura é diferente, pois há uma conexão direta entre as ruas e as casas formando espaços contínuos, visto que as portas estão sempre abertas para as ruas tornando-se espaços semipúblicos e semiprivados. As passagens estreitas e tortuosas, os becos e vielas, permeiam as ruas oficiais da comunidade através das residências e lotes privados. Esta é uma das principais características do espaço da favela. Portanto, pode-se dizer que há uma relação direta entre as partes que formam a comunidade.

Apesar de haver uma divisão socioespacial no interior da favela, diferenciando o Timbó de cima do Timbó de baixo, não há barreiras físicas que dividam essas zonas, visto que existem ruas que interligam fisicamente as duas zonas.

No que tange a conexão entre as ruas perimetrais - Rua Abelardo dos Santos e Rua sem nome 006/010 - e as internas - Rua Margarida Alves e Rua Rosa Lima dos Santos - há uma ligação direta, no entanto, esses acessos são sempre prejudicados pela existência de barreiras físicas.

Pode-se dizer que essa desarticulação estrutural entre as duas “cidades” dificulta a obtenção de muitas conquistas por parte dos seus moradores. A integração contribuiria para uma melhor qualidade de vida deles, possibilitando o acesso aos serviços públicos essenciais para vida de qualquer ser humano e à inclusão social. Milton Santos (1985, p. 48) comprova essa situação quando ressalta “[...] na medida em que um território é menos integrado politicamente, economicamente, ou pelos meios de transportes e comunicações, cada lugar é alcançado com defasagens pelas determinações da estrutura global”.

3.6.8 A Visão serial

Para decidir a sequência utilizada na apreensão do espaço urbano por meio da visão serial, levaram-se em consideração alguns critérios que, segundo Kohlsdorf, são imprescindíveis para captura das imagens: importância do valor histórico do cenário, a frequência dos usuários no espaço e acessibilidade a pontos focais. Diante desses critérios, fui caminhar pela comunidade para entender quais ruas se encaixariam. Então, percebi que as Ruas Travessa São Paulo e Rosa Lima dos Santos tinham uma grande concentração de pessoas em certos períodos do dia; as Ruas Antônio Camilo dos Santos e Maria Glória Alves foram as primeiras ruas que surgiram no Timbó; a Rua Nossa Senhora de Fátima é onde está localizado o PSF e a Creche. Foram realizados quatro percursos em cinco ruas, pois o percurso que teve início na Maria Glória Alves e continuou na Rosa Lima dos Santos, já que esta é interligada com a primeira. Através desses critérios é possível obter uma rota mais rica, envolvendo distintos tipos de ruas, da periferia (considerando o contato com o bairro), passando por ruas internas importantes.

Foram feitos mapas com as marcações correspondentes a cada estação onde houve registro perceptivo. Cada número equivale a uma estação. Após os mapas seguem as figuras enumeradas relacionadas a cada estação.

I. Percurso da Rua Travessa São Paulo (Mapa 7 pág. 165)

Este foi o primeiro percurso feito para a aplicação da visão serial. Percebeu-se que há um direcionamento de fluxos de pessoas com movimentação intensa nos horários de manhã cedo quando as crianças estão indo para a escola e os adultos para o trabalho, e no final da tarde quando estão voltando. No horário que as crianças estão voltando elas vêm em pequenos grupos e aproveitam para ficarem brincando na rua com os colegas. Um dos fatores que influencia nessa movimentação é o fato da rua proporcionar acesso direto da comunidade ao bairro. Mesmo não sendo acessível é uma rua muito utilizada pelos moradores.

O deslocamento das pessoas acontece a pé ou de moto, eram poucos os carros que passavam naquele horário, apesar de ser visto alguns parados na frente das casas, já que até um determinado trecho é possível o tráfego. De manhã muitas pessoas vinham do supermercado e ficavam conversando nas portas das casas.

Há um pequeno bar cuja mesa fica no espaço público e os homens ficam jogando dominó durante o horário de trabalho convencional, talvez isso signifique a existência de um sistema de subsistência diferente, como um trabalho noturno, periódico ou informal. Esta é uma das opções mais comum de lazer para os homens da comunidade. Os moradores exploram intensamente o potencial das ruas. Há uma mistura de usos, salões de beleza, lojinha de confecção e sorveteria misturadas às residências e muitas vezes funcionam no próprio domicílio. Os pontos comerciais no início da rua permitem ao morador uma boa localização.

No início da rua há uma casa de primeiro andar cujo térreo funciona uma lanchonete. A escada que dá acesso ao andar de cima, a tubulação externa e o porte da edificação chamam a atenção de quem está entrando na rua por se destacar entre as edificações vizinhas que são térreas e não possuem muro. Algumas casas apresentavam ferragens de coluna à espera da construção.

Observou-se que o início da rua é larga - medindo em torno de 4,90 m - e sem obstáculos. Mas, ao prosseguir encontra-se vários impedimentos, ou seja, barreiras que dificultam a mobilidade. Dentre os elementos destacam-se: boca de lobo elevada, lixo no chão, grande quantidade de pedras, garrafas PET e tijolos quebrados espalhados pelo chão. Há trechos onde é necessário desviar para conseguir transitar pela rua.

Notou-se uma declividade o que possibilitou em um determinado trecho a visão de toda a comunidade, da vegetação e da barreira que envolve a comunidade. Logo, pode-se considerar esse trecho como um mirante.

▪ Sequência de imagens apreendidas durante o percurso:



Figura 01: Acesso Largo e sem obstáculo.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 02: “Boca de lobo” elevada.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 03: Visão de toda a comunidade (mirante).
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 04: Pedras e lixo espalhados.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

MAPA 7: PERCURSO I.

II. Percurso da Rua Antônio Camilo dos Santos (Mapa 8 pág. 167)

Este segundo percurso foi realizado nesta rua por ter sido a primeira a ser criada na comunidade, tendo assim uma grande importância na história da comunidade.

O acesso desta rua é delimitado de um lado por um grande muro que envolve as casas que estão sendo construídas pela prefeitura e do outro por uma cerca onde ficam os coletores de lixo saturados que acabam dificultando a passagem de dois automóveis ao mesmo tempo. Portanto, pode-se considerar que os coletores são barreiras físicas e que ao adentrar, devido o muro ser comprido, ocorre uma continuidade longitudinal do espaço com o direcionamento da passagem. Entretanto, após passar por esse muro tem-se a sensação de alargamento da via.

Em um pequeno trecho observou-se que existem calçadas. No entanto, não são acessíveis, pois são pequenas, outras são altas ou têm poste na ponta. Algumas delas avançam o limite da rua.

Outro problema que influencia na acessibilidade são as barreiras físicas no meio da via. Percebe-se um grande volume de metralha e areia na frente de uma casa, como também, carroça parada e carro mal estacionado, resultando no impedimento da passagem de outro automóvel, passava apenas o pedestre ou no máximo um ciclista.

A infraestrutura desse setor não é das mais precárias, mas em determinados trechos há pontos de esgoto aberto pela rua.

As casas são térreas com muros e portões fechados isolando-se do espaço público e definindo os lotes. Há diferenças entre as casas, seja em relação ao acabamento que mostra as condições físicas ou pelos diferentes tamanhos percebidos. As vilas existentes na rua possuem uma forma diferenciada das casas, com corredor estreito e longo dando acesso aos quartos.

O bar e a igreja presentes no trecho contribuem para a movimentação da rua em determinados dias da semana. O bar transforma a rua, um espaço público, em extensão do espaço privado com inserção de mesas nos fins de semana devido a grande passagem de pessoas no local.

Em relação aos usos, há um predomínio do residencial, havendo a “Vila do Sossego” e a “Vila da Paz”, como também, poucos pontos comerciais, além do núcleo espírita NESE.

MAPA 8: PERCURSO II.

▪ Sequência de imagens apreendidas durante o percurso:



Figura 01: Direcionamento da passagem com os coletores e o muro.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 02: Sensação de alargamento da via. Calçadas desniveladas com poste inserido.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 03: Barreiras físicas: metralha e areia no meio da via.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 04: “Boca de lobo” na frente da calçada.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 05: Esgoto escorrendo pela rua.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

III. Percurso da Rua Maria Glória Alves e Rosa Lima dos Santos (Mapa 9 pág. 171)

O percurso foi iniciado na Maria Glória Alves, rua que passa longitudinalmente por toda a comunidade. Ao adentrar nota-se logo a diferença da largura em relação às anteriores. Ela é bem estreita e ainda apresenta uma grande abertura por onde passa o esgoto de toda a comunidade. Algumas casas improvisam com pequenas estivas na porta da casa, passando por cima do bueiro, para poder conseguir sair. Diante dessa configuração não é possível a passagem de automóveis. Essas características mostram que a viela foi originada pelo processo de expansão da área.

A organização de ruas internas como essa, não é convidativa e favorece o controle por parte dos moradores. Logo, não permite uma grande circulação de pessoas. Observa-se também que o contato entre os vizinhos não é tão íntimo como nos outros trechos analisados.

Diferente de outros assentamentos de grandes cidades, como a Rocinha no Rio de Janeiro que apresenta prédios com vários pavimentos, nesse setor do Timbó as construções são baixas apenas com pavimento térreo, algumas possuem muros baixos com portões, outras têm suas portas abrindo diretamente para o espaço público. Alguns muros são revestidos como retalhos de cerâmica aproveitados, remetendo à técnica da bricolagem que a autora Paola Jacques relata. Esse é um dos setores da comunidade que apresenta mais precariedade.

A maioria dos domicílios não possuem calçadas e avançam os limites da rua. É possível observar a presença de barreira física, como postes e a “boca de lobo” elevada no seu eixo que dificultam a mobilidade num espaço tão estreito.

Aproximando-se do final da rua já foi possível perceber o elemento que envolve toda a comunidade, a barreira transversal que contorna a Rosa Lima dos Santos.

Quanto aos usos, há um predomínio do residencial misturado a alguns pequenos pontos comerciais que funcionam na casa mesmo.

Saindo da Maria Glória Alves adentra-se logo na Rosa Lima dos Santos que é a rua que começa no bairro dos Bancários e adentra na extremidade da comunidade. Nesta, ocorre também um direcionamento de fluxo, como ocorre na

Travessa São Paulo, já que é a segunda rua que tem acesso direto ao bairro e a um dos pontos de ônibus que assiste à população da comunidade.

Esta é uma rua mais larga pela qual as pessoas se deslocam de carro, moto, bicicleta e a pé. Nota-se a presença de pessoas na porta das casas conversando, uma ação percebida em boa parte da área.

As casas são térreas, a maioria com muros e portões altos fechados que podem representar espaços cegos, poucas têm muro baixo e portões vazados que possibilitam a visão do espaço público, mas ao mesmo tempo protegem as portas de acesso a casa. Essa escala das construções em todo o trecho permite a visualização da barreira que corta transversalmente a comunidade.

Observou-se que essa é uma das ruas que tem melhor infraestrutura, pois é toda pavimentada e não possui nenhum esgoto aberto e as “bocas de lobo” são niveladas no piso não influenciando a mobilidade.

Em relação à acessibilidade, considerando o dimensionamento padrão das calçadas sendo de 2 metros, percebe-se que em um trecho da favela praticamente não existem calçadas pelo fato de serem muito estreitas. No entanto, ao continuar o percurso viu-se que no trecho que se aproxima do encontro com a Rua Nossa Senhora de Fátima as calçadas do lado direito são pavimentadas e são mais largas que as do lado oposto, mas não chegam perto da dimensão padrão.

Mesmo dotada de um mínimo de infraestrutura ainda visualizou-se alguns problemas: a sua alta declividade que dificulta bastante o acesso do pedestre e do ciclista que sobe a ladeira empurrando a bicicleta; a questão da localização de determinadas casas, que estão no sopé da barreira, correrem o risco de soterramento em períodos chuvosos e a questão do lixo que apesar de não haver no chão na maioria do percurso, há uma grande quantidade no final dela, que é lançado exatamente no sopé da barreira.

Quanto aos usos predomina o residencial, havendo apenas uma mercearia.

MAPA 9: PERCURSO III.

▪ Sequência de imagens apreendidas durante o percurso:



Figura 01: Rua estreita apresentando grande abertura para passagem de esgoto.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 02: Pequenas passarelas na porta da casa por cima do bueiro.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 03: Domicílios não possuem calçadas e avançam no limite da rua. “Boca de lobo” elevada dificulta mobilidade.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 04: Barreira física dificulta a mobilidade.
Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 05: No final da rua percebeu-se a barreira transversal que envolve toda a comunidade.



Figura 06: A Rua Rosa Lima dos Santos é uma das que apresenta melhor infraestrutura.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 07: Trecho da Rosa Lima dos Santos onde as calçadas são muito estreitas.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 08: Trecho com calçada mais larga pavimentada e alargamento da via no encontro com a Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 09: Declividade dificulta o acesso do pedestre e do ciclista.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 10: Lixo no sopé da barreira.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

IV. Percurso da Rua Nossa Senhora de Fátima (Mapa 10 pág. 175)

O quarto percurso foi realizado nesta rua por ser nela onde o PSF e a Creche que assistem à comunidade estão localizados.

Iniciado o percurso tem-se a sensação de que a rua é larga, toda pavimentada e sem lixo. Mas, este cenário existe apenas até o alinhamento da creche, pois passando desse trecho a impressão é que se trata de outra rua por causa da mudança da paisagem. A grande quantidade de pedras e lixo jogados nas

valas abertas no meio da rua, aliado à falta de pavimentação dificultam o trajeto pela rua. Outro fator que influencia o percurso é a questão da falta de calçadas que são totalmente ausentes após o trecho da creche.

Neste setor há uma mistura de escalas das construções, há casas de primeiro andar e casas térreas. Acontece também uma mescla nos acabamentos, poucas casas possuem reboco e são pintadas, a maioria é apenas no tijolo. Logo no início da rua já se percebe a diferença na escala entre as casas com um pequeno escalonamento. O PSF e a creche se destacam na rua pelo seu material de acabamento e por serem mais altos que as outras construções térreas. No trecho onde é pavimentado, as casas não possuem muros e os portões são feitos grade que abrem diretamente para o espaço público, possibilitando a visão do espaço externo. Mas na continuação do percurso percebe-se a mudança com a presença de muros e o edifício de um pavimento que está em construção e destaca-se do entorno.

A presença do PSF, creche, oficina de bicicleta e o mercadinho movimentam a rua com a presença das pessoas na rua. Assim, ocorre maior presença de automóveis, motos e bicicletas nesta rua, mesmo diante das condições físicas. Não se observa a presença de crianças brincando na rua.

A declividade presente na rua causa ao observador a sensação de cansaço. Alguns obstáculos como poste e bueiros abertos podem ser vistos à medida que vai descendo.

Prosseguindo no trajeto é possível obter uma visão da paisagem não só da comunidade, como também de uma parte de edifícios altos pertencentes à cidade formal e uma grande vegetação que os circunda. Ao descer a rua é possível apreender a barreira da Rua Margarida Alves que envolve longitudinalmente a comunidade e que fica paralela a Rua em análise. Como é um elemento físico alto é possível ser avistado de longe.

MAPA 10: PERCURSO IV.

▪ Sequência de imagens apreendidas durante o percurso:



Figura 01: Trecho da rua larga, pavimentada e sem lixo até a creche.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 02: Mudança da paisagem: pedras e lixo jogados nas valas abertas.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 03: Trecho sem calçadas, com início da declividade e obstáculo no meio da rua.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 04: Vista da paisagem, parte de edifícios altos da cidade formal e da vegetação.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.



Figura 05: Vista de parte da barreira da Margarida Alves.



Figura 06: Quadra desativada e Associação dos Moradores do Timbó

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

Fonte: Ana Luzia Pita, 2012.

Após realizar esses percursos apreendeu-se que a comunidade padece em quase todas as ruas com o mesmo problema, a falta de infraestrutura mínima que é essencial para sobrevivência de qualquer ser humano.

A partir das análises, foi possível constatar que a comunidade passou por diversas transformações na sua estrutura socioespacial. Desde o início da ocupação com seus barracos de madeira sem o mínimo de infraestrutura, passando a existir as casas de alvenaria com um pouco de infraestrutura até acontecer a divisão socioespacial de acordo com as condições econômicas dos seus moradores. Pode-se observar uma diversidade no perfil socioeconômico dos moradores da comunidade. Essa diversidade apresenta-se através dos padrões construtivos das casas o qual está diretamente relacionado ao poder aquisitivo do morador. Deste modo, veem-se algumas casas, em determinados trechos, com automóveis na garagem e eletrodomésticos modernos, já em outros, casas pequenas e mais precárias localizadas em área de difícil acesso do pedestre e de automóveis. A questão do revestimento externo das casas é pouco presente, existindo apenas em algumas.

No início da ocupação predominavam os barracos de madeira e a sua inserção na área se dava de forma espontânea, diferentemente de hoje que é preciso pagar, seja o aluguel ou compra, nos lugares mais difíceis de serem acessados e desprovidos de infraestrutura. O uso antigamente era exclusivamente residencial e hoje há uma associação com as atividades de comércio.

Percebeu-se a existência de casas térreas, como também, prédios e casas de um pavimento que se destacavam das outras edificações existentes dentro da favela, seja pelo seu tamanho ou pelo material de acabamento. Era comum a presença de construções ou reformas o que comprova a atuação do mercado imobiliário informal na comunidade. As ampliações acontecem geralmente de acordo com as necessidades e condições econômicas de cada morador, originando construções com características formais que entram em conflito com as normas que regulam as construções da cidade formal. Sendo assim, pode-se dizer que o Timbó possui seus elementos formais diferenciados, como a tipologia habitacional e o modo de ocupação, em relação ao seu entorno. A unidade habitacional pode passar por uma mudança de uso sem precisar cumprir normas, assim, a sala de uma casa pode ser transformada em uma mercearia ou salão de beleza. Diante disso, fica

claro que no espaço da favela há a liberdade de construir, como é proposto pelo arquiteto John Turner.

Essa liberdade de construir influencia nas características do parcelamento do solo e na forma de implantação das edificações no lote. A extinção de terrenos na favela resulta na ocupação das construções em quase toda a parte da área disponível, ocasionando assim, problemas de conforto quanto à iluminação e à ventilação das casas - devido aos afastamentos mínimos ou nulos entre as edificações - e um grande adensamento na área. A organização espacial das moradias acompanhando as curvas de nível originam vielas tortuosas e acidentadas, as quais estão conectadas às vias principais da comunidade, permitindo o acesso às moradias implantadas em diferentes níveis.

No início da ocupação a água era retirada do Rio Timbó, atualmente é distribuída por uma rede de abastecimento pública, mas em setores mais altos ainda é difícil o acesso por não haver pressão suficiente. O esgotamento sanitário sempre precário foi agravado pelo adensamento construtivo e pela inexistência de uma rede de coleta adequada em toda a comunidade. Percebe-se então, que nem todas as transformações ocorridas na comunidade foram positivas.

A estrutura espacial da comunidade contribui para a ação do tráfico, as vielas e o traçado irregular do sistema viário local dificultam a ação dos policiais. Quanto à relação dos traficantes com os moradores da comunidade, há uma dualidade, alternando relações de violência e assistencialismo.

Um problema sério visualizado é a questão do lixo. É fato que há poucos coletores distribuídos na comunidade, mas isso não justifica o lançamento do lixo em qualquer lugar, muito menos no rio. Foi presenciada em uma das visitas a cena de uma moradora com um balde de lixo jogando ao lado do coletor que estava na Antônio Camilo dos Santos. Quando outra moradora perguntou por que tinha feito isso, ela respondeu que já havia uma grande quantidade de lixo lá e que o dela não ia fazer a diferença. Essa rua fica bem próxima ao Rio Timbó e quando chove o lixo vai todo para o Rio, ocasionando poluição e assoreamento do mesmo. Logo, há uma necessidade de conscientização da parte de alguns moradores na tentativa de amenizar determinados problemas.

A Rua Nossa Senhora de Fátima surpreendeu com a mudança brusca da paisagem. Daí vem a pergunta: por que não calçar o restante da rua? Quando eu estava caminhando pela comunidade os moradores me abordavam perguntando se

finalmente iam calçar a rua deles ou se eu ia trabalhar lá para melhorar suas condições de vida. Então, nota-se que há esperança dos moradores em um dia mudar aquele espaço para que alcancem uma qualidade de vida.

Observei também que as ruas do Timbó I ou Timbó de Cima sofrem menos com os problemas, pois as ruas não são tão precárias. Apesar de algumas serem estreitas que é característica comum de todo assentamento informal, elas são mais limpas. Contudo, alguns trechos têm o problema da falta d'água devido à pressão que não é suficiente para alcançar.

Pode-se dizer que há uma divisão socioeconômica entre os moradores da comunidade. Essas diferenças são percebidas pela qualidade, tamanho do domicílio e pela sua localização dentro da comunidade.

Nota-se que a estrutura espacial da rua influencia diretamente no convívio entre os moradores, uma vez que nas ruas mais segregadas - becos e vielas muito estreitos e com condições de habitabilidade muito precárias - a forma das casas e usos existentes não contribuem para um maior contato entre moradores; nas ruas mais largas que ligam a comunidade ao bairro, nas que têm usos diversificados ou a presença de equipamentos públicos - PSF e a creche - havia uma maior circulação de pessoas.

Mesmo diante de tanta precariedade é importante ressaltar que foi possível visualizar uma importante riqueza no meio da comunidade, a questão das relações de vizinhança. A preocupação com o próximo, a conversa na frente de casa são ações valiosas encontradas na favela, ao contrário da cidade formal. Essas ações geram uma rede social com forte ligação entre moradores. Essa rede pode ajudar a amenizar os problemas do dia a dia e tornar-se uma estratégia de sobrevivência de quem mora na favela, como mostra o depoimento de uma moradora que em uma conversa informal revelou que gosta de morar na comunidade, pois tem muitos amigos e sempre que precisa de algo tem a quem recorrer. Ela disse ainda que se não fosse a falta de infraestrutura do local tudo seria maravilhoso, já que ela tem sua casa em uma região bem localizada na cidade, perto de tudo, afirma.

A rua da favela exerce uma importante função na socialização. Esse espaço público torna-se flexível por estar sempre conectado às portas das casas, como também possibilita vários usos, desde o lazer até pontos de encontro, uma vez que não possui áreas específicas para determinadas funções. A casa abre-se para a vida coletiva de modo a quebrar qualquer barreira existente entre ela e a rua. Assim,

possibilita a integração entre o público e o privado. Portanto, não há uma hierarquia espacial na comunidade, não existe uma separação entre o espaço público, semipúblico, privado e semiprivado.

Indicadores como configuração das ruas, tipologia e características físicas do espaço influenciam para que a apropriação do sítio seja mais ou menos atraente para determinadas camadas sociais em função dos custos de acesso a terra e de manutenção - como, por exemplo, pagamento de impostos – além da capacidade do espaço responder ao comportamento e estilo de vida. Fatores como esses são decisivos na hora que a população carente vai escolher onde morar.

As evidências espaciais mostram que a forma urbana do espaço informal pode influenciar nas perspectivas de vida dos seus habitantes. O fato da localização afeta diretamente o acesso à renda e à educação, limitando as oportunidades de trabalho e de melhores alternativas de escola, diante de um cenário marcado pela carência de bem-estar social. Com isso, surgem as alternativas de trabalhos fortuitos, informais que é quando os moradores aproveitam a circulação na rua para abrir pequenos comércios e oficinas com a adaptação da casa, objetivando a obtenção de renda extra.

Diante do exposto, pode-se dizer que a comunidade do Timbó é uma área segregada, sócio e espacialmente, da cidade, uma vez que seus moradores são impedidos de exercerem o papel de cidadão e são excluídos da sociedade por morarem na favela. Esta população está sempre à espera do poder público para melhorar suas condições de vida. As características particulares do sítio e a complexidade dos problemas a serem solucionados, fazem da urbanização do Timbó um projeto complexo e de custo elevado, uma necessidade imprescindível dos moradores.

Conclui-se que a ineficácia das ações ou até mesmo a falta delas por parte do poder público propondo programas habitacionais que atendiam apenas a população de média e alta renda, agravou o problema da provisão habitacional para população de baixa renda, resultando assim, na intensificação da ocupação em áreas irregulares com o aumento contínuo de densidade construtiva e habitacional nessas áreas, além de exacerbar a escassa infraestrutura existente. Com isso, a forma urbana originada por essas invasões é totalmente definida pelos invasores que atuam a partir das suas necessidades e condições financeiras, decidindo desde a formação dos lotes, a dimensão de suas casas, a orientação, até os elementos

construtivos. Daí, a cada invasão passa a serem constituídas as quadras. Essa estrutura espacial torna-se identidade própria desse sítio, podendo ser também percebida no entorno das edificações, decorrente do conhecimento compartilhado de soluções espaciais e tecnológicas próprias do lugar.

Em relação à morfologia da comunidade do Timbó, conclui-se que esta é originada em resposta às diferenças sociais as quais estão submetidas sua população. Essa morfologia demonstra ainda, o nível de espoliação urbana do segmento populacional de baixa renda e também dos sem rendimento, a quem o direito de morar e viver com dignidade é bem dificultado ou mesmo negado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao considerar a situação de escassez das cidades nos países em desenvolvimento, observa-se que a população de baixa renda ou mesmo a que não possui renda não tem acesso garantido aos meios legais da cidade, necessitando assim, criar um meio com sua própria organização socioespacial - baseada em valores próprios, ela responde às suas necessidades básicas e expõe todos os anseios da população que para sobreviver passa a viver na informalidade. A sobrevivência está relacionada também ao apoio nas redes sociais - a solidariedade - criadas através de vínculos instituídos com a convivência no local, e no trabalho informal.

Reafirma-se que a favela do Timbó é segregada, sócio e espacialmente, em virtude das condições de precariedade do lugar, com a escassez de infraestrutura e a falta de habitabilidade das moradias que deixam a população vivendo em condições sub-humanas. O fato de morar nesse espaço exclui o morador socialmente de muitas oportunidades de emprego e de ter seus direitos de cidadão. Logo, é negado o acesso à cidade urbanizada com todos os serviços públicos e principalmente a moradia digna de ser habitável. É possível perceber essa segregação desde o limite entre o bairro e a Comunidade do Timbó, a partir da heterogeneidade dos espaços, uma vez que de um lado da via - Rua Aberlado dos Santos - ficam as casas mais precárias da favela e do outro, as casas maiores com acabamento diferenciado e boas condições de habitabilidade, ainda, destaca-se o edifício que se torna ícone de contrastante de diferenças socioeconômicas em virtude do seu padrão de acabamento e tipologia habitacional. A segregação também pode ser percebida internamente através da falta de infraestrutura com esgotos abertos na frente das casas, algumas precisam até construir pequenas pontes para conseguir sair.

A população de assentamentos irregulares, como por exemplo, o Timbó, não tem condições de sozinha realizar melhorias da forma construída e assim, obter a consolidação do seu espaço. Por conseguinte, essa população precisa da ajuda da administração estatal para melhoria da infraestrutura local que é essencial para sobrevivência. Busca-se através dessas intervenções a melhoria de vida dos moradores e conseqüentemente, o acesso garantido à cidade legal através da inclusão social.

Neste contexto, a sistematização de ideias apresentadas nesse trabalho pode embasar análises de favelas e/ou estudos preliminares para projetos de urbanização que tenham similaridade com a área estudada. É importante ressaltar que o processo de elaboração desses projetos e de execução das obras são também essenciais para a formação da cidadania dos moradores da favela, uma vez que uma intervenção realizada com qualidade é um fator importante para a consolidação dos direitos do ser humano.

A título de conclusão, será exposto um conjunto de diretrizes urbanísticas, considerando o respeito aos direitos humanos de todo cidadão com ações que visam amenizar ou resolver os problemas urbanísticos e ambientais da favela do Timbó, e assim, proporcionar ao lugar melhores condições sanitárias, conforto e segurança, garantia de melhoria na qualidade de vida e no habitat dos moradores, além, da integração social entre os moradores da favela e do bairro. Essas diretrizes podem auxiliar profissionais ou até mesmo a associação dos moradores no desenvolvimento de melhorias ou de futuros projetos de urbanização para a favela do Timbó.

Ao intervir com projetos de melhoria em assentamentos informais é imprescindível o conhecimento das formas de apropriação socioespacial, envolvendo a forma de viver e de se relacionar no local, para que deste modo se obtenha um conjunto adequado de decisões técnicas como resposta às expectativas e necessidades dos moradores. Por isso, buscou-se apreender como os moradores do Timbó apropriam-se do espaço, entendendo a vivência e as suas expectativas, para poder produzir as diretrizes urbanísticas que podem guiar futuras intervenções na favela. É válido salientar que essas diretrizes não são a ferramenta milagrosa capaz de mudar a vida dos moradores, mas podem ajudar a mitigar os problemas existentes, proporcionando melhores perspectivas de vida. Ressalta-se também que elas não constituem uma adoção de regras a serem seguidas, mas sim, a constituição de recursos urbanísticos associados à delimitação dos espaços públicos e privados, além do procedimento de manutenção do meio urbano da favela, para que possam proporcionar melhorias.

I. Controle do uso e ocupação do solo e manutenção após a urbanização

Criar normas de controle urbanístico que auxiliem na gestão e monitoramento do uso e ocupação do solo no espaço da favela, para que assim, se obtenha melhoria de habitabilidade, evitando a insalubridade e o superadensamento na favela. Estas normas devem ter uma linguagem de fácil compreensão dos moradores e ser discutidas com a comunidade.

É importante destacar também a necessidade da manutenção urbana após a conclusão das obras de urbanização. Moradores do Timbó e membros da associação podem receber cursos de qualificação para repassar a orientação quanto à construção, ampliação ou reforma das casas dentro da favela; técnicos da prefeitura e a participação de estudantes universitários poderiam passar as informações, objetivando a manutenção da qualidade da obra de urbanização e qualificação habitacional. Ações como essas podem evitar a construção em áreas impróprias ou de risco e obter um determinado controle urbano no interior da favela. Outra ação importante é o trabalho de pós-ocupação pelos arquitetos, engenheiros, sociólogos e assistentes sociais desenvolvendo ações socioeducativas e técnicas de manutenção das áreas públicas passando aos moradores dicas de utilização e manutenção do espaço.

II. Ações que visam à integração ao bairro

A integração socioespacial pode ser alcançada através da implantação de serviços básicos de infraestrutura como: esgotamento sanitário, redes de água, drenagem, pavimentação, transporte e coleta de lixo. Estes são serviços indispensáveis para criar condições de integração com o entorno urbanizado.

A pavimentação de ruas principais da favela como: Antônio Camilo dos Santos, Travessa São Paulo e Nossa Senhora de Fátima (Mapa 4 pág.129), de modo a torná-las trafegáveis, possibilitando a passagem de uma linha de transporte público por dentro da favela permite a integração com o bairro. A inserção do comércio e serviços - creches, mercadinhos, casas lotéricas, escolas de cursos de qualificação e correios - nessas ruas, além do existente na periferia da favela, pode proporcionar maior lucro para os moradores e ainda possibilitar a inclusão social, uma vez que seriam ruas com grande fluxo de pessoas devido à passagem do transporte público. Para viabilizar e incentivar a abertura do comércio e serviços é importante criar um crédito ao microempreendedor, já que muitos não têm condições

de abrir o próprio negócio. A Travessa São Paulo tem grande potencial por ter ligação direta com o bairro, podendo ser frequentada pela população não só da favela, mas também, do bairro. Na Nossa Senhora de Fátima estão localizados o PSF e a creche da comunidade, sendo frequentada por grande parcela da população. Deste modo, haverá uma maior possibilidade de inclusão social entre os moradores das duas “cidades”, a favela e o bairro.

Outro fator que contribui para a integração é a localização de áreas de sociabilidade e/ou lazer, como por exemplo, as praças. Estas inseridas em áreas de congruência com o bairro - como na área com risco de soterramento (Mapa 3 pág. 117) cuja população será removida para as casas construídas no terreno contíguo ao Timbó - podem possibilitar a inclusão social ao ser frequentada também pelos moradores do bairro.

As áreas de riscos de soterramento e desmoronamento do Timbó (Mapa 3 pág. 118) onde haverá remoção dos moradores podem ser aproveitadas para a execução de espaços qualificados com mobiliário urbano, equipamentos para lazer, esporte e realização de atividades comunitárias acessíveis a todo o bairro. Esse mobiliário pode ser produzido pelos próprios moradores do local para que se obtenha uma economia nos custos da urbanização.

O Centro de Treinamento São José Operário, localizado na Rua Antônio Camilo dos Santos, pode ser designado como espaço para aulas de artes, música e dança, possibilitando assim, a inclusão social e o engajamento no mercado de trabalho, além de tirar adolescentes da violência e das drogas. O espaço do Centro é designado para as aulas de dança e os cursos profissionalizantes, mas atualmente está ocioso, pois as atividades acontecem esporadicamente.

A criação de escolas e creches que atendam às necessidades da população do Timbó, prevendo proteção à criança e ao adolescente, pode facilitar a vida dos pais que muitas vezes deixam de trabalhar por não terem com quem deixar seu filho, além de contribuir para o aumento do nível de alfabetização dos moradores.

O terreno da favela do Timbó está inserido em uma região de morros e beira de córregos. Geralmente regiões de assentamentos irregulares se encontram em áreas do entorno de grandes obras públicas executadas com visão setorial, e consequentemente, não estão integrados à estrutura urbana do bairro, uma vez que a urbanização acontece nos limites do bairro não se estendendo até o interior da favela. É importante que essa urbanização setorial esteja associada a intervenções

mais amplas, adentrando no espaço da favela. Neste sentido, a urbanização da favela tem que ser reconhecida como parte do bairro e como espaço acessível e de interesse de todos. Logo, o projeto de urbanização não pode ser voltado unicamente para solucionar os problemas internos à favela, mas sim, de toda a cidade. Assim, ressalta-se que foi nesse sentido que procuramos elaborar as diretrizes as quais podem contribuir para a integração entre a favela e o bairro, e ambos à cidade formal.

III. Abastecimento de água e sistema de esgoto

Geralmente os setores de assentamentos irregulares não são considerados nos planos setoriais de abastecimento de água. No caso o Timbó, ele é considerado pela companhia de água e esgoto da cidade, a CAGEPA, tendo o abastecimento - mesmo sendo irregular - realizado pelo reservatório geral da companhia. No entanto, como o Timbó está inserido em uma área de grande declividade, a água não tem pressão suficiente para abastecer os setores mais altos da comunidade. Portanto, a criação de um reservatório próprio de água dentro da favela, sendo instalada num ponto elevado, pode resolver o problema da pressão e garantir melhoria no abastecimento à população do Timbó.

Para a implantação da rede de esgoto é indispensável verificar a possibilidade de lançamento do esgoto coletado da favela na rede pública do bairro, bem como as condições operacionais para a implantação e execução da rede. A inserção da rede de esgoto pode contribuir para diminuir os índices de doenças causadas através do contato com o solo contaminado pelas águas servidas.

É importante ressaltar que concomitantemente às obras de infraestrutura, seja realizada a inspeção das instalações sanitárias das casas e substituídas as consideradas inadequadas.

IV. Contenção da barreira e recuperação do Rio Timbó

Deve-se prever a contenção das barreiras, localizadas na Rua Margarida Alves e na Rosa Lima dos Santos, através de elementos de contenção como: redes de alta resistência que permitem a recomposição da vegetação, ou gabiões associados à drenagem das águas pluviais e inserção de taludes com vegetação no

sopé das barreiras. Deste modo, evita-se a reocupação indevida das áreas próximas, além de possibilitar a recuperação ambiental e sua utilização como espaços de sociabilidade e lazer.

Os moradores que estão próximo ao Rio Timbó destroem a mata ciliar no intuito de construir suas casas e sofrem com as enchentes (Mapa 3, pág. 117) em tempos de chuva. Essa ocupação associada à questão do lançamento do lixo acarreta na poluição do Rio do Timbó. Logo, tem-se a necessidade da dragagem do rio nas proximidades da Comunidade.

Na área com risco de alagamento que é de preservação ambiental, devem-se remover as habitações que se encontram em uma faixa inferior a 30 m do Rio Timbó, prevendo o reflorestamento deste trecho, tornando-o não edificante.

É importante montar uma equipe multidisciplinar formada por arquitetos, engenheiros, sociólogos e assistentes sociais para realizar a conscientização dos moradores com ações de educação social, sanitária e ambiental expondo a importância da manutenção da área, da limpeza e de não reocupar as áreas de riscos.

V. Coleta de lixo

A eficiência da coleta de lixo está relacionada também ao nível de conhecimento da população sobre a sua importância para sua saúde e ao sistema adotado. Com isso, é necessário trabalhar a conscientização de toda população moradora da favela com a educação sanitária, mostrando os problemas que o lixo pode acarretar e a necessidade de incentivar o lançamento dele nos coletores.

Baseado nas ações diferenciadas do programa Favela Bairro - que é reconhecido como o melhor exemplo da incorporação efetiva de operações urbanas integradas, envolvendo a provisão de infraestrutura (BRAKARZ, 2002) - uma das estratégias é a inserção de contêineres com rodas e tampas nas ruas maiores e de maior fluxo do Timbó, como: Antônio Camilo dos Santos, Travessa São Paulo, Margarida Alves, Nossa Senhora de Fátima e Rosa Lima dos Santos (Mapa 4 pág. 129). Completando o sistema de coleta de lixo - embasado agora pelo sistema da Favela Santa Lúcia II estudada anteriormente - sugere-se a implantação de lixeiras moduladas que podem ser acopladas de acordo com a necessidade da via e distribuídas pelas ruas oficiais e vielas do Timbó. As lixeiras moduladas podem

mitigar o problema da escassez de coletores no meio urbano do Timbó, já que cada rua terá seu módulo, além de poderem ser inseridas até nas vielas que são estreitas. A coleta nas lixeiras e nos contêineres das ruas acessíveis - ruas supracitadas - poderá ser realizada pelo carro da coleta do sistema público, já nas vielas mais segregadas acontecerá através de carros de tração manual, os quais levarão o lixo para uma grande área - localizada na Rua asfaltada sem nome 006/010 (estrada que dá acesso ao Bairro Altiplano Cabo Branco) (Mapa 3 pág. 117) - onde atualmente fica armazenado o lixo (fig. 42) à espera do carro para ser retirado e levado para o aterro. A coleta de lixo terá horário programado e acontecerá diariamente.



Figura 42: Área destinada ao abrigo temporário de lixo.
Fonte: Google Earth, 2012.

VI. Construção de novas unidades habitacionais

O Projeto Santo André Mais Igual mostrou que a designação de espaços de comércio e serviços pode trazer a expansão das oportunidades de geração de renda, como citado anteriormente. Então, para a construção desse espaço, propõe-se a remoção de algumas casas localizadas nas ruas Antônio Camilo dos Santos, Travessa São Paulo e Nossa Senhora de Fátima (Mapa 4 pág. 129); além da remoção das localizadas em áreas de risco. A população removida dessas áreas será locada em um terreno próximo à comunidade, ao lado do Timbó I (fig. 43). A localização do terreno contribui para manter os laços sociais e culturais, já que os moradores continuam no mesmo ambiente. O terreno, que faz parte de uma granja, poderá ter o direito de aquisição atribuído ao Município através do Direito de Preempção, para fins de regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.



Figura 43: Terreno próximo à comunidade, ao lado do Timbó I.
Fonte: Google Earth, 2012.

Os próprios moradores podem ser qualificados para trabalhar na construção das novas habitações. Em troca do trabalho eles teriam direito a casa. Muitos moradores são desempregados, então o investimento na qualificação destes pode baratear o custo da mão-de-obra, além de proporcionar a possibilidade de um futuro emprego.

Outro fator importante a ser pensado ao promover a remoção, além da produção habitacional, é a criação de financiamentos compatíveis com as condições financeiras da população carente, bem como, conceder financiamentos a juros baixos para que possam obter material para construir ou melhorar as condições de habitabilidade.

Quanto às habitações consolidadas como, por exemplo, as casas em melhor estado de conservação, deve-se prever melhoria das condições físicas e higiênicas das moradias através da Assistência Técnica Pública e Gratuita, Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

Várias diretrizes foram apresentadas, mas é imprescindível associar várias medidas e ações que vão desde a regularização fundiária que envolve segurança, habitabilidade e salubridade, ações integradas - de inclusão social, habitação e saneamento - até a recuperação ambiental, amenizando os impactos ambientais. A participação dos próprios moradores tem um papel fundamental uma vez que ao atuarem através da construção das casas, por exemplo, a qualidade torna-se garantida e prazerosa, considerando o valor social e humanitário dessa participação.

Acredita-se, portanto, que a implementação dessas ações ou indicadores expostos podem ajudar a promover uma nova forma de ordenamento da expansão das favelas, estando de acordo com as particularidades do espaço, bem como mitigar as fronteiras urbanísticas, sociais e simbólicas entre a favela e o bairro onde está inserida. Deste modo, podem ser atingidas melhores condições de habitabilidade e consequentemente, de vida para os moradores do Timbó. É importante ressaltar que não podemos agir desconsiderando as particularidades de sua estrutura urbana, o seu reconhecimento é essencial para garantir o alcance da equidade social com condições de vida mais digna numa sociedade mais equitativa.

Por fim, espera-se que as ideias apresentadas neste trabalho possam ajudar a pensar e planejar uma cidade mais justa e humana, cujas desigualdades sejam suavizadas, tornando possível o acesso de grande parte da população a uma cidade mais igualitária, podendo exercer o papel de cidadão com toda a dignidade e seus direitos garantidos pela constituição, mas principalmente o de uma moradia digna.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Mauricio de Almeida. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro**. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV, nº 37. São Paulo: NERU, 1994.

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAÚJO, Luciana. **A produção do espaço intraurbano e as ocupações irregulares no Conjunto de Mangabeira, João Pessoa-PB**. Dissertação de mestrado - UFPB. João Pessoa, 2006.

BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas Políticas Habitacionais Brasileiras nos anos de 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André**. Dissertação Universidade de São Carlos-SP. São Paulo, 2006.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Segregações urbanas. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. P. 115-126.

BONDUKI, Nabil Georges. **Habitat - As Práticas Bem Sucedidas em Habitação, Meio Ambiente e Gestão Urbana nas Cidades Brasileiras**. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Origens da Habitação Social no Brasil, Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAFESP, 1998.

BRAKARZ, José. **Cidades para todos: a experiência recente com programas de melhoramentos de bairros**. IDB Bookstore. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2002.

BRASIL. **Documento de Política Nacional de Habitação – Documento Preliminar**. Brasília, DF, 2002.

BUENO, Laura. **Projeto e Favela: Metodologia para projetos de urbanização**. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2000.

CANEGAL, Ana Carolina. Fronteira urbana: uma discussão sobre a relação entre a Cruzada São Sebastião e o Leblon. **Desigualdade & Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, nº 7, p. 81 -114, 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana. México: Siglo XXI, 1977.

_____. **A Questão Urbana**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra S.A., 2009.

CLILSON JÚNIOR. **Amorim denuncia ao Ministério Público, contaminação da água no Vale do Timbó em João Pessoa**. Clickpb, João Pessoa, 17 agos. 2009. Caderno notícias. Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/amorim-denuncia-ao-mp-contaminacao-da-agua-no-vale-do-timbo-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: fevereiro 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edição 70, 1983.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. Tese de doutorado FAU-USP. São Paulo, 2003.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DUARTE, Cristiane Rose Siqueira *et al.* **Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção em favelas do Rio de Janeiro**. São Paulo: Pró-Editores, 1996.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

EUFLÁVIO, José. Saldo da enchente: chuvas provocam estragos durante dois dias e mais de 300 casas ameaçam cair em João Pessoa. **GiroPB**. João Pessoa, 21 de maio 2011. Caderno Paraíba. Disponível em: <<http://www.giropb.com.br/chuvas-provocam-estragos-durante-dois-dias-e-mais-de-300-casas-ameacam-cair-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: julho de 2011.

FAC (Fundação de Ação Comunitária). **Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita**. João Pessoa, 1998.

_____. **Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita**. João Pessoa, 2002.

FARIAS, Ana Maria. **Moradia e Conflito: os programas de urbanização de favelas**. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais da UFPB. João Pessoa, 1999.

FINEP (Financiadora de estudos e projetos); GAP (Grupo de Arquitetura e Planejamento). **Habitação popular: inventário da ação governamental**. Rio de Janeiro: Garili Artes Gráficas e Editora, 1985.

FIPLAN (Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba). **Relatório da pesquisa Populações de Baixa Renda: Origem e Aspirações**. João Pessoa, 1983.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. 3ª edição. Campinas: Papirus, 2006.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold, 1973.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne. **The social logic of space**. Londres: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA Frederico. **Brasília: Cidade moderna, cidade eterna**. Anexo I. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNB, 2010.

_____ *et al.* Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - ANPUR**. Número 3, setembro de 2000.

IBGE. **Estudo demográfico – censo 2000**. João Pessoa: Secretaria do Planejamento – Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2000.

IBGE. **Estudo demográfico – censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Abril 2012.

JACQUES, Paola Berenstin. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JÁUREGUI, Jorge. **Favelas: articulação urbana no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/favelas2.html>>. Acesso em: Março 2010.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LABHAB (Laboratório de Habitação) - FAUUSP. **Parâmetros técnicos para a urbanização de favelas**. Relatório final. São Paulo, 1999.

LAMAS, José Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª edição. Lisboa: Gulbenkian, 2004.

LLARENA, Marco Antônio Almeida. **O estudo do meio como uma alternativa metodológica para abordagem de problemas ambientais urbanos na educação básica**. Dissertação de Mestrado PPGG/UFPB, 2009.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986**. João Pessoa: UFPB, 1992.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo dos cinquenta anos**. Niterói: UFF, 2009.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
LOJKINE, Jean. **El marxismo, el estado y la cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1979.

MACENA, Graça. Chuvas alagam ruas de JP e provoca deslizamento de barreiras no Timbó e Cabo Branco. **ExpressoPB**. João Pessoa, 12 de abril 2011. Caderno Cidades. Disponível em:
<<http://expressopb.com/2011/04/chuvas-alagam-ruas-de-jp-e-provoca-deslizamento-de-barreiras-no-timbo-e-cabo-branco/>>. Acesso em: Julho de 2011.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: segregação e o Estado**. Espaço & Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan/jul, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: desigualdade, ilegalidade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NEIRA ALVA, Eduardo. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ORRICO, Kesia da Costa. **O solo urbano do Bairro dos Bancários: a questão da espacialização da ocupação**. Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

PARK, Robert Ezra. The urban community as a Spatial Pattern and Moral order. In: BURGESS, Ernest Watson (org.). **Urban Community**. Chicago: University of Chicago Press, 1926.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest Watson. **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

PASTERNAK, Suzana. **Política Habitacional no Brasil: retrospectivas e perspectivas**. Cadernos LAP 21, São Paulo, 1997.

_____. **Tendências recentes na política de desfavelamento brasileira**. Sinopses USP. N° 28, p. 48-66, São Paulo, 1999.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008, v. XII, n. 270, agosto de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Código de Urbanismo da cidade de João Pessoa – PB**. João Pessoa, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. In: RASSI, Elias Neto; BÓGUS, Cláudia Maria. (org.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada**. Brasília: OPAS, série técnica 3, p.155-182, 2003.

Ricardo Coutinho anuncia projeto que beneficia 198 famílias do Timbó. **Clickpb**, João Pessoa, 5 feve. 2010. Caderno notícias. Disponível em: < <http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/ricardo-coutinho-anuncia-projeto-que-beneficia-198-familias-do-timbo//>>. Acesso em: fevereiro 2012.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10^a Edição. São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social**. Revista Polis, nº 29. São Paulo: 1997.

ROSSETTO, Rossella. **Organismos internacionais e autoconstrução: análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda**. Dissertação de mestrado FAUUSP. São Paulo, 1993.

SABINO, Genilda Maria. **Dinâmica de uso e ocupação do solo e agravantes ambientais no Timbó**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2001.

SANTOS, Jacqueline. Com a verticalização, muda o conceito de moradia da Paraíba. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 1 agosto 2010. Caderno Cidades. Disponível em: <http://www.paraiba1.com.br/Noticia/45923_verticalizacao-muda-conceito-de-moradia-na-paraiba.html>. Acesso em: março 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh. **A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

_____. **Cidade, habitus e cotidiano familiar**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

_____. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais.** João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

Secretaria Municipal de Habitação de João Pessoa (SEM HAB). **Relatório de prognóstico e proposições de intervenção.** Volume I. João Pessoa, 2006/2007.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PMJP. Ricardo assegura mais R\$ 7,7 milhões para habitação e urbanização. **Portal Correio**, João Pessoa, 6 jun. 2008. Caderno Cidades. Disponível em: <<http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=37460>>. Acesso em: fevereiro 2012.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Percursos, significados e permanência das favelas cariocas (1930-1964).** Tese de Doutorado – PPGG/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

SORRENTINO, Pollyana. Moradores do Timbó temem deslizamento de barreira por conta da chuva. **Portal Correio**. João Pessoa, 17 de junho 2010. Caderno Cidades. Disponível em: < <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=139118>>. Acesso em: Julho, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SUASSUNA, Marcos Antônio. **Segregação socioespacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José em João Pessoa PB.** Revista Arquitectos, nº 72. João Pessoa-PB, 2006.

TEIXEIRA, Ana. Especulação eleva em 900% preço do imóvel. **Portal Correio**. João Pessoa, 21 de junho 2009. Caderno Economia. Disponível em: <<http://www.portalcorreio.com.br/jornalcorreio/matImprimir.asp?newsId=87322&siteId=jornalcorreio>>. Acesso em: Agosto, 2011.

VALLA, Victor (Org.). **Educação e favela.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A Gênese da Favela Carioca. A produção Anterior às Ciências Sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 15, n. 44, outubro 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

**ANEXO A - ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - BAIRROS E AGLOMERADOS,
SEDES/PMJP (2000)**

ANEXO B – RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS URBANOS SEPARADOS POR BAIRROS

ORDEM	BAIRRO	AGLOMERADO	AREA(M ²)	TIPO DE PROPRIEDADE
1	VARADOURO	Porto do Capim	19.954,45	Domínio da União - leito de rio
		Frei Vital	3.603,21	Domínio da União-Gerencia Regional da Paraíba
		Feira Mulungu	6.590,49	Domínio da União - Gerencia Regional da Paraíba
		Vila Caiafu	6.120,84	Domínio da União - Gerencia Regional da Paraíba
		Nassau	15.120,67	Domínio da União - leito de rio
		Praça 15 de Novembro	270,00	Domínio da União -Gerencia Regional da Paraíba
		Comunidade Nova II/ Trapiche	9.197,91	Domínio da União - leito de rio
		Sanhauá	4.945,19	Domínio da União
		Vila Uniao I	1.130,00	Domínio da União - leito de rio
2	RÓGER	Asa Branca	20.256,52	Invasão de propriedade pública estadual
		Favela do "S"	45.656,28	Domínio da União
3	TAMBIÁ (JARDIM DAS ACACIAS)	Felipéia	20.256,52	Invasão de propried. privada e domínio da União - leito de rio
4	ILHA DO BISPO	Aratu	28.933,48	Domínio da União - leito de rio
		Vila União I	11.266,90	Domínio da União - leito de rio
		Santa Emília de Rodat / Cangote do Urubu	133.871,26	Invasão de propriedade publica e privada-domínio da União
		Buraco da Gia	38.280,28	Domínio da União - leito de rio
		Tanque	74.763,61	Domínio da União - leito de rio
		Redenção	60.122,83	Domínio da União
5	TRINCHEIRAS	Renascer I	80.993,63	Doação de propriedade publica
		Saturnino de Brito	26.723,95	Invasão de propriedade publica
6	JAGUARIBE	Paulo Afonso III / Alta Tensão Jardim Paulo Afonso	10.190,00	Invasão de propriedade privada-faixa de servidão da CHESF

7	VARJÃO	São Geraldo	136.986,60	Invasão de propriedade pública
		Paulo Afonso II	15.729,41	Invasão de propriedade pública
		Paturi / da mata	165.834,76	Invasão de propriedade pública
8	OITIZEIRO	Ninho da Perua	13.296,47	Invasão de propriedade privada
		Jardim Guaíba	25.984,70	Invasão o de propried. pública e privada da União - leito de rio
		Cabral Batista	17.015,17	Invasão de propriedade privada
		Bola na Rede	82.230,92	Invasão de propriedade publica e privada
		Independência	25.284,08	Invasão de propriedade privada
9	CRUZ DAS ARMAS	Baleado	78.097,29	Invasão de propriedade publica e privada
		Lagoa Antonio Lins	40.130,24	Invasão de propriedade publica
10	MIRAMAR	Tito Silva/Comunidade Miramar	78.875,37	Domínio da União - leito de rio
		Travessa Yayá	8.661,57	Invasão de propriedade publica – via
11	ALTO DO CÉU	Beira da Linha/ São Pedro	121.029,20	Invasão de propriedade publica e privada
		Jardim Mangueira/salinas Ribamar	108.825,84	Doação de propriedade particular
		Porto de João Tota	29.819,25	Domínio da União
		Vem-Vem/Jardim Éster	117.214,60	Domínio da União
		Jardim Coqueiral	55.954,52	Domínio da União
		Beira Molhada	23.172,55	Domínio da União
		Vila dos Teimosos	110.956,25	Invasão de propriedade publica

ORDEM	BAIRRO	AGLOMERADO	AREA(M2)	TIPO DE PROPRIEDADE
12	TORRE	Padre Hildon Bandeira	49.790,89	Invasão de propriedade publica - mata do buraquinho
13	EXPEDICIONÁRIOS	Cafofo / Liberdade	13.889,30	Invasão de propriedade publica
		Brasília de Palha	12.919,21	Invasão de propriedade privada
14	TAMBAUZINHO	Vila Tambauzinho	28.148,17	Invasão de propriedade privada
15	13 DE MAIO	Vila Japonesa	30.519,21	Invasão de propriedade privada
		Riacho	15.906,48	Invasão de propried. publica, privada e da União - leito de rio
		Margarida Maria Alves		
16	CABO BRANCO	Barreira do Cabo Branco	29.672,61	Domínio da união
17	MANAÍRA	Chatuba I	12.472,33	Domínio da União - leito de rio
		Chatuba II	9.108,36	Domínio da União - leito de rio
		Chatuba III	15.284,36	Invasão de propriedade publica, privada e domínio da União
18	CRISTO REDENTOR	Boa Esperança	130.279,06	Invasão de propriedade publica
		Jardim Bom Samaritano	11.271,59	Invasão de propriedade privada
		Novo Horizonte	64.481,96	Invasão de propriedade privada e domínio da União
		Pedra Branca	11.038,44	Invasão de propriedade privada
		Paulo Afonso I /Alta Tensão	52.254,98	Invasão de propriedade privada-faixa de servidão da CHESF
		Riacho Doce ou CEASA	17.756,83	Invasão de propriedade publica
		Cemitério	32.495,36	Invasão de propriedade privada-faixa de servidão da CHESF
		Buraco da Gia I	13.740,09	Domínio da União - leito de rio
		Abandonados	21.260,49	Invasão de propriedade publica
19	PADRE ZÉ	Rua do Cano	42.553,56	Ocupação de área de preservação
		Comunidade Esperança	3.877,18	Ocupação de área municipal
20	CASTELO BRANCO	São Rafael	82.489,81	Domínio da União
		Santa Clara	59.463,94	Invasão de propriedade publica estadual - CEHAP
21	ALTO DO MATEUS	Beira da Linha/Miramangue	78.833,69	Domínio da União - leito de rio
		São Judas Tadeu	116.898,98	Invasão de propriedade publica e privada

		Feirinha/Jardim da Mônica	62.439,45	Invasão de propriedade publica-domínio da União
		comunidade 5 de Junho	24.691,24	Emitido titulo de posse pela gestão anterior
22	FUNCIONÁRIOS	Maria de Nazaré	72.320,69	Invasão de propriedade publica - CEHAP
23	COSTA E SILVA	Nova Vida	19.868,28	Invasão de propriedade privada – CINEP
		Taipa	27.371,22	Invasão de propriedade privada – CINEP
		Gaucinha I	19.166,73	Doação - propriedade publica
		Gauchinha II	29.454,39	Doação - propriedade publica
		Vila da Palha / Paz	49.562,26	Invasão de propriedade privada-faixa de servidão da CHESF
24	BAIRRO DAS INDÚSTRIAS	Padre Ibiapina	980	Invasão de propriedade publica e privada - CINEP
25	JARDIM VENEZA	Beira Molhada	236.784,48	
26	JOSÉ AMÉRICO	Laranjeiras	172.024,44	Invasão de propriedade publica – IPEP
27	PARATIBE	Santa Bárbara	116.335,71	Invasão de propriedade publica
28	ALTIPLANO CABO BRANCO	São Domingos	43.947,52	Invasão de propriedade publica
		Rabo do Galo	16.052,77	Invasão de propriedade publica
29	BAIRRO DOS IPES	Tancredo Neves / Mangue	40.827,04	Domínio da União - leito de rio
		Ipês II	69.061,37	Invasão de propriedade publica
30	BANCÁRIOS	Timbó	275.790,86	Invasão de propriedade privada
31	GROTÃO	Bananeiras	111.335,37	Invasão de propriedade privada
		Arame	39.837,47	Invasão de propriedade publica

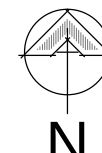
ORDEM	BAIRRO	AGLOMERADO	AREA(M2)	TIPO DE PROPRIEDADE
32	MANGABEIRA	Jardim Mangueira	28.351,42	Invasão de propriedade publica
		Balcão	15.013,38	Invasão de propriedade publica
		Feirinha	21.185,28	Invasão de propriedade publica e privada
		Boa Esperança	11.410,17	Invasão de propriedade publica
		Nova Esperança	74.518,20	Invasão de propriedade publica
		Vila União	6.043,85	Invasão de propriedade publica
33	BESSA	Travessa Washington Luis	18.332,90	Domínio da União
34	SÃO JOSÉ	Área da Barreira	45.869,56	Propriedade mista (doações, invasão e

				domínio da União)
		Área do Leito do rio Jaguaribe	48.965,99	Propriedade mista (doações, invasão e domínio da União)
35	JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA	Pirão D'Água ou Vila santa	117.155,47	Invasão de propriedade publica
		Bárbara		
		Eucalipto	28.815,71	Invasão de propriedade publica
36	JOÃO PAULO II	Nova República	44.045,09	Invasão de propriedade publica
		Citex / Boa Vista	106.721,31	Invasão de propriedade publica
37	AEROCUBE	Comunidade São Luis	6.381,42	Domínio da União - leito de rio
38	CIDADE DOS COLIBRIS	Colibris II	10.732,64	Invasão de propriedade publica
39	MANDACARU	João Galdino de Carvalho/	47.072,73	
		Pé de moleque		Dúvida quanto à propriedade da área
40	ERNANI SÁTIRO	Favela do Ernani Sátiro	31.685,03	Invasão de propriedade publica

Fonte: SEMHAB/PMJP, 2006/2007.

**ANEXO C – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELA
PMJP PARA OS MORADORES REMOVIDOS DAS ÁREAS DE RISCO DA
COMUNIDADE DO TIMBÓ**

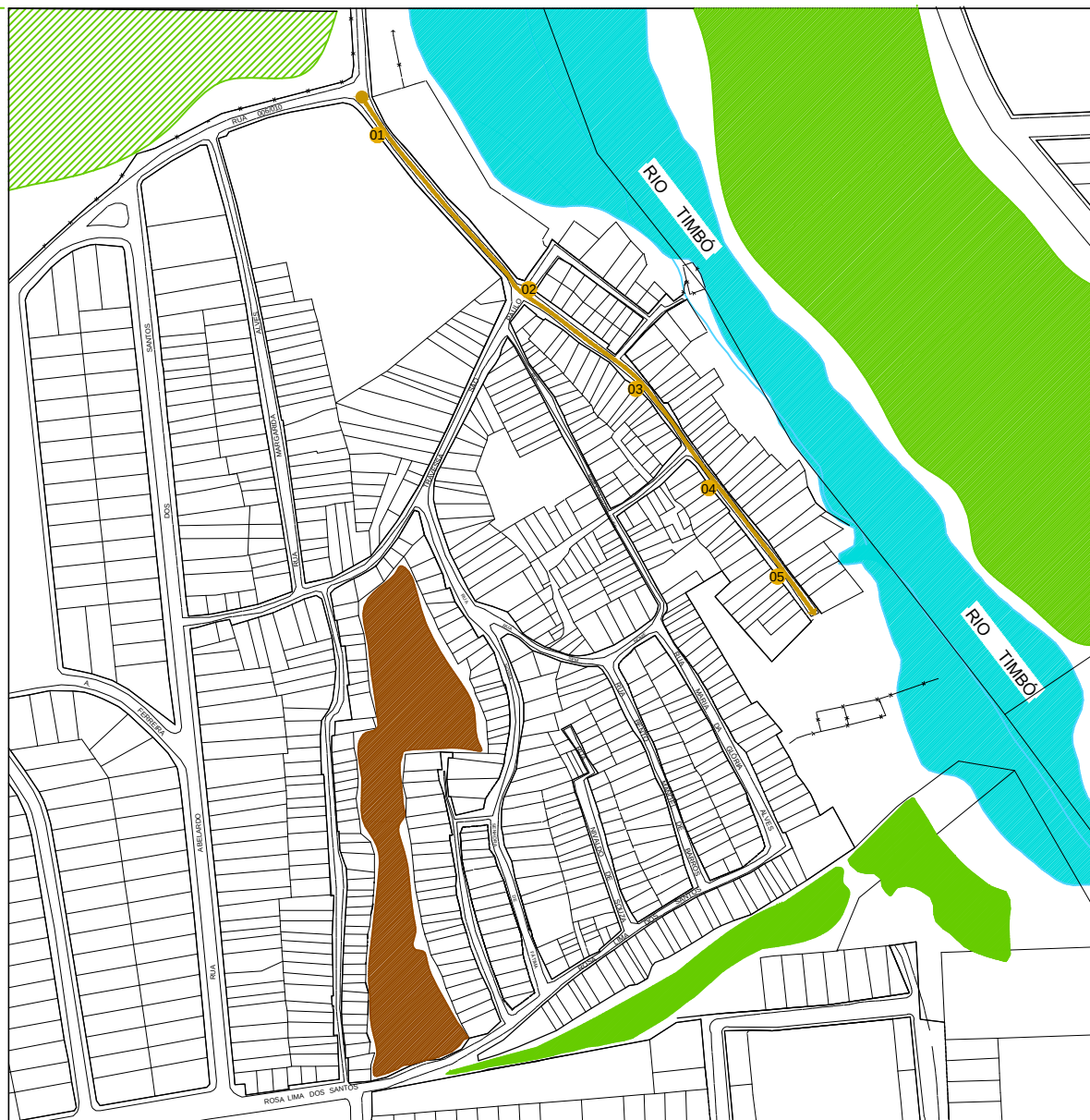
Escala 1 / 4.000



MAPA 8 - PERCURSO 02: RUA ANTÔNIO CAMILO DOS SANTOS

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

Escala  1 /4.000



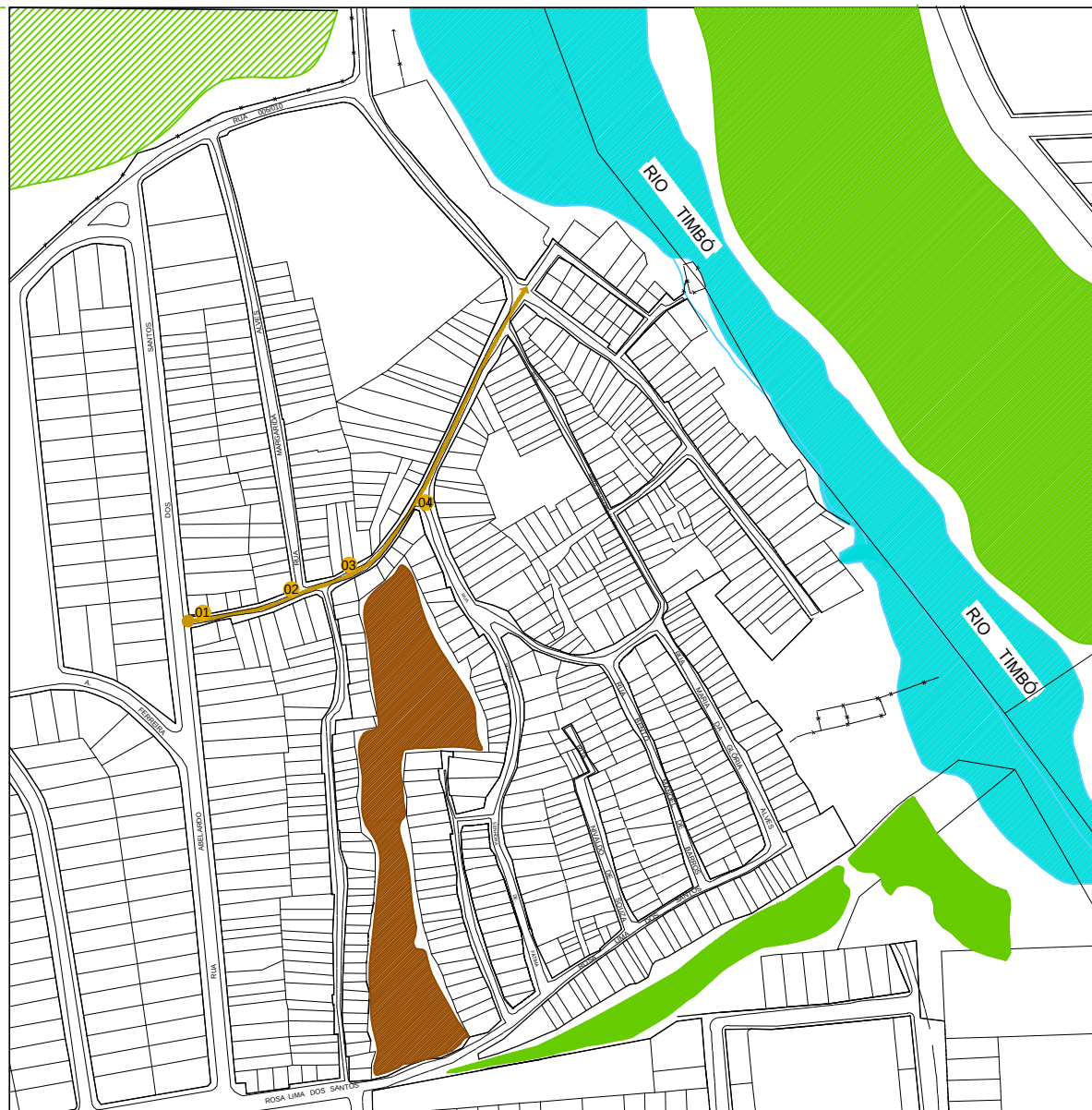
-  Barreira
-  Mata ciliar
-  Rio Timbó
-  Estações - registro perceptivo
-  01 Direcionamento da passagem
-  02 Sensação de alargamento da via.
Calçadas desniveladas com poste inserido
-  03 Barreiras físicas: metralha e areia no meio da rua
-  04 “Boca de lobo” na frente da calçada
-  05 Esgoto escorrendo pela rua



MAPA 7 - PERCURSO 01: RUA TRAVESSA SÃO PAULO

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

Escala  1 /4.000



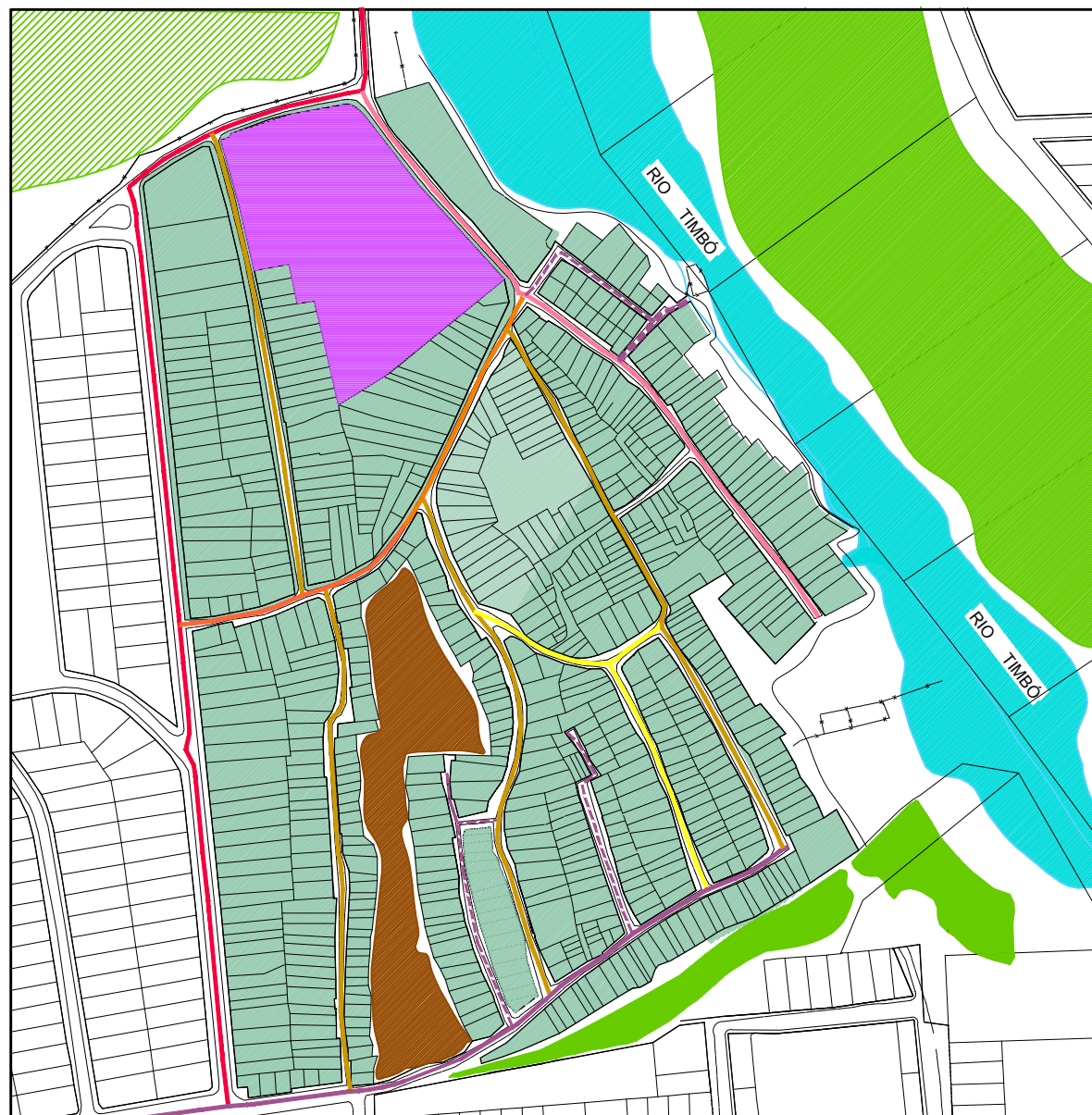
-  Barreira
-  Mata ciliar
-  Rio Timbó
-  Estações - registro perceptivo
-  01 Acesso Largo e sem obstáculo
-  02 “Boca de lobo” elevada
-  03 Visão de toda a comunidade (mirante)
-  04 Pedras e lixo espalhados dificultam deslocamento



MAPA 6 - CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS DA COMUNIDADE DO TIMBÓ

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

Escala  1 /4.000



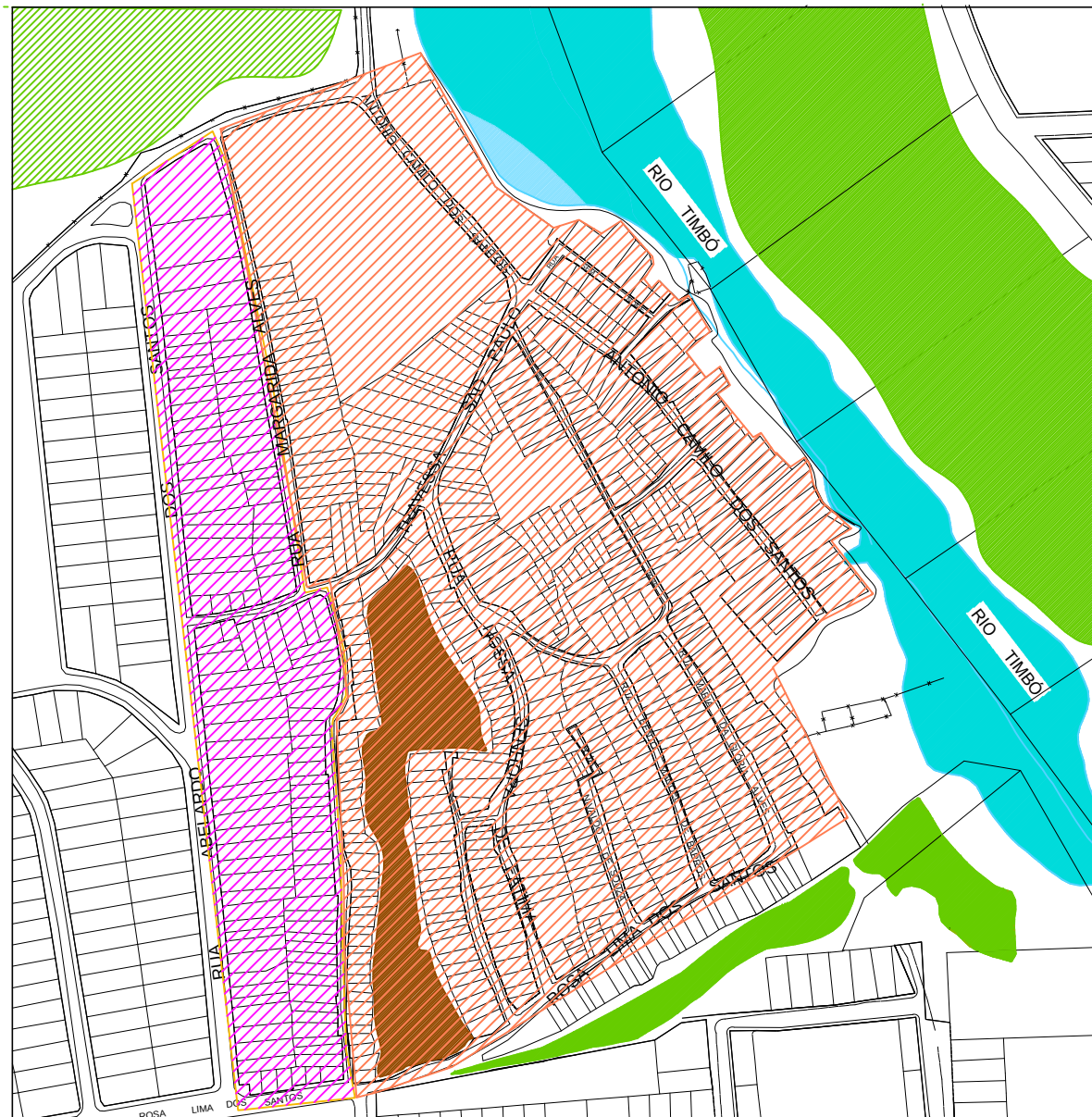
-  Barreira
-  Mata ciliar
-  Rio Timbó
-  Área destinada a novas habitações
População relocada
-  Edificações
-  Via arterial e de Integração
-  Via de Penetração e Implementação
-  Via de Implementação
-  Via Primária
-  Via Local e União
-  Via de Pedestre
-  Via Local



MAPA 4 - DIVISÃO DA COMUNIDADE EM TIMBÓ I E II

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

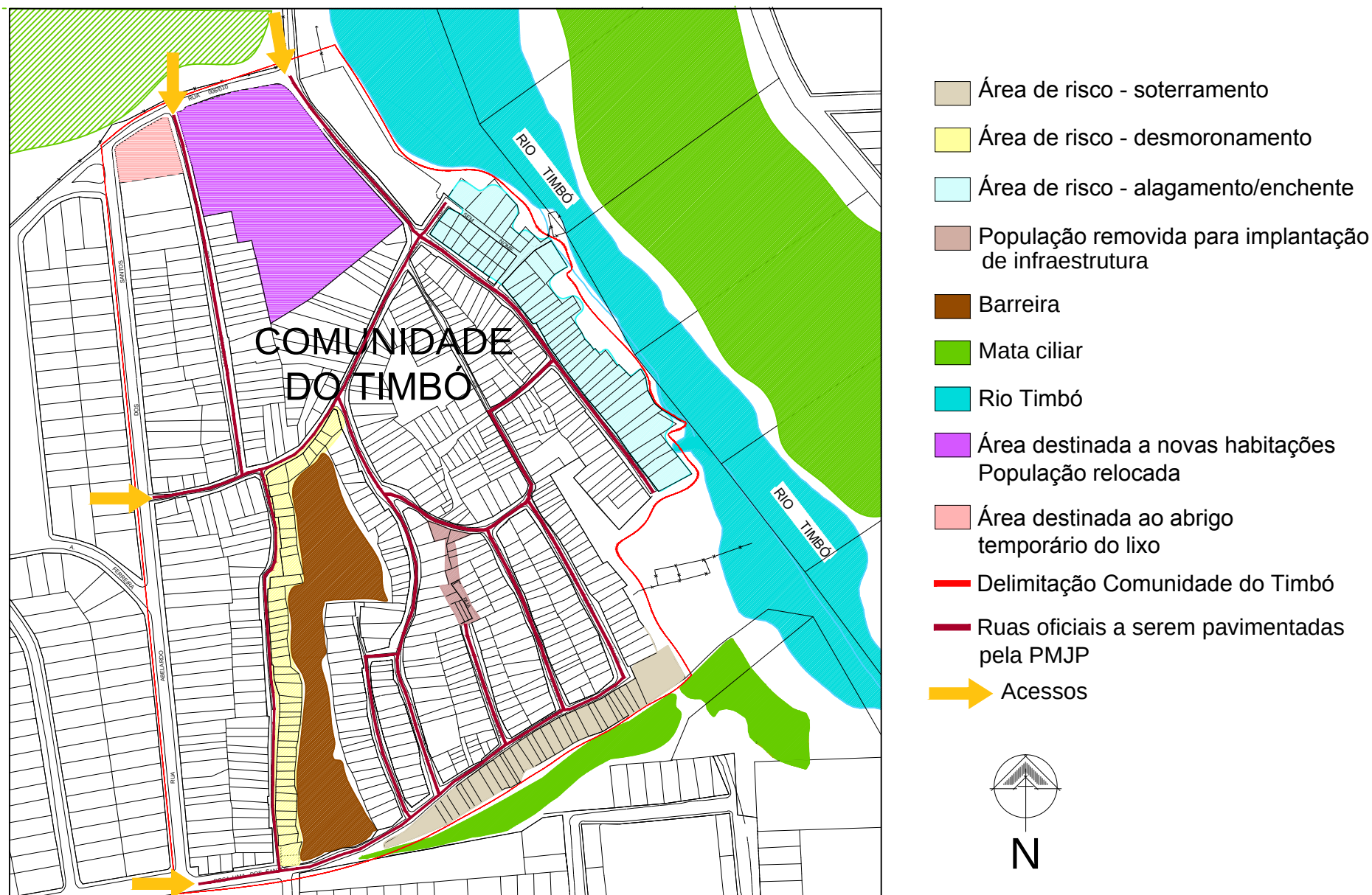
Escala  1 /4.000



MAPA 3 - ÁREAS DE RISCO E VIAS OFICIAIS NA COMUNIDADE DO TIMBÓ

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

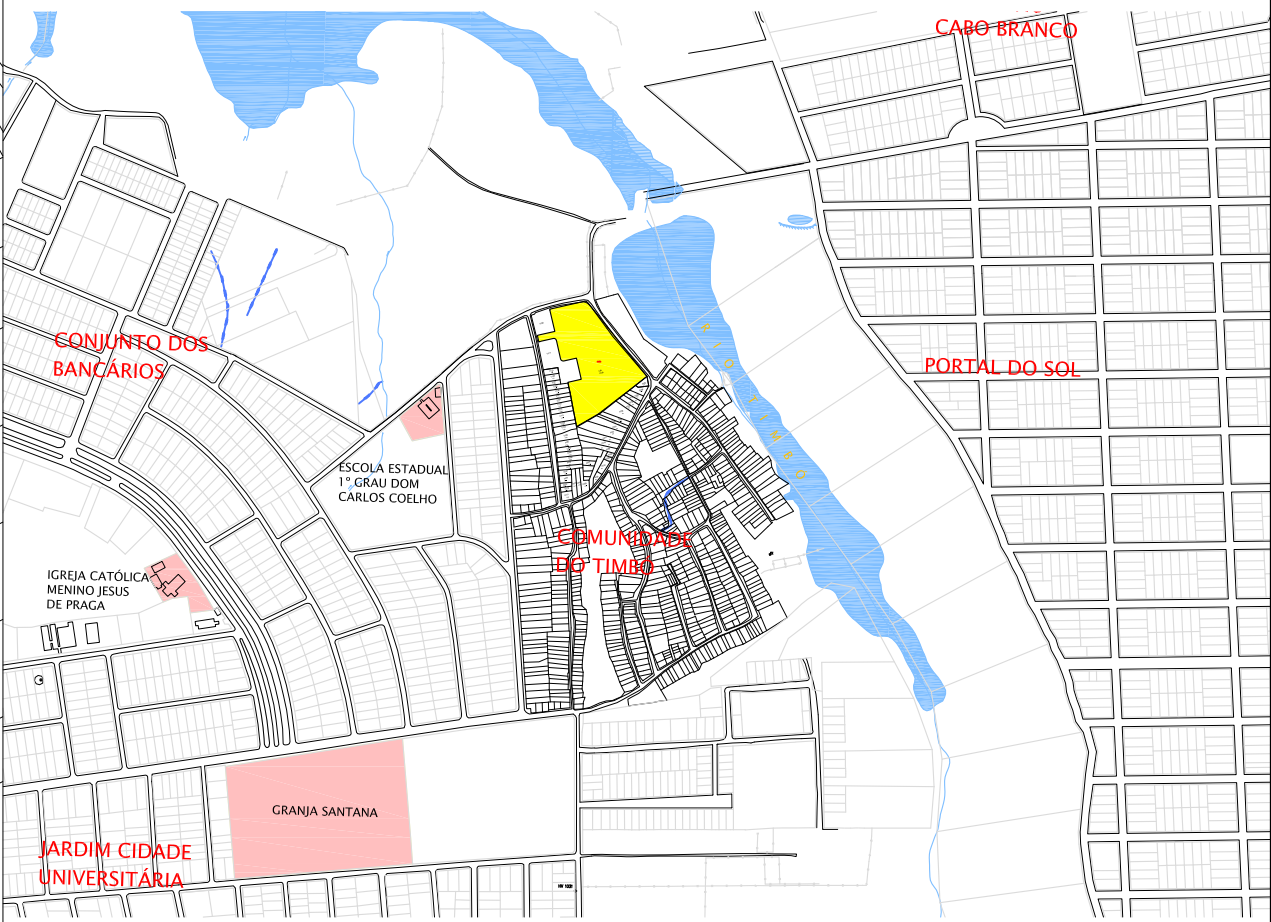
Escala 1 / 4.000





PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1/500



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

ESCALA 1/10000



PROJETO _____

PROPRIETÁRIO _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL
COMUNIDADE TIMBÓ

DESENHO	DATA	RESPONSÁVEL	INSC. PMJP	RUBRICA	EQUIPE TÉCNICA
CÓPIA	AGO/2010				NATALIA ROSAL ARQUITETA E URBANISTA CREA 1602115940
VISTO					JULIANA FERNANDES ARQUITETA E URBANISTA CREA 1605540704
DESENHOS					MARIANGELA MELO ARQUITETA E URBANISTA CREA 1607179028
					CAIO MARIO ARQUITETO E URBANISTA CREA 1606301217

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

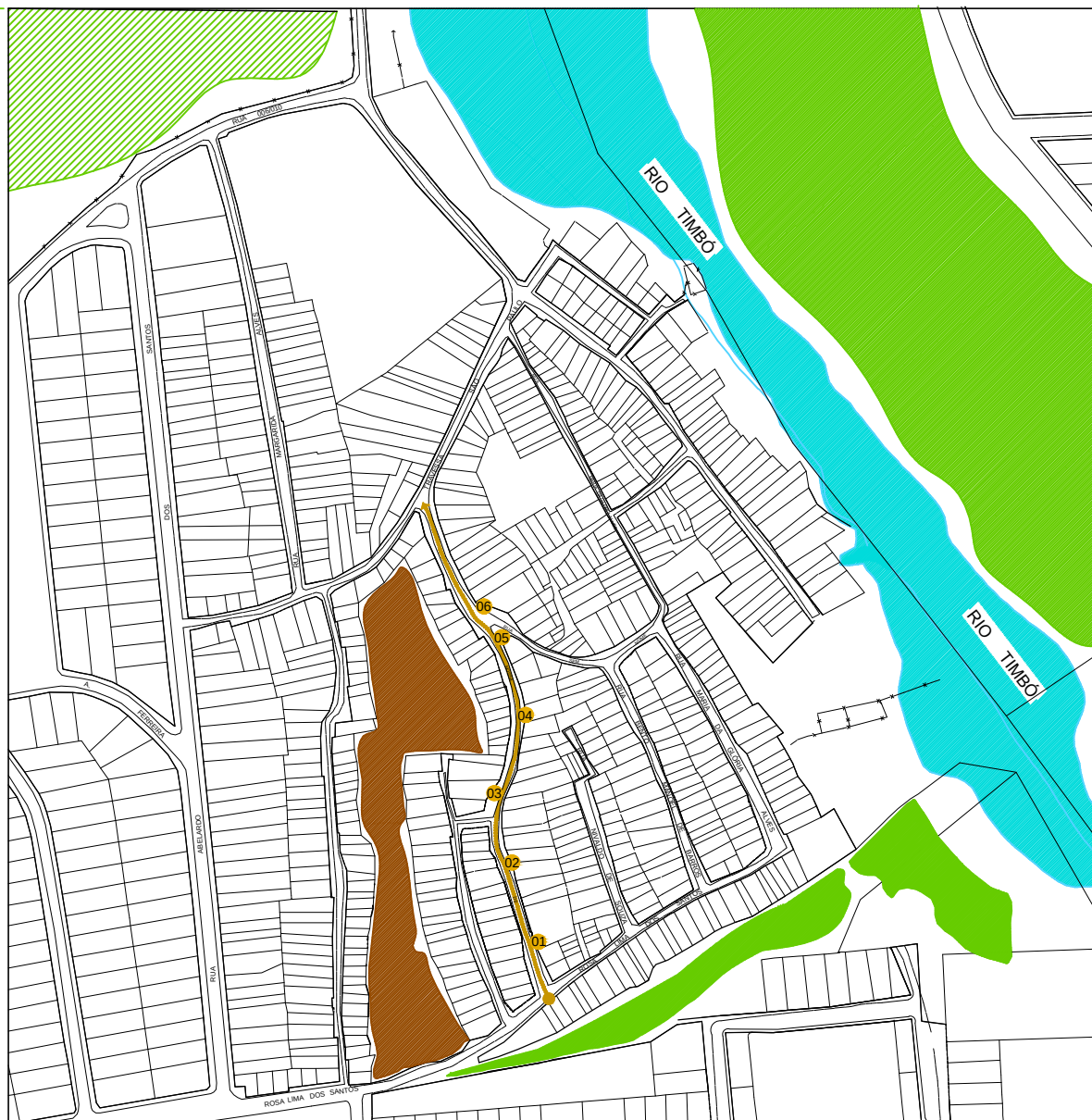
ESCALA 1/500

FOLHA 1/1 PROJETO COMUNIDADE TIMBÓ

MAPA 10 - PERCURSO 04: RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

FONTE: Secretaria de Habitação de João Pessoa. Editado por Ana Luzia Pita.

Escala 1 /4.000



-  Barreira
-  Mata ciliar
-  Rio Timbó
-  Estações - registro perceptivo
-  01 Trecho da rua larga, pavimentada e sem lixo até a creche
-  02 Mudança da paisagem: pedras e lixo jogados nas valas abertas
-  03 Trecho sem calçadas, com início da declividade e obstáculo no meio da rua
-  04 Vista da paisagem, parte de edifícios altos da cidade formal e da vegetação
-  05 Vista de parte da barreira da Margarida Alves
-  06 Quadra desativada e Associação dos Moradores do Timbó

